



**FÁTIMA LÚCIA CALDEIRA BRANT DE OLIVEIRA**

**TRABALHO E SAÚDE:**

**Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar para  
agricultores e crianças de um município do Centro-Oeste mineiro**

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em  
Promoção da Saúde e Prevenção da Violência  
Belo Horizonte – MG  
2013**

**FÁTIMA LÚCIA CALDEIRA BRANT DE OLIVEIRA**

**TRABALHO E SAÚDE:**

**Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar para agricultores e crianças de um município do Centro-Oeste mineiro**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.**

**Área de Concentração:** Medicina Preventiva e Social

**Linha de Pesquisa:** Promoção de saúde e suas bases: Cidadania, Trabalho e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Reitor**

Prof. Clélio Campolina Diniz

**Vice-reitora**

Profa. Rocksane de Carvalho Norton

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Prof. Ricardo Santiago Gómez

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Prof. Renato de Lima dos Santos

**FACULDADE DE MEDICINA****Diretor**

Prof. Francisco José Penna

**Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social**

Prof. Antônio Leite Alves Radicchi

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA****Coordenadora**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elza Machado de Melo

**Representantes Docentes**

Andréa Maria Silveira

Antônio Leite Alves Raddichi

Cristiane de Freitas Cunha

Débora de Carvalho Malta

Eliane Dias Gontijo

Elizabeth Costa Dias

Elza Machado de Melo

Izabel Christina Friche Passos

Joaquim Antônio César Mota

Luiz Alberto Gonçalves

Luiz Henrique Duczmal

Maria da Conceição J. Werneck Cortes

Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Victor Hugo de Melo

Marta Maria Alves da Silva

*Dedico este trabalho aos meus filhos,  
André Lucas e Gabriela Verônica, motivo de incentivo, entusiasmo  
e por me dar razão de viver.*

## **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

*Ao meu marido Cleber Gonçalves de Oliveira e aos meus filhos*

*André e Gabriela, que muitas vezes mesmo privados de minha  
companhia, com amor, estímulo, paciência e apoio permitiram que eu  
vencesse mais essa etapa.*

*Em nenhum momento eu me esqueci de vocês!*

*Muito Obrigada!*

*Amo vocês!*

*“A mente que se abre a uma nova idéia, jamais voltará ao seu tamanho original!”  
(Albert Einstein)*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, “PORTO SEGURO” nessa jornada.

A Universidade Federal de Minas Gerais e toda sociedade pelo financiamento do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

À Prof. Dra. *Elza Machado de Melo*, coordenadora do referido programa, pela dedicação, esforço e ética profissional;

Ao meu amigo e orientador Prof. Dr. *Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro*, que acreditou na proposta desta pesquisa e não poupou esforços no sentido de me ajudar a realizá-la. Sempre com um sorriso no rosto, demonstrou compreensão, ética profissional e saber. Agradeço pela oportunidade de trabalhar junto a ele, e por ser o maior incentivador na superação de meus limites. Muito obrigada!

Aos membros da banca, Prof<sup>a</sup>. Dra. *Jandira Maciel da Silva* e Prof. Dr. *José Newton Garcia Araújo*, pela competência, sabedoria e determinação ao avaliar minha pesquisa.

Ao meu pai, Manoel Caldeira Brant Filho (*in memoriam*) que sempre senti ao meu lado durante todos os momentos de minha vida. Sei que onde estiver, está orgulhoso de ver mais essa etapa vencida. Saudades!

À minha mãe, *Brasília Caldeira Brant*, 94 anos, pelo exemplo de vida, de mulher e por todos os momentos dedicados a mim. Sua força de vida me impulsiona sempre para as conquistas!

Aos meus colegas de sala de aula, pelo companheirismo e aprendizado.

Ao meu amigo do mestrado, *Luiz Paulo Ribeiro*, pelos momentos divididos juntos, que me levou para a conhecer o rural, o lugar, o território, com muito afeto e profissionalismo. A sua presença nessa caminhada foi intrínseca para a conclusão dessa pesquisa. Sempre com muita sabedoria, diálogo e carinho, me incentivou, não me deixando desanimar.

À *família* do Luiz Paulo, que me acolheu com amor, com um carinho fraternal, nos vários dias em que fui para sua casa. Não vou esquecer-me das “broinhas” e “café” sempre quentinhos que sua mãe – *Zildete* fazia para mim. Adoro vocês!

À amiga *Juliane Kate (Ju)*, que me acompanhou desde o início do projeto do mestrado. Na sua sabedoria e delicadeza, se empenhou em me ajudar e em nenhum momento me deixou só. Deu-me segurança para chegar até aqui.

À amiga *Inês*, presença fiel em todas as etapas da minha vida, e que nessa trajetória não foi diferente: Você é uma pessoa muito especial!

À minha família, meus irmãos, *Marco, Vânia e Luiz*, por sempre acreditarem em mim. A você *Vânia*, obrigada por compartilhar comigo momentos que a vida exige muito da gente.

Aos meus sobrinhos (as) pelo incentivo e em especial a *Aline, Raquel e Renata* que não pouparam esforço em me apoiar.

Ao meu primo, Luiz Brant, entusiasta e incentivador das minhas vitórias.

À amiga *Márcia Figueiredo* pela presença, nos momentos que eu mais precisava de atenção.

À *Luciana*, pelo carinho.

Aos familiares de meu marido Cleber, em especial meu sogro *José Gonçalves* e minha Sogra *Maria do Carmo*, pelo incentivo, amor e conselhos. Amo vocês!

Aos amigos (as) de trabalho do *Centro Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST/Contagem*, e da *Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT*, todos vocês foram importantes nessa trajetória. Vocês me deram apoio, opiniões, abraços de conforto. Em especial a você Patrícia, que com dedicação, me ajudou na formatação e ajustes do trabalho.

Agradeço ao *João Lacerda Alves Junior*, pela confiança, disponibilidade em deixar realizar a pesquisa nesse grupo social.

Em especial, agradeço aos *Agricultores Familiares e as Crianças* do território rural do município do centro-oeste mineiro da agricultura familiar, que me acolheram para a realização da minha pesquisa e compartilharam comigo sua vida, práticas e sentimentos, numa relação de confiança e ética profissional. Sem vocês essa pesquisa não teria sido concluída.

**Ninguém vence sozinho...**

## RESUMO

O trabalho infantil na agricultura familiar requer compreensão dos significados que são construídos pelos sujeitos, os quais determinam suas atitudes e comportamentos de risco ou proteção da saúde. O objetivo dessa pesquisa foi investigar as Representações Sociais do Trabalho Infantil para os agricultores familiares e crianças de um município do Centro-Oeste Mineiro. Ao empreender uma análise científica das Representações Sociais do fenômeno trabalho infantil, se depara com relações sociais no território rural que implica numa especificidade de trabalho. Optou-se pela estruturação do trabalho final em dois artigos: (I) *Percurso Histórico do Trabalho Infantil no Brasil: crianças na agricultura familiar*, submetido à *Revista Estudos Sociedade & Agricultura*, sendo um artigo de revisão do processo histórico do trabalho infantil no Brasil em suas dimensões políticas, sociais e jurídicas, enfatizando o trabalho de menores na agricultura familiar nas perspectivas do seu significado e condições materiais de vida. Foram discutidas as particularidades de crianças e adolescentes expostos às atividades de trabalho no espaço rural, onde as mesmas estão expostas às situações de vulnerabilidades ambiental, social e cultural, possibilitando agravos à saúde. (II) *Representações Sociais do trabalho infantil para agricultores e crianças da agricultura familiar no Centro-Oeste Mineiro*, que será submetido à revista *Estudos de Psicologia* (PUC-Campinas). Nele são apresentados os resultados e análise das entrevistas e grupo focal realizadas com os agricultores familiares e crianças filhos (as) desses. Os objetivos específicos foram identificar o perfil dos agricultores familiares e crianças participantes da pesquisa; descrever as representações sociais que os agricultores familiares tem sobre processos de trabalho infantil na agricultura familiar no passado e na atualidade; identificar as representações sociais produzidas pela experiência referente ao fenômeno trabalho infantil na visão das crianças da agricultura familiar. A abordagem metodológica foi análise qualitativa, utilizando-se como técnica para coletas de dados entrevistas semi-dirigidas e grupos focais. O referencial teórico foi a Teoria das Representações Sociais. As entrevistas e os grupos focais foram gravados, transcritos e, posteriormente, analisados segundo o método de análise de conteúdo da Bardin. Foi utilizado o Software Atlas Ti 7.0 para a análise de dados principais. Os resultados apontaram para uma realidade na concepção de trabalho como “ajuda” e não como trabalho infantil. A “ajuda” tem caráter educativo e as crianças executam as atividades se desejarem. Entretanto, há evidências de riscos nas atividades desenvolvidas como “ajuda”.

**Palavra-chave:** Trabalho infantil, Agricultura Familiar, Socialização, Saúde

## ABSTRACT

The Child labor in family farming requires understanding the meanings that are constructed by the subjects, which determine their attitudes and risk behaviors or health protection. The objective of this research was to investigate the social representations of child labor to family farmers and children in a city in the Midwest Mineiro. To undertake a scientific analysis of



the social representations of the phenomenon of child labor, are faced with social relations in rural territory that implies a specific work. We opted for the structuring of the final two papers: (I) Course History of Child Labor in Brazil: Children in family farming, submitted to the journal *Studies Society & Agriculture*, being a review article of the historical process of child labor in Brazil its political, social and legal, emphasizing child labor on family farms in the prospects of its meaning and material conditions of life. We discussed the particularities of children and adolescents exposed to the work activities in rural areas, where the same are exposed to situations of vulnerability environmental, social and cultural enabling health problems. (II) Social Representations of child labor for children of farmers and family farms in the Midwest of Minas Gerais, which will be submitted to the journal *Studies in Psychology (PUC-Campinas)* classified as A2 Qualis / CAPES. In it are presented the results and analysis of the interviews and focus groups conducted with farmers and children children (as) these. The specific objectives of the research were to identify the profile of farmers and children participating in the research regarding gender, age, education and type of ownership of the farmers, to describe the social representations that the farmers have on the processes of child labor on family farms; Identify social representations produced by the experience for the child labor phenomenon in view of the children of the family farm. The methodological approach was qualitative analysis, using as a data collection technique for semi-structured interviews and focus groups. The theoretical framework is the Theory of Social Representations. Interviews and focus groups were recorded, transcribed and then analyzed using the method of content analysis. We used the Atlas Ti 7.0 Software for the analysis of primary data. The results pointed to a reality in the design work as "help" and not as child labor. The "help" has the educational children perform activities if they wish. However, no evidence of risk in activities such as "help".

**Keyword:** Child Labour, Family Farming, Socialization, Law.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	GRADE 1 - Aspectos relacionados ao trabalho infantil, lei e socialização .....	63
FIGURA 2	GRADE 2 - Aspectos relacionados a Agricultura Familiar .....	64
FIGURA 3	GRADE 3 - Aspectos relacionados ao trabalho .....	65
TABELA 1	Frequência das Famílias de Categorias nas entrevistas e grupos focais	62
GRÁFICO 1	Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Brasil – 2000/2010 .....	44
GRÁFICO 2	Número de crianças e jovens no ramo de atividade agrícola de crianças e jovens trabalhando no ramo agrícola por sexo e idade .....	45
GRÁFICO 3	Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com tipo de machucado ou doença, por ramo de atividade .....	47

## LISTA DE SIGLAS

ASPROSAM .....	Associação de Produtores Rurais Familiares de Santo Antônio do Monte
COEP – .....	Comitê de Ética de Pesquisa
CONAETI .....	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
E1 .....	Entrevista 01
ECA .....	Estatuto da Criança e Adolescente
FIG.....	Figura
G1 .....	Grupo Focal 01
IBGE .....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC .....	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
MG .....	Minas Gerais
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MS .....	Ministério da Saúde
MTE.....	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT .....	Organização Internacional do Trabalho
OMS .....	Organização Mundial da Saúde
ORG.(s) .....	Organizador (es)
PETI.....	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD .....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONAF .....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC .....	Pontifícia Universidade Católica
PUC-CAMPINAS .....	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP
RSI.....	Regulamento Sanitário Internacional
SINAN.....	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS.....	Sistema Único de Saúde
TIP .....	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
UFMG.....	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICAMP.....	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF.....	United Nations Children’s Fund

## SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	15
2	OBJETIVOS .....	27

2.1	Objetivo geral .....	27
2.2	Objetivos específicos .....	27
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	28
3.1	Revisão da literatura .....	28
3.2	Campo de estudo.....	29
3.3	Caracterização da população .....	29
3.4	Passos preliminares.....	29
3.5	Técnica para coleta de dados .....	30
3.6	Tratamento e análise dos dados .....	31
3.7	Aspectos éticos .....	31
4	RESULTADOS .....	33
4.1	ARTIGO 1 - PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: CRIANÇAS NA.....	34
4.2	ARTIGO 02 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO INFANTIL PARA AGRICULTORES E CRIANÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO-OESTE MINEIRO.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
	REFERÊNCIAS .....	82
APÊNDICE A	ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E GRUPO FOCAL .....	85
APÊNDICE B	TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO .....	86
APÊNDICE C	TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO Crianças até 6 anos e 11 meses de idade .....	89
APÊNDICE D	TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO Crianças de 7 anos à 12 anos de idade.....	92
APÊNDICE E	GRUPO FOCAL PARA ADULTOS (HOMENS E MULHERES).....	95
APÊNDICE F	ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS CRIANÇAS DE 5 A 12 ANOS .....	96
PROJETO	Representações Sociais sobre processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento para trabalhadores rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG .....	98

ANEXO A	APROVAÇÃO DA CAMARA DA DEPARTAMENTAL .....	135
ANEXO B	APROVAÇÃO DO COMITÊ ÉTICA DE PESQUISA .....	136

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos.”*

(Isaac Newton)

As percepções do trabalho infantil não são recentes na literatura, e entende-se que o mesmo é prejudicial ao desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a infância é uma construção sócio-cultural, onde existem várias maneiras de entender, expressar, e a partir disso, constroem-se significados sobre o fenômeno trabalho infantil.

O objeto analisado nessa pesquisa é o trabalho infantil na agricultura familiar, portanto antes de particularizarmos o objeto, é necessário tornar explícito o conceito de trabalho.

A definição de trabalho de Dias (1994) nos dá elementos que visualizam a relação homem-trabalho, onde a mesma afirma: “espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico dos trabalhadores, que buscam o controle sobre as condições e os ambientes de trabalho, para torná-los mais “saudáveis”, num processo lento, contraditório, desigual no conjunto da classe trabalhadora dependente de sua inserção no processo produtivo e do contexto sócio-político de uma determinada sociedade.”

Nos estudos sobre trabalho, para Brant (2001), ao se situar o sofrimento, é comum fazê-lo à raiz latina da palavra trabalho – *tripalium* - instrumento aplicado nos escravos que desobedeciam. Ainda em relação à palavra francesa *travail* – usada para se referir a um aparelho para conter animais durante a cirurgia; e ainda em relação a *labour* (raiz da palavra inglesa *labore*) – referência direta a uma situação penosa e de fadiga. Ao analisarmos essas referências, a idéia é que trabalho humano produz sofrimento ao qual o homem está condenado.

Mas ao dialogarmos com outros autores nas teorias clínicas do trabalho, optando pela teoria de referência, a clínica da atividade, o trabalho para Clot (2011), é uma atividade permanente de recriação de novas formas de viver, e não apenas como tarefa, mas como atividade dirigida, histórica e processual. Então, a subjetividade é constituída pela e na atividade. Reconhece que o coletivo regula a ação individual, de modo que o trabalho, simultaneamente, a dimensão da história singular e da história de um ofício.

Descrever então as Representações Sociais do Trabalho Infantil na agricultura familiar no sentido de como se organizam as informações, as percepções, as práticas, atitudes e valores de um grupo social, nos remetem às vivências do trabalho no rural e seu significado.

O território rural entendido nesse texto, ao tratar sobre a agricultura familiar, corrobora com que Wanderley (2000) define: “O meio rural é entendido como um espaço, suporte de relações sociais específicas, que se constrói, se reproduz ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto o conformam enquanto um singular espaço de vida.”(WANDERLEY, 2000, p.30).

Ainda de acordo com Carneiro e Castro (2006) o meio rural como espaço físico diferenciado, que é lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional), exemplifica um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, que exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral da cidade.

De acordo com Stropasolas (2012) se verificam lacunas importantes na compreensão das maneiras em que as crianças interagem social e culturalmente no cotidiano dos espaços sociais, sobretudo nas comunidades rurais (STROPASOLAS, 2012, p.250).

Nas ciências sociais sobre o meio rural, a presença e o papel da unidade de produção familiar no processo de acumulação capitalista na agricultura brasileira tem merecido uma série de interpretações. A unidade de produção familiar é visualizada como uma forma não-capitalista de produção, na medida em que não há separação entre produtor direto e os meios de produção (ANTUNIASSI, 1983, p.24).

Dessa forma, percebe-se que a agricultura familiar tem como mão-de-obra a família, entendendo que não configura como compra e venda da força de trabalho, em relação a produção capitalista. Seus objetivos ficam então, fixados no sentido de aumentar a possibilidade de consumo, do que dar maior valor ao capital.

Antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda.

Em decorrências das lutas do movimento sindical por crédito, melhorias de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, entre outras, essas denominações foram cedendo espaço para a agricultura familiar (SILVA, 2012, p.991). Desse modo a agricultura familiar se destacou a própria identidade sindical em torno da noção de trabalhador rural.

A agricultura familiar de acordo com Abramovay (1998) é assim denominado o setor da agricultura em que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, sendo o maior seguimento em nº de estabelecimento rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas. De acordo com o autor, o Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF trouxe a inclusão desse seguimento nas estratégias do desenvolvimento do meio rural brasileiro, porque criaram novas perspectivas de inserir econômica, social e politicamente estes agricultores no processo de desenvolvimento social. Ainda para ele, a modernização da agricultura promovida nas últimas décadas, acelerou o processo de marginalização dos agricultores familiares. Isso trouxe o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas cidades do interior.

Entende-se, pois que a agricultura familiar destaca-se em uma forma de vida de milhares de homens e mulheres, que mesmo estando diante das políticas, do mundo capitalista, tentam manter o seu espaço, sua categoria social, diante da competição desigual com os empreendimentos do agronegócio.

Nesse universo da agricultura familiar, quando se vai à tendência da universalização das representações do trabalho infantil, normalmente desconsideram-se as especificidades



culturais dos diversos grupos sociais, as questões econômicas de vida das crianças e das famílias, a questão da relação de pai e filho, historicamente estabelecidos.

Entretanto, a eliminação do trabalho infantil traz uma exigência e rigor na utilização dos conceitos e singularidades para esse fenômeno. Quando ouvimos falar sobre trabalho infantil, as primeiras imagens que nos vem ancoradas na memória são de crianças transeuntes das ruas, que são vítimas da prostituição, tráfico de drogas e outras.

Na agricultura familiar esse fenômeno merece ter um olhar mais perspicaz, por ser invisível muitas vezes. A percepção e avaliação desse fenômeno na agricultura familiar podem estar na origem da cultura e no saber histórico de cada grupo social de um dado território.

Os estudos analisados permitem constatar que o trabalho infanto-juvenil na agricultura familiar brasileira aparece nas várias regiões socioeconômicas, no cultivo dos mais diversos produtos; tanto incorporado à unidade familiar independente do regime de posse da terra, quanto como trabalhador assalariado (ANTUNIASSI, 1983, p.42). Ainda de acordo com a autora, no Brasil, assim como em outros países, o trabalho infanto-juvenil vinculado a empresa familiar não teve regulamentação, pois acreditavam que os adultos que eram parentes dessas crianças, não exploravam a crianças nos trabalhos degradantes.

Sabemos que a entrada precoce ao mundo do trabalho, ao mundo dos adultos e o contato com atividades resultantes do excesso de esforço físico, exposição ao perigo, ausência de tempo para brincar e estudar, são reconhecidos como forma de acabar com o capital humano. Basu e Tzannatos (2003) afirmam que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, pois a dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na escola.

A questão do trabalho precoce é complexa, sendo associado muitas vezes à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Para Kassouf (2007), a escolaridade dos pais, o tamanho da família, o sexo do chefe, a idade que os pais começam a trabalhar, local de residência são determinantes analisados para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho.

Porém, outros fatores de natureza natural, econômica e de organização social da produção respondem pelo agravamento do trabalho infantil, como fatores vinculados a formas

tradicionais e familiares de organização econômica, em especial na pequena produção agrícola, em que os objetivos são o aprendizado de algum ofício e o auxílio da mão-de-obra familiar (FRANKLIN, PINTO, *et al.*, 2001).

O modo como uma determinada sociedade se organiza para o trabalho e o tipo de relações que se estabelecem na produção podem levar à desumanidade e à alienação, mesmo sabendo que os seres humanos modificam o mundo pelo trabalho, mas também se modificam, estabelecendo relações entre si, criando e renovando cultura (OIT, 2001).

Desde o feudalismo, era importante começar a trabalhar o quanto antes, para aprender um ofício, pois os artesãos eram pessoas importantes nas comunidades. Por muito tempo a infância não era considerada um período especial na vida do indivíduo, mas sim uma preparação para a vida adulta (KASSOUF, 2004, p.43).

A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país desde os tempos de Colônia, pois crianças descendentes de escravos negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão-de-obra nas fazendas, na agricultura (SILVA, 2012, p.1).

Estudos mostram que nos engenhos, os filhos de escravos, tais quais seus pais, passavam pelo mesmo tormento de ter que trabalhar no eito, cortar Cana de açúcar, arrastá-la e picá-la em pedaços, colocando para moer, espremer e ferver (OIT, 2001).

No mundo escravo, aprender a trabalhar significava, sobretudo, aprender a servir e a obedecer ao senhor. Durante quatro séculos ocorreu a construção de uma mentalidade pautada na relação de mando e obediência. Tal mentalidade pode estar na raiz da aceitação como natural do trabalho de criança e adolescente.

Já nas fábricas, na passagem do século XIX ao XX, o que se buscava com o trabalho fabril era a disciplinarização do trabalho, onde a inserção de crianças no trabalho fabril relata acidentes de trabalho, queimaduras, passando por perdas parciais de mãos e/ou braços, chegando à morte.

Segundo Minayo-Gomez (1997), ao ingressarem na esfera fabril, submetendo ao trabalho cansativo e grandes jornadas de trabalho, as crianças se sentiam desamparadas e desvinculadas de suas famílias, e recebiam bem menos que os adultos.

Em termos de legislações ou normas nacionais e internacionais, há uma preocupação mundial com relação às crianças que trabalham. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) criada em 1919, tem como objetivo promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente, dentre as iniciativas concretas de reduzir e erradicar a incidência de trabalho infantil.

Preocupada com a situação de exploração do trabalho infantil, a OIT lançou em 1992 o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). Visa à erradicação progressiva do trabalho infantil mediante o fortalecimento das capacidades nacionais e do incentivo à mobilização mundial para o enfrentamento da questão (OIT, 2001, p.8).

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho para os jovens, entre outras.

Destacam-se as Convenções nº138, de 6 de julho de 1973, ratificada pelo Brasil em 28 junho de 2001 no sentido de elevar, a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, a qual não pode ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória. Estabelece também, que todo país que a ratifica deve especificar, em declaração, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho em qualquer ocupação.

A Convenção nº 182, 1º de junho de 1999, reitera a proibição e eliminação das piores formas do trabalho infantil, como principal prioridade da ação nacional e internacional, dados os instrumentos de cooperação e assistência internacionais.

O Brasil ratificou essa convenção em 2 de fevereiro de 2000, onde as medidas imediatas e eficazes para abolir as piores formas de trabalho infanto-juvenil determinam a imediata concentração de esforços para erradicar o trabalho infantil nas seguintes situações: todas as formas de escravidão e práticas análogas, como a venda e o tráfico de crianças, o trabalho forçado ou obrigatório, a servidão por dívidas e a condição de servo; a utilização, o

recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de substâncias entorpecentes, tal como se definem nos tratados internacionais pertinentes; qualquer outro tipo de trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que se realiza, possa supor ameaça à saúde, à segurança ou à moralidade das crianças (OIT, 2001, p.8).

O Decreto 6481, no seu primeiro artigo, aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) proposta pela OIT e no segundo artigo, proíbe o trabalho do menor de dezoito anos nas atividades previstas na Lista TIP. São especificados os trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança em várias atividades.

Segundo a Lista TIP, os riscos ocupacionais dos trabalhos das crianças e adolescentes nas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, por exemplo, trazem o esforço físico e posturas viciosas, exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes com animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, umidade, chuva, frio, acidentes com instrumentos perfuro cortantes..

As prováveis repercussões à saúde das crianças são afecções músculo-esqueléticas, pneumoconioses, intoxicações exógenas, cânceres, berrinços, hantavírus, urticária, envenenamento, internações, queimadura na pele, envelhecimento precoce, câncer de pele, desidratação, doenças respiratórias, ceratoses actínicas, ferimentos e mutilações, apagamento de digitais.

Até a década de 1980, havia praticamente um consenso na sociedade brasileira em torno do entendimento do trabalho como um fator positivo para crianças que, dada a situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente essa forma de justificar o trabalho infantil (BRASIL, 2011, p.9).

A partir de então, começou no Brasil, já na década de 80, a percepção do trabalho infantil começa a ser questionada, onde o país que manteve milhões de crianças e adolescentes no trabalho também produziu um país com desigualdade social, pobreza, muitos analfabetos, ficando similar a nações do Terceiro Mundo. Deste modo, uma mobilização em

torno dos direitos da criança e adolescentes começa a surgir, durante o Congresso Constituinte (1986-1988), onde promulgada a nova Constituição Federal em 1988, e inicia-se a elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

A Constituição Federal de 1988 apresenta então em seu art. 227 cujo texto afirma quais são os deveres da família, da sociedade e do Estado: “Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Já no art. 7º, inciso XXXIII (alterado pela Emenda nº 20, de 15 de dezembro de 1998) estabelece como idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Mas o marco regulatório sobre os direitos da criança e adolescentes, no Brasil, é a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), onde nos arts. 60 a 69 tratam da proteção ao trabalhador adolescente, que também dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho (KASSOUF, 2004).

Antes do ECA, o Brasil tinha o Código de Menores, que vigorou por mais de sete décadas, até ser revogado, e o mesmo entendia o “menor” que não estudava ou trabalhava como um potencial “delinqüente”, a ser controlado e reprimido pelas estruturas punitivas do poder público (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, 2011, p.9).

É a partir da década de 1990, que o tema trabalho infantil passou a ocupar lugar de destaque na agenda nacional. A concepção da valorização da escolaridade começa a ser reconhecida. Pesquisadores começam a dar destaque nas pesquisas com esse tema, gerando formulação em política pública.

A Lei 10.097/2000, por sua vez, permitiu que o Brasil obtivesse mais avanço na regulamentação do trabalho exercido por crianças e adolescentes, ao alterar a redação de alguns artigos constantes no Capítulo IV, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dispõe sobre proteção do trabalho do menor (KASSOUF, 2004, p.17):

Artigo 402: Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de 14 até 18 anos.

Artigo 403: É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Parágrafo único: O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Aos adolescentes de 16 e 18 anos está proibida a realização de trabalhos insalubres, perigosos ou penosos, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, os trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social (SCHWARTZMAN, 2004, p.13).

Ainda no sentido da promoção em saúde da criança e adolescente e prevenção do trabalho infantil, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (2011), cria-se o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, junto ao empenho da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), composto pelo poder público, empregadores, trabalhadores, sociedade civil, organismos internacionais. Tem como finalidade específica a elaboração de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a verificação da conformidade das Convenções 138 e 182 da OIT. Ainda, constitui-se um instrumento fundamental na busca pelas metas de eliminar as piores formas do trabalho infantil que deverá ser erradicada até 2015, assumidas tanto pelo Brasil e pelos demais países signatários do documento.

Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome desenvolvem em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI criado em 1996, sendo um programa federal de transferência direta de renda que visa erradicar todas as formas de trabalho infantil num processo de resgate da cidadania e inclusão social. Visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades sócio-educativas (Ministério Desenvolvimento Social, 2006).

A Constituição Federal de 1988 possibilitou novas abordagens em saúde, quando institucionalizou o Sistema único de Saúde (SUS). Foi possível então estratégias para a organização da assistência em todo o território nacional.

Como desdobramento do cuidado com a saúde da criança, destaca-se a elegibilidade de criança e adolescente acidentadas no trabalho, como evento passível de notificação compulsória, segundo a Portaria Nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Essa Portaria define as

terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Em seu anexo III – Lista de notificação compulsória em unidades sentinelas, nº 3, consta acidente de trabalho em crianças e adolescentes.

Em relação à política de promoção da saúde, temos a portaria nº 1823, 23 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando à promoção e a proteção dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos desenvolvidos e dos processos produtivos. No capítulo II, art.8º, destaca-se: - a contribuição na identificação e erradicação de trabalho infantil e na proteção do trabalhador adolescente.

O conceito de trabalho infantil não é tão simples de ser definido, pois a própria definição de infância difere de um país para outro. Assim também é a idéia relacionada ao trabalho de criança e a distinção entre trabalho infantil e exploração de mão-de-obra infantil. Isso significa que a permissão (ou a proibição) para a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho é estabelecida em lei de acordo com a idade. No entanto, esse recorte é móvel, varia de sociedade para sociedade e, em cada uma, muda também de acordo com a compreensão do que seja infância e adolescência.

É indispensável não confundirmos “trabalho infantil”, com formas de difusão e repasse de cultura por meio das gerações ao considerarmos que muitas crianças da zona rural exercem algumas atividades como forma de assimilação de costumes, aprendizagem de valores e atitudes. Exemplo disso é a concepção prática considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) Sem-Terra nesse contexto (SILVA, 2012, p.1).

Segundo Kassouf (2004), em algumas regiões, a infância refere-se à idade cronológica, enquanto em outras se leva em consideração fatores sócio-culturais, e, portanto, a legislação que trata do trabalho infantil também varia.

No Brasil o termo “criança”, de acordo com o Art. 2º do ECA, considera-se a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito de idade.

No entanto, Trabalho Infantil para OIT é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade (SCHWARTZMAN, 2004).

Várias são as formas de valorização do trabalho infantil, sendo visível de acordo com o território em que ele existe, havendo por vezes uma cultura de valorização desse trabalho, como forma de retirar as crianças e adolescentes da ociosidade. É visto também como uma forma de reprodução social, em especial na produção agrícola, que por vezes é mencionado como objetivo primordial, no aprendizado de um ofício e auxílio da Mão-de-obra familiar.

Para Schneider (2005), a identidade e a definição da agricultura familiar assentam-se nas relações de trabalho familiares que lhe emprestam sentido e significado. Para entender como opera e se transforma a agricultura familiar é preciso estudar e conhecer como funcionam e se modificam as famílias de agricultores. E isto nos levará, inequivocamente, a buscar compreender como então as famílias de agricultores buscam viabilizar sua reprodução social. O autor aponta para este tipo de compreensão, que é preciso chamar atenção para a necessidade de se compreender a singularidade do trabalho na agricultura familiar e a representação do significado e do sentido do trabalho que orienta valores e a visão de mundo de indivíduos e dos grupos sociais.

Sendo o objeto de pesquisa as Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar, é importante explicitar o conceito de trabalho infantil que orienta a abordagem desse estudo:

Aquelas atividades econômicas, e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressaltada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos independentemente da sua condição ocupacional (BRASIL, 2004, p.9).

O estudo das Representações Sociais do Trabalho Infantil na agricultura familiar em um município do Centro-oeste Mineiro, nessa pesquisa, mostra a importância e necessidade da construção de políticas públicas de saúde e em saúde do trabalhador mais inclusivas, a partir das práticas sócio-culturais, dos agricultores familiares e crianças, que possuem lógica própria, fundamentadas em experiências pessoais e grupais, inseridos em um determinado território.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Investigar as Representações Sociais sobre processos de Trabalho Infantil para trabalhadores Rurais e crianças da agricultura familiar no território rural de um município do Centro-Oeste de Mineiro.

### **2.2 Objetivos específicos**

- a. Identificar o perfil dos trabalhadores e crianças participantes da pesquisa quanto ao sexo, idade, escolaridade.
- b. Descrever as representações sociais que os trabalhadores da agricultura familiar do município do Centro-Oeste Mineiro têm sobre o processo de trabalho infantil na agricultura familiar quando eram crianças e na atualidade.
- c. Identificar as representações sociais produzidas pela experiência referente ao objeto social trabalho infantil, em crianças pertencentes às famílias do grupo de agricultura familiar no município do Centro-Oeste de Mineiro.

### 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, uma vez que esta permite revelar adequadamente processos sociais pouco conhecidos referentes a grupos particulares, além de propiciar a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação na busca de compreender a lógica interna do grupo ou processo em estudo (Minayo, 2008).

O referencial teórico que embasa esta pesquisa é a Teoria das Representações Sociais (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2003; SÁ, 1998), em que o fenômeno, *Trabalho Infantil*, envolve a construção do objeto de pesquisa.

Fenômeno e objeto de pesquisa nas representações sociais não são, pois, termos equivalentes (SÁ, 1998). Os fenômenos estão na cultura, no conhecimento e pensamento social, e são multifacetados e em constantes mudanças. Eles estão nos universos consensuais de pensamento.

Dessa forma o objeto de estudo nessa pesquisa são as *Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar*.

Foi utilizado ainda o software *AtlasTI*® versão 7.0, ferramenta computacional para a análise de dados qualitativos, nas entrevistas e grupo focal. Os dados da frequência das categorias também foram sistematizados.

#### 3.1 Revisão da literatura

Procurou-se identificar e abordar o processo histórico do trabalho infantil no Brasil em suas dimensões políticas, sociais e jurídicas. Foi realizada uma revisão de estudos organizados nos seis cadernos editados da OIT nessa área temática. Selecionaram-se vários autores que abordam o trabalho infantil na agricultura familiar no Brasil, nos aspectos da dimensão do trabalho como “ajuda”, processo de socialização. Fez-se pesquisa das leis vigentes no Brasil sobre o trabalho infantil, com referência ao Ministério do Trabalho (MTE) - Ministério da Saúde (MS).

A pesquisa de artigos científicos foi feita através de buscas nos portais eletrônicos: Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizadas as palavras-chave: trabalho infantil, agricultura familiar, representação social, território rural, socialização, trabalho, trabalho precoce. Os artigos localizados nas bases de dados e aqueles citados nas publicações avaliadas e consideradas relevantes foram também utilizados.

### **3.2 Campo de estudo**

A pesquisa foi realizada em um município localizado no centro-oeste de Minas Gerais e segundo o IBGE (2010), apresentava em 2010, uma população de 25.975 pessoas, num total de 85,4% residente nas áreas urbanas, e uma população residente rural de 3.782 pessoas, totalizando 14,6% da população do município.

Os participantes da pesquisa eram agricultores inseridos na Associação de Produtores Rurais e Familiares de Santo Antônio do Monte – ASPROSAM e as crianças filhos (as) desses agricultores.

### **3.3 Caracterização da população**

Investigou-se um grupo social de agricultores familiares, e seus filho (as), pertencentes a uma Associação de Produtores Rurais e Familiares de um Município do Centro-Oeste Mineiro.

A Associação foi criada em 2006, contando inicialmente com 15 famílias de produtores rurais. Hoje se apresenta com 75 famílias cadastradas.

### **3.4 Passos preliminares**

Uma vez definido o referencial teórico-metodológico, realizou-se um contato com a Associação e exposição do objetivo da pesquisa. Logo após o consentimento houve a participação nas reuniões dos agricultores familiares, com devido consentimento dos agricultores familiares. Foi feita uma breve exposição sobre trabalho, saúde e trabalho infantil, sendo mencionado também o objetivo da pesquisa.

### 3.5 Técnica para coleta de dados

A coleta de dados foi desenvolvida em 12 semanas em 2012 e consistiu em dois momentos, sendo o primeiro constituído por entrevistas semi-estruturadas (FLICK, 2009). A entrevista foi realizada no território rural onde os agricultores realizam suas atividades na agricultura.

As entrevistas semi-estruturadas, ou ainda, entrevistas semi-padronizadas conforme distingue Flick (2009), fazem uma abordagem “do estudo das teorias subjetivas como um modelo especial análise do conhecimento cotidiano” (p.149). Na primeira etapa foram entrevistados 10 agricultores familiares, pertencentes ao grupo de agricultores inserido na agricultura familiar, com participação de homens e mulheres na mesma proporção.

Os participantes foram convidados a participarem do estudo, sendo-lhes apresentados a pesquisa e seus objetivos. Para aqueles que concordaram em ser entrevistados foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na segunda etapa foram realizados dois grupos focais com 10 agricultores familiares cada.

O grupo focal composto pelas crianças, filhos (as) desses agricultores, foi realizado em dois ambientes, sendo:

1º- local onde as crianças moram (território rural), sendo considerado um lugar não estranho para elas. Foi decidido pelas crianças que a realização do grupo focal seria num riacho, onde as mesmas costumam brincar. De forma lúdica, o grupo foi realizado.

2º- local da sala de reuniões dos agricultores familiares: em círculo, as crianças iam falando suas rotinas do dia-a-dia e o que entendem por atividades de crianças na agricultura familiar.

Nos grupos focais com os agricultores foram utilizadas algumas perguntas para estimular o início do grupo: *“Qual o significado de trabalho para vocês. O que é trabalho infantil. Quais as perspectivas para o futuro. Qual o significado de trabalho rural.”*

Nos grupos focais com crianças foram utilizadas também algumas perguntas, como: *”O que você mais gosta no seu dia-a-dia. Como é um dia seu na agricultura. Fale sobre suas*

*atividades na agricultura. Você já se machucou nas atividades na agricultura. Você gosta do que faz na agricultura. O que pretende ser quando crescer.*

Foi feito também o *Diário de Campo*, onde foi documentado o processo de abordagem, as experiências e os problemas no contato com o campo ou com os entrevistados e a aplicação dos métodos. Para Flick (2009), é importante a necessidade da documentação do processo de pesquisa em andamento e de reflexão sobre esse processo para a ampliação da contabilidade entre os procedimentos empíricos e os focos das notas individuais.

Em relação ao grupo de crianças participantes da pesquisa, foi feito o mesmo procedimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde o Pai/responsável assinava dando ciente à participação da criança.

A fim de resguardar e não identificar os entrevistados e participantes dos grupos focais e entrevistas quando referenciados, estes foram substituídos por números, como por exemplo, “*sujeito 1*”.

As gravações das entrevistas e dos grupos focais – *corpus de análise* – foram transcritas e conferidas a fim de garantir a qualidade dos registros das falas dos entrevistados.

### **3.6 Tratamento e análise dos dados**

A análise de dados se estruturou a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010), por intermédio da categorização temática, na qual os elementos textuais são agrupados através de temas, perfazendo uma investigação sobre o que cada um dos termos tem em relação aos demais e quais correlações podem ser feitas a partir desses índices, possibilitando as inferências da pesquisa. Cada categoria apresentada na pesquisa foi feita por pertinência e nas intenções da investigação.

Foi feita a seguinte seqüência de análise: (a) leitura flutuante; (b) avaliação da expressividade do conteúdo (categorias) escolhido pelo pesquisador; (c) análise das frequências – apenas complementar; (d) releitura flutuante; (e) reafirmação das categorias; (f) análise das frases selecionadas pelo *AtlasTI*® versão 7.0 (g) revalidação das frases e (h) grelha de categorias. Os dados da frequência foram sistematizados com o uso software *AtlasTI*® versão 7.0, ferramenta computacional para a análise de dados qualitativos

(FERREIRA, 2012; FLICK, 2009; GIBBS, 2008), facilitando a análise e apresentação dos resultados.

### **3.7 Aspectos éticos**

Esse estudo foi baseado no projeto de pesquisa intitulado *Representações Sociais do Trabalho infantil na agricultura familiar para os agricultores e crianças do município do Centro-Oeste Mineiro*, submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade federal de Minas Gerais (COEP) estando sob o registro CAAE 03370212.1.0000.5149, do Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Obteve-se o consentimento de todos os sujeitos incluídos no estudo.

## **4 RESULTADOS**

Os resultados deste estudo serão apresentados sob a forma de dois artigos:

O artigo 1 intitulado: Percurso histórico do trabalho infantil no Brasil: crianças na agricultura familiar.

O artigo 2 intitulado: representações sociais do trabalho infantil para agricultores e crianças da agricultura familiar no centro-oeste mineiro.

#### 4.1 ARTIGO 1 - PERCURSO HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: CRIANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Fátima Lúcia Caldeira Brant<sup>1</sup>

Luiz Paulo Ribeiro<sup>2</sup>

Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro<sup>3</sup>

#### RESUMO

Esse artigo analisou o processo histórico do trabalho infantil no Brasil em suas dimensões políticas, sociais e jurídicas. Enfatizou o trabalho de menores na agricultura familiar nas perspectivas do seu significado, valores e condições materiais de vida. Foi realizada uma revisão de estudos organizados pela OIT nessa área temática. Constatou-se que, no Brasil, o trabalho infantil na agricultura ainda persiste nos dias atuais e a legislação existente que protege crianças e adolescentes em situação de trabalho normalmente não é observada com a devida efetividade. Crianças e adolescentes expostos às atividades de trabalho no espaço rural estão expostos também às complexas situações de vulnerabilidades ambiental, social e cultural, possibilitando agravos à sua saúde. Existe pouca informação disponível sobre as reais condições em que as crianças trabalham no setor agrícola e sobre os impactos para a sua saúde e segurança. O sentido do trabalho e seu significado, nesse contexto, variam de acordo com a cultura e sociedade em que a criança está inserida. Esse estudo contribui para discussão da realidade do trabalho infantil na agricultura familiar no Brasil, assim como a sua diversidade e a complexidade de significados.

**Palavras - chave:** trabalho infantil na agricultura, agricultura familiar, território rural.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Especialista em Políticas Sociais (PUC Minas, 1996) e em Saúde do Trabalhador (UFMG, 2010), Mestranda em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG). Contato: [fatimabrant@ibest.com.br](mailto:fatimabrant@ibest.com.br)

<sup>2</sup> Psicólogo, Mestrando em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG). Contato: [luizribeiro@live.com](mailto:luizribeiro@live.com)

<sup>3</sup> Médico do trabalho, Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.



## **ABSTRACT**

This article analyzed the historical process of child labor in Brazil in its political, social and legal. Emphasized child labor on family farms in the prospects of its meaning, values and material conditions of life. We conducted a review of studies organized by the ILO in this subject area. It was found that, in Brazil, child labor in agriculture still persists today and existing legislation that protects children and adolescents at work is usually not observed with due effectiveness. Children and adolescents exposed to the work activities in rural areas are also exposed to the complex situations of vulnerability environmental, social and cultural, enabling harm to your health. There is little information available about the actual conditions in which children work in the agricultural sector and the impacts to their health and safety. The meaning of work and its meaning in this context varies according to culture and society in which the child is inserted. This study contributes to the discussion of the reality of child labor on family farms in Brazil, as well as its diversity and complexity of meanings.

**Key-words:** child labor in agriculture, family farming, rural area

## INTRODUÇÃO

No Brasil, as origens da exploração do trabalho infantil se encontram desde a colonização portuguesa e da implantação do trabalho escravo. As evidências do trabalho infantil não são frutos de um acaso, percebe-se um marco teórico importante para sua existência, sendo os fatores culturais, sociais e econômicos.

Há referências no contexto histórico, em que a formação do povo brasileiro constituiu como resultado da mestiçagem de sua população nativa com a colonização européia e a diáspora africana, sendo marcada pela exploração daqueles que, ao longo dessa trajetória, foram considerados sujeitos desprovidos de capacidades culturais e políticas para se configurar como cidadão plenos (OIT, 2009).

Os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil ocorrem na época da escravidão que perdurou por quatro séculos no país. Nos engenhos os filhos de escravos, tal qual seus pais, passavam pelo mesmo tormento de ter que trabalhar no eito, cortar a cana-de-açúcar, arrastá-la e picá-la em pedaços, colocando-a para moer, espremer e ferver [...]. Acompanhando seus pais, fazia desde serviços domésticos, como servir, lavar, passar, cozer roupas e consertar sapatos, até trabalhos em madeira. No campo, pastoreava gado e realizava tarefas na roça (OIT, 2001, p. 26).

Esse relato acima nos apresenta uma relação com Kassouf (2007), onde o trabalho na agricultura já se apresentava como uma configuração do cenário da sociedade vigente. As crianças acompanhavam os pais no trabalho do campo.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, somente se configura como questão social com o advento da industrialização, quando se inicia um movimento para a restrição da utilização do trabalho de crianças e adolescentes.

Talvez uma forma de descrever o trabalho infantil seja pelas marcas que deixa na vida das crianças e jovens que a ele são submetidas. Para essas pessoas, a sina diária é trabalhar sob qualquer condição, enfrentar cansaço, fome, às vezes mutilação e abandono. O modo como uma determinada sociedade se organiza para o trabalho e o tipo de relações que se estabelecem na produção podem levar à desumanidade e à alienação (OIT, 2001, p. 3).

A erradicação do trabalho infantil tornou-se meta mundial apoiada por diversos seguimentos e agências internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT<sup>3</sup>), Organização Mundial de Saúde (OMS) e o UNICEF<sup>4</sup>, com prioridade de eliminação dos trabalhos perigosos e que podem trazer riscos ao desenvolvimento físico e mental das crianças.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o número de crianças em situação de trabalho na agricultura é aproximadamente dez vezes maior do que o daquelas que trabalham em fábricas como de vestuário, tecelagem de tapeçaria ou costura de bolas de futebol. (OIT, 2008).

De acordo com Kassouf (2004), no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é atualmente, a principal fonte de dados oficiais para análise do trabalho infantil com disponibilidade de informações socioeconômicas e demográficas dessa população.

Embora nem todas as crianças se submetam ao trabalho em si, a simples presença delas no campo é preocupante, em função dos riscos de acidentes graves e até mesmo fatais nesse ambiente.

Dados recentes sobre o trabalho infantil, divulgados pelo IBGE, apresentou números do Censo 2010, que contou com 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade trabalhando, cerca de 530 mil a menos que 2000. Atualmente existem 215 milhões de crianças no mundo em situação de trabalho, 5 milhões são mantidas presas e exploradas sexualmente.

Esse artigo tem por objetivo a análise do processo histórico do trabalho infantil no Brasil em suas dimensões políticas, sociais e jurídicas, enfatizando o trabalho de menores na agricultura familiar nas perspectivas do seu significado, valores e saúde.

---

<sup>3</sup> OIT - –A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos (OIT, 2006)

<sup>4</sup> UNICEF - O **Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund. - UNICEF)** é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

## A LEGISLAÇÃO E O TRABALHO INFANTIL

Até a década de 1980, o consenso na sociedade brasileira em torno do Trabalho Infantil estava consolidado para entender o trabalho como sendo um fator positivo no caso de crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente dessa forma de encarar o trabalho infantil (BRASIL, 2004).

De acordo com a 95ª reunião da Conferência Internacional Del Trabajo (2006) os anos oitenta apresentou grande importância na visibilidade do Trabalho Infantil, principalmente no Brasil:

La tendencia al alza en el trabajo infantil en los años ochenta, y en particular la aparición del fenómeno altamente visible de los niños que viven en la calle, empezó a atraer la atención mundial, y con ella, la participación de las organizaciones no gubernamentales (ONG) y de organismos internacionales tales como la OIT y UNICEF. También era el momento oportuno para actuar porque se restauró la democracia y se adoptó una nueva Constitución en 1988 u luego el Estatuto sobre los Niños y adolescentes promulgado en julio de 1990. (OIT, 2006, p.15)

Desde então, o trabalho infantil é proibido por lei, destacando os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988. O art. 227 determina:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado: Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Atenção especial é dada ao adolescente de 16 a 18 anos com a proibição de sua inserção em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, com cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, aqueles realizados em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social (SCWARTZMAN, 2004). Além disso, trabalhos em minas, estivagem, ou qualquer trabalho subterrâneo tornou-se proibido para aqueles abaixo de 21 anos (KASSOUF, 2007).

No Brasil ainda se tem o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990, que é um marco da promoção, controle e garantia dos direitos das crianças, estabelecendo medidas jurídicas para impedir crianças no mundo do trabalho.

No âmbito internacional, a OIT, em 1992, criou o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) visando à erradicação progressiva do trabalho infantil, mediante o fortalecimento das capacidades nacionais e do incentivo à mobilização mundial para o seu enfrentamento. Com a vinda do IPEC/OIT para o Brasil, as denúncias de trabalho infantil foram sistematizadas, e o governo brasileiro inseriu a questão do trabalho infantil na agenda do Estado como prioridade efetiva.

A OIT entende que o trabalho infantil, além de não constituir trabalho digno, é algo contrário à luta pela redução da pobreza, sobretudo por que rouba das crianças sua saúde, seu direito à educação, ou seja, sua própria vida enquanto crianças.

A legislação brasileira, de maneira distinta das convenções internacionais que definem criança como todo aquele com idade inferior a 18 anos, considera criança a pessoa com idade até 11 anos, 11 meses e 29 dias, e adolescente a que tem idade entre 12 e 18 anos incompletos. Neste caso, optou-se pela utilização do termo “trabalho infantil” para facilitar a distinção do trabalho dos adolescentes com a idade na qual o trabalho é permitido, desde que não comprometa o processo de formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, e nem prejudique sua frequência à escola (Brasil, 2004, p.9).

De acordo com Minayo-Gomez e Meirelles (1997), os limites etários que definem a infância e a adolescência apresentam um caráter histórico-social, pois mudam temporalmente e de sociedade para sociedade.

O trabalho precoce de crianças e adolescentes interferem diretamente em seu desenvolvimento (OIT 2001):

- a. Físico: ficam expostas a riscos de lesões e deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos;
- b. Emocional: podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para estabelecer vínculos afetivos [...] devido às condições de maus-tratos que receberam de patrões e empregadores;
- c. Social: antes de atingir a idade adulta, realizam trabalho que requer maturidade de adulto.

Sendo expostas ao mundo do trabalho mais cedo, ficam impedidas de viver a infância e a adolescência sem os direitos pertencentes às suas fases de desenvolvimento, que são o brincar e o estudar.

O termo “trabalho infantil” nesse artigo:

[...] refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente de sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador, será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 2004).

De acordo com Kassouf (2004), dentre as iniciativas concretas, no sentido de reduzir e erradicar a incidência de trabalho infantil destacam-se as Convenções adotadas pela OIT. O Brasil é signatário da Convenção nº138 (1973), que dispõe sobre a idade mínima para admissão ao emprego e a Convenção nº182 (1999) que versa sobre as piores formas de trabalho infantil.

Segundo o artigo 3º da Convenção nº 182, a OIT compreende por piores formas de trabalho infantil: (i) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; (1) utilização, demanda e oferta de crianças para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; (2) utilização, demanda e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; (3) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Em setembro de 2002, por intermédio da Portaria nº 365, o Brasil, com o objetivo de dar prosseguimento com prioridade às suas ações para eliminar as piores formas do trabalho infantil, elaborou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004), por intermédio da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Constitui-se num instrumento fundamental na busca pelas metas de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020, assumidas pelo Brasil e pelos demais países

signatários do documento “Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015”.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) criado em 1996, no Brasil, como outra iniciativa ao combate do trabalho infantil, seja nos espaços urbanos ou rurais, com idade de 7 a 14 anos, trabalhando em condições penosas, insalubres e degradantes, tem como objetivo fornecer a reposição da renda obtida pelas crianças às famílias, com a condicional de frequência escolar, ao invés de trabalhar (BRASIL, 2004).

O Decreto 6481, no seu primeiro artigo, aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) proposta pela OIT. No segundo artigo, proíbe o trabalho do menor de 18 anos nas atividades previstas na lista TIP. No item I, trabalhos prejudiciais à segurança, apresentam riscos às atividades na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal, trazendo as discussões dos trabalhos, na operação de tratores, máquinas agrícolas, na produção do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi. Segundo a lista TIP existem prováveis riscos ocupacionais, com acidentes com máquinas, esforço físico e posturas viciosas, exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes com animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio e acidentes com instrumentos perfuro – cortantes. Ainda traz as prováveis repercussões à saúde como as afecções músculo-esqueléticas, pneumoconioses, intoxicações exógenas, cânceres de pele, desidratação, doenças respiratórias, ceratoses actínicas, ferimentos mutilações e apagamento de digitais (BRASIL, 2008).

## **AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL: história e evidências**

Para Wanderley (2001):

[...] o rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado [...], mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba [...] um lugar de vida, isto, é um lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo (p.36).

Para a autora, entender o meio rural é preciso considerar sua dinâmica interna, onde esse espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações de parentesco e vizinhança, sendo este o “lugar” da família. As relações associadas ao mercado e à vida urbana, são dinâmicas e externa.

Pires (2007) percebe o rural enquanto construção social. Além de um local de trabalho, o espaço rural oferece moradia e várias famílias passam a residir em áreas rurais em busca de qualidade de vida, assim como espaço de lazer. O rural como espaço físico, local de relações sociais.

Para Schneider (2005) a identidade e a definição da agricultura familiar no rural assentam-se nas relações de trabalho familiares que lhe emprestam sentido e significado. Para entender como opera e se transforma a agricultura familiar é preciso estudar e conhecer como funcionam e se modificam as famílias de agricultores. E isto levará, inequivocamente, a buscar compreender como as famílias de agricultores buscam viabilizar sua reprodução social, que é a temática sociológica por excelência daqueles que estudam este complexo e inesgotável objeto. O autor afirma que é preciso chamar atenção para a necessidade de se compreender a singularidade do trabalho na agricultura familiar, a representação do significado e do sentido do trabalho que orienta valores, a visão de mundo de indivíduos e dos grupos sociais.

De acordo com Schneider:

[...] a agricultura familiar consiste em uma forma social que envolve unidades (estabelecimentos agropecuários) que compreendem a posse ou propriedade de uma parcela de terra (geralmente de tamanho pequeno) em que trabalha um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e consaguinidade (podendo haver membros que não possuem estes vínculos), produzindo ao mesmo tempo, para garantir a autossuficiência alimentar (autoconsumo) e a obtenção de excedentes destinados às trocas e\ou aos mercados. Essa forma social de produzir e trabalhar interage com o contexto ou ambiente em que estiver inserida (também chamado de territórios) através de relações de trabalho na agricultura [...] (SCHNEIDER, 2005, p.3).

Ainda de acordo com esse autor “a força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social” (SCHNEIDER, 2010, p.110).

No Brasil, houve autores que fizeram a revisão sobre a importância da agricultura familiar, onde se constata a predominância de agricultura familiar, demarcado pelo surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), no início dos anos 90 (SHMITZ; MOTA, 2006, p.908).

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas



categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER, 2010, p.109). A criação e o reconhecimento da agricultura familiar devem-se às lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural.

## **TRABALHO DE CRIANÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Diversos autores estudaram a importância das sociedades camponesas no Brasil na transmissão do patrimônio de práticas e saberes no trabalho. As gerações mais velhas acreditavam no processo de socialização do trabalho das crianças, pelas práticas no trabalho de acordo com Marin e Vendrusculo (2010).

Os estudos sociais que problematizam as unidades de produção familiar associam a família, a terra e o trabalho como tripé sob o qual se sustenta a reprodução camponesa. Esses valores são construídos sob a lógica do trabalho familiar, sendo a terra o principal meio de produção das necessidades indispensáveis à reprodução da família (MARIN et al., 2012, p.10).

Vários são os fatores que implicam a utilização da mão de obra infantil na agricultura familiar, onde problemas desde a ordem histórica e estrutural estão presentes.

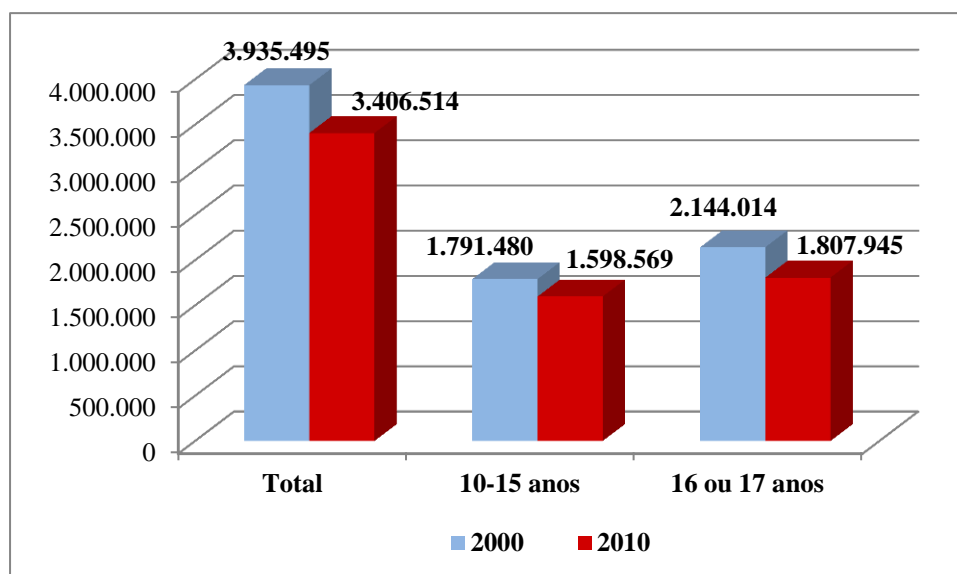
Foi o estudo de Antuniassi (1983), que deu atenção do trabalho infanto-juvenil no meio rural, incluindo a agricultura familiar, enfatizando os problemas adversos que implicariam na escolarização dessas crianças que trabalhavam.

Woortmann e Woortmann (1997) tiveram outras considerações sobre o trabalho de crianças na agricultura familiar. Em estudo feito no nordeste, década de 1980, compreenderam que a ajuda dada pelas crianças faz parte do ciclo da vida, onde o menino se transforma em homem e a menina em mulher.

## ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PRESENÇA DE CRIANÇAS

O Gráfico 1 mostra a ocupação de indivíduos de acordo com o grupo de idade.

Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade – Brasil – 2000/2010



Fonte: IBGE (2012)

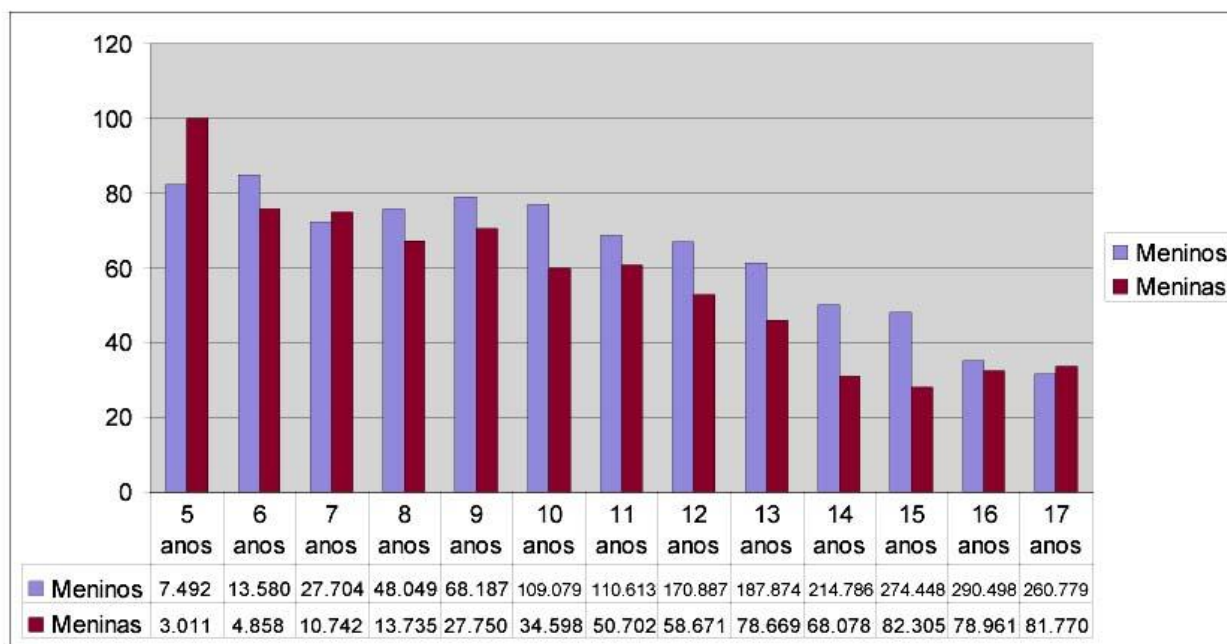
Vários estudos foram feitos pela Kassouf (2004, 2007) onde a presença de crianças nas atividades agrícolas foi observada. Para ela, as diferenças de gênero, entre atividades nas áreas rurais e urbanas, de risco ou não, tempo integral ou parcial, no ramo agrícola, comercial, industrial, etc. devem ser analisadas separadamente, já que suas peculiaridades exigem políticas de combate diferenciadas (KASSOUF, 2007, p.346).

De 2000 para 2010, na faixa etária de 10 a 15 anos houve uma redução de 198 mil pessoas (10,8%). Entre os adolescentes de 16 ou 17 anos de idade, a redução foi de 336 mil, (15,7%). A redução no número de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, de 2000 para 2010, em área rural foi maior que em área urbana. Enquanto na área rural houve uma queda de 339 mil pessoas, na área urbana a redução foi de 190 mil, caindo de 2,541 milhões para 2,351 milhões no mesmo período.

De acordo com Kassouf (2004), no perfil infantil no ramo agrícola do Brasil, o principal ramo de atividade, tanto para meninos, quanto para meninas de 5 a 15 anos, no território rural é o agrícola, apesar de haver maior proporção de meninos. Quase 60% dos

meninos e 43% das meninas trabalham na agropecuária. A proporção de jovens de 16 e 17 anos, no ramo agrícola (37% dos homens e 18% das mulheres).

Gráfico 02: Número de crianças e jovens no ramo de atividade agrícola e porcentagem de crianças e jovens trabalhando no mesmo ramo, por sexo e idade.



Fonte: PNAD (2001)

O gráfico acima apresenta dados obtidos na PNAD, realizada pelo IBGE em 2001, onde foi feito um Suplemento Especial sobre Trabalho Infantil – O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro - tendo como coordenadora a autora Kassouf (2004), no âmbito da OIT. Foi dado ênfase ao trabalho de crianças e adolescentes de 5 anos a 17 anos, no ramo de atividade agrícola, que inclui agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura. As regiões analisadas foram: Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e área urbana do Norte do Brasil. De acordo com Kassouf (2004), até os 10 anos de idade, a grande maioria das crianças está trabalhando na agricultura (próximo a 80% dos meninos e mais de 70% das meninas). Parece que as atividades agrícolas são de fácil acesso a crianças pequenas, talvez por estarem engajadas em atividades familiares. Já para os adolescentes de 14 a 17 anos é inferior, principalmente para as meninas.

Nas pesquisas realizadas pelo IBGE (PNAD) percebe-se que a ocorrência do trabalho infantil na agricultura é evidente, existindo pouca informação disponível sobre as reais

condições em que trabalham as crianças em situação de trabalho infantil agrícola e sobre os impactos para a sua saúde e segurança. As crianças em situação de trabalho infantil agrícola trabalham num setor histórico e tradicionalmente pouco regulamentado em muitos países. Quando comparados com trabalhadores de outros setores, os trabalhadores agrícolas estão menos protegidos, independentemente da idade (OIT, 2008).

As crianças em situação de trabalho infantil na agricultura estão sujeitos a todos os perigos que os adultos estão em situação de trabalho. Entretanto, os perigos e os riscos laborais que podem afetar as crianças inscrevem-se de forma mais grave. É necessário levar em consideração que as crianças ainda se encontram em fase de crescimento e que possuem características e necessidades especiais.

Os fatores que tornam as crianças mais vulneráveis do que os adultos face aos perigos no local de trabalho são numerosos e complexos. Qual seriam então os riscos e as vulnerabilidades do trabalho infantil na agricultura?

De acordo com a OIT (2008), alguns deles são: as horas tendem a ser extremamente longas durante a plantação e as colheitas; grande parte do trabalho agrícola é fisicamente exigente e árduo; as crianças têm que trabalhar sob temperaturas elevadas; usam ferramentas de corte perigosas; correm o risco de caírem ou serem atingidas por objetos; os problemas de pele são frequentes; riscos de acidentes ou mortes devido a veículos agrícolas e máquinas pesadas; exposição a ruídos pode trazer problemas para audição; muitas crianças carregam, misturam e aplicam pesticidas tóxicos; problemas de respirar poeiras orgânicas; riscos de sofrer ferimentos ou ficarem doentes devido a animais de criação e selvagens.

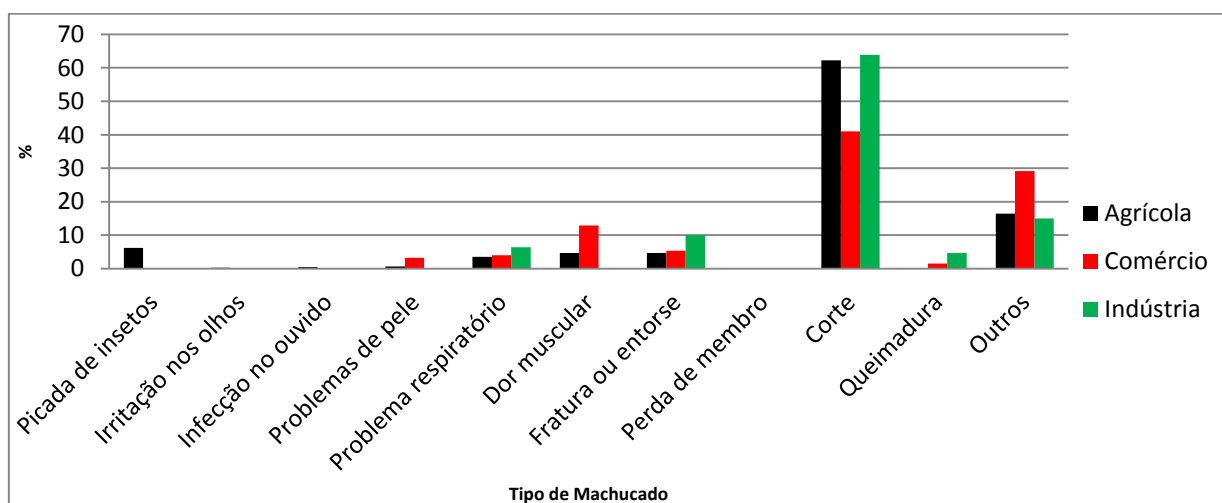
O fato de trabalharem de pés descalços nos campos ou na proximidade dos animais faz ainda com que possam sofrer cortes, pisaduras, ferimentos por espinhos, problemas de pele, ou até de doenças relacionadas com a água, especialmente quando os solos são úmidos e lamacentos, ou são deliberadamente inundados como acontece no caso do cultivo do arroz.

Deste modo as crianças não estão, muitas vezes, familiarizadas com os perigos e os riscos e não recebem formação sobre como evitá-los.

As crianças são mais vulneráveis às doenças e aos acidentes de trabalho devido a alguns fatores, dentre os quais se podem citar a imaturidade e inexperiência, distração e

curiosidade naturais à idade, pouca resistência física, menor coordenação motora (BRASIL,2004).

Gráfico 03: porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando que se machucaram ou ficaram doentes devido ao trabalho, no período de um ano anterior à pesquisa, de acordo com tipo de machucado ou doença, por ramo de atividade, Brasil 2001.



Fonte: PNAD (2001)

O gráfico apresentado, de acordo com Kassouf (2004), apresenta como agravo acidente na agricultura, o “corte” como o maior problema enfrentado pelas crianças no setor agrícola. De acordo com o Relatório do Banco Mundial (2001), a agricultura é uma das ocupações com maior risco em termos de morbidade e mortalidade. Os riscos estão relacionados ao maquinário, aos produtos químicos, condições meteorológicas, uso de facas (cortes) .

Outros fatores podem estar presentes na relevância do trabalho infantil na agricultura familiar, como a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados (MARIM; VENDRUSCULO, 2010).

Para Nicodella et al. (2008, p. 675), apesar dos fatores culturais ligados ao trabalho infantil, o principal motivo ao trabalho das crianças é a baixa renda *per capita* familiar. Pais que não possuem a capacidade de arcar com o mínimo necessário para suprir a subsistência da família se vêem obrigados a inserir suas crianças no mercado de trabalho.

Muitas culturas agrícolas como, por exemplo, a cana-de-açúcar, sisal e fumo, são amplamente discutidos na mídia e nos meios acadêmicos como perigosas para os trabalhadores em geral e principalmente, para as crianças (KASSOUF, 2004).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há uma ampla mobilização social de organizações governamentais e não governamentais que priorizam os direitos da criança e do adolescente, no que diz respeito às estruturas socioeconômicas, mas a prevalência do trabalho infantil permanece em patamares elevados. A persistência do trabalho infantil a partir da idade permitida sem a devida proteção viola os direitos da criança, de acordo com as leis.

Os fatos históricos nos proporcionam o conhecimento que, além da pobreza, os estudos recentes apontam a questão cultural como um dos determinantes do trabalho infantil no Brasil. Entretanto, a exploração do trabalho infantil prejudica o bem-estar das crianças, sua educação escolar e o desenvolvimento da vida futura.

A inserção precoce de crianças no trabalho rural, principalmente na agricultura e na produção familiar são formas distintas, tanto no processo produtivo como na caracterização do trabalho, sendo ele singular. Estas atividades singulares apresentam diversidade, em termos de sua incidência regional, de suas formas, de suas causas e dos grupos sociais.

Existe pouca informação disponível sobre as reais condições em que trabalham as crianças em situação de trabalho infantil agrícola e sobre os impactos para a sua saúde e segurança, dado que essa questão tem sido abordada principalmente de uma perspectiva política, econômica e sociológica.

O sentido do trabalho, seu significado no aprender a “trabalhar” varia de acordo com a cultura e com a sociedade. Percebe-se com o contexto histórico da colonização do Brasil, que o momento histórico é importante na definição da situação de trabalho.

O trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundido com aquele em que as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente, com consequentes prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social.

Considera-se necessário então, alguns questionamentos sobre o caráter univesalista e generalista que o trabalho infantil tem, e que levam a várias discussões.

Tem-se que considerar o tipo de trabalho que a criança e ou adolescente está inserido, o local, riscos e agravos, a opção pelo trabalho, questões relativas ao contexto, à cultura, o tempo livre e o tempo para frequentar as aulas, a idade e as leis pertinentes à sociedade no qual esse fenômeno ocorre. É um desafio que requer políticas e ações que preconizam a transversalidade e a intersectorialidade, junto da sociedade civil.

Devido aos sistemas de notificação, os dados oficiais sobre a incidência dos acidentes e doenças laborais são imprecisos e subestimados em todos os setores econômicos e percebe-se que no caso da agricultura, a baixa notificação dos casos é ainda mais evidente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.481** de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente, 2011.

KASSOUF, A. L. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. OIT, 2004a. 92p.

KASSOUF, A. L. **Perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade**. OIT, 2004b. 92p.

KASSOUF, A. L.; HOFFMANN, R. **Acidentes de trabalho em crianças e jovens: aplicação de um modelo próbite bivariado recursivo**. OIT, 2004c. 22p.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 323-350, mai/ago 2007.

MARIN, J. O. B.; VENDRUSCULO, R. **Infância e trabalho nas unidades de produção familiar**. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4, 06 a 09 de julho de 2010, Curitiba (PR).

MARIN, J. O. B.; SCHNEIDER, S.; VENDRUSCULO, R.; SILVA, C. B. C. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo - RS. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.50, n.4, 2012.

MINAYO-GOMEZ C.; MEIRELLES, Z. V. **Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva**. 1997, p.9.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. **PETI - Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/delegacias/sp/peti-programa-de-erradicacao-ao-trabalho-infantil/>, acesso em: 03 de julho de 2013.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe; KASSOUF, Ana Lúcia; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 3, Set. 2008.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil**; guia para educadores. Brasília: IPEC, 2001. 64p.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Eliminação do trabalho infantil perigoso na agricultura**. Edição: Gabinete de Estratégia e Planejamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal Orientações Políticas e Práticas, 2008.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Boas práticas do setor saúde para a erradicação do trabalho infantil**. Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2009.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **La eliminación del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance**. Conferencia Internacional Del Trabajo, 95ª reunión, 2006, Ginebra.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007. p.13-53.

SCHIMTZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**, Itabuna, v.19, p.21-30, 2007.

SCHNEIDER, S. **Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT**. Porto Alegre, 2005.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris**, Campinas, v.4, n.1, p. 85-131, março 2010.

SCHWARTZMAN, S. **Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002**. Brasília: OIT, 2004. 128p.



WANDERLEY, M. N. B. A. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Argentina, 2001. p.31-44.

WOORTMAN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

## 4.2 ARTIGO 02 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO INFANTIL PARA AGRICULTORES E CRIANÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO-OESTE MINEIRO

Fátima Lúcia Caldeira Brant<sup>1</sup>

Luiz Paulo Ribeiro<sup>2</sup>

Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo a compreensão das Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar no Centro-Oeste Mineiro, como forma de conhecimento sobre o fenômeno do trabalho infantil, nos aspectos de seus valores, idéias, práticas e na especificidade do trabalho no contexto da agricultura familiar. Os sujeitos dessa pesquisa foram os agricultores familiares e suas crianças filhos (as) pertencentes a um grupo de agricultores familiares. As ferramentas metodológicas para a abordagem qualitativa dessa pesquisa foram entrevista semi-dirigida e grupo focal, assim como o software *AtlasTI*® versão 7.0 para a análise computacional dos dados qualitativos. Foram abordados os relatos dos agricultores sobre as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar vivenciado no passado, quando eram crianças e a representação social desse fenômeno na vida atual. As crianças filhos (as) dos referidos agricultores também relataram suas representações atuais, na lida das atividades da agricultura familiar. Em análise do material pesquisado, os resultados indicaram que desde tempos passados, na vida desses agricultores, o trabalho infantil tinha a denominação de “Ajuda”, mas era permeado de sofrimento, muito trabalho e esforço. Observou-se uma obrigatoriedade no exercício dessa “ajuda” como característica comum nos relatos e também, um sentimento de solidariedade dos agricultores em relação aos seus pais. Esse processo de “ajuda” vivenciado pelos agricultores no passado, fez com que os mesmos renormalizassem a forma de repassar aos seus filhos as atividades da agricultura familiar. Mesmo com a permanência da perspectiva de “ajuda” ainda nos dias atuais, as atividades desenvolvidas pelos seus filhos (as), hoje, não são obrigatórias, mas constituem um processo de socialização e valores para a vida de Trabalho. Percebeu-se que os dispositivos legais, foram também importantes na redefinição das novas normas familiares sobre o trabalho infantil. Ainda foi possível perceber a ênfase e importância dadas ao papel da escola na formação das crianças e seu futuro no contexto da vida produtiva. Em relação aos discursos dos filhos dos agricultores, atualmente, o trabalho de criança é entendido como “ajuda”, não havendo em nenhum momento referência a um processo de exploração.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil, Agricultura Familiar, Socialização, Representações Sociais.

<sup>1</sup> Psicóloga, Especialista em Políticas Sociais (PUC Minas, 1996) e em Saúde do Trabalhador (UFMG, 2010), Mestranda em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG). Contato: [fatimabrant@ibest.com.br](mailto:fatimabrant@ibest.com.br).

<sup>2</sup> Psicólogo, Mestrando em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG). Contato: [luizribeiro@live.com](mailto:luizribeiro@live.com).

<sup>3</sup> Médico do trabalho, Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

## ABSTRACT

This paper aims to understand the social representations of Child Labor in Family Farming in the Midwest of Minas Gerais, as a form of knowledge about the phenomenon of Child Labour, in aspects of their values, ideas, practices and specificity of work in the family farming. The subjects of this research were family farmers and their children belong to a group of family farmers. Methodological tools for qualitative approach of this research were semi-structured interview and focus group, as well as AtlasTI<sup>®</sup> software version 7.0 for the computational analysis of qualitative data. Addressed the reports of farmers on the social representations of child labor on family farms experienced in the past when they were children and the social representation of this phenomenon in the present life. Daughters and sons of these farmers also reported their current representations, the read of family agriculture. In analyzing the research material, the results indicated that since ancient times, the lives of these farmers, child labor had the name "Help", but it was fraught with suffering, hard work and effort. There was a requirement in the exercise of this "aid" as a common feature in the reports and also a feeling of solidarity among farmers regarding their parents. This process of "help" experienced by farmers in the past, made the same re-normalized form to pass on to their children, family agriculture. Even with the remnant of the "help" even today, the activities undertaken by their children, today, are not mandatory, but is a process of socialization and life values Work. It was noticed that the legal, were also important in redefining the new family rules on child labor. It was still possible to see the emphasis and importance given to the role of schools in shaping children and their futures in the context of productive life. In relation to the discourses of the sons of farmers today, child labor is understood as "help", without reference at process of exploration.

**Keywords:** Child Labour, Family Farming, Socialization, Social Representations.

## INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu do desejo de se compreender as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar brasileira, mediante as diferentes concepções de trabalho infantil.

O Brasil sendo signatário da Convenção 182 da OIT elaborou a descrição dos tipos de trabalho infantil pela natureza e condições em que são realizados, aprovando o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a Lista das Piores Formas do Trabalho infantil (Lista TIP).

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem expressamente o trabalho infantil, porém permitem que adolescentes com mais de 14 anos

trabalhem como aprendizes e que adolescentes com mais de 16 anos exerçam atividades que não sejam consideradas insalubres, degradantes ou perigosas.

De acordo com dados atuais sobre o trabalho infantil no Brasil, apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 7 anos estavam trabalhando no país em 2011. Do total de crianças e adolescentes empregados 89 mil, tinham 5 a 9 anos de idade, 615 mil estavam na faixa etária de 10 a 13 anos e a maioria, cerca de 3 milhões, tinham entre 14 e 17 anos de idade. Em todas as faixas etárias, o sexo masculino era predominante. Entre a população ocupada de 5 a 13 anos de idade, 63,5% trabalhavam em atividades agrícolas, sendo que aproximadamente 74,4% dos trabalhadores desse grupo atuavam sem remuneração.

O referencial teórico que embasa esta pesquisa é a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003, Jodelet, 2001, Sá, 1998). Para Moscovici, os fenômenos de representação social são caracteristicamente construídos de universos consensuais de pensamentos, e o objeto de pesquisa está no universo reificado da ciência.

Percebe-se que o fenômeno da representação social é amplo e complexo, do qual se extrai um objeto a ser investigado para se produzir novos conhecimentos ou ciência. De acordo com Sá (1998) Fenômeno e Objeto de pesquisa não são, pois, termos equivalentes, além disso, o autor reitera que “a definição do par sujeito-objeto de uma pesquisa, deve-se ter em mente que a representação que os liga é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim detectado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente” (p. 50).

Para Moscovici (2003), o conceito de representação social é:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p.21).

A respeito do conceito de Representação Social, Jodelet (2001) assinala:

As representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da

comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (p.26).

Ainda quanto à formação das representações sociais, onde o acesso ao conhecimento social, da história de cada indivíduo, que orienta e justificam as práticas sociais, valores, idéias de uma dada população, grupo e comunidades, está vinculada aos processos de objetivação e ancoragem – transformação do não familiar em familiar - o que é inicialmente estranho, ganha uma nova perspectiva – se torna familiar.

A teoria das Representações Sociais, ao romper com a dicotomia entre objetividade e subjetividade, ao permitir a apreensão dos fenômenos psicológicos em sua dimensão social, tem se configurado num paradigma de grande relevância e abre espaço para o exercício da interdisciplinaridade. Nesse contexto, o presente estudo pretende compreender as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar, em um município do centro-oeste de Minas Gerais, a partir das vivências dos agricultores quando crianças, e o que pensam atualmente sobre trabalho infantil. A pesquisa também abrangeu as crianças da agricultura familiar desse grupo social, no sentido de compreender também o que as mesmas pensam sobre trabalho infantil na agricultura.

## **CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO DE CRIANÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Sendo o objeto de pesquisa as Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar, é importante explicitar o conceito de trabalho infantil que orienta a abordagem desse estudo:

Aquelas atividades econômicas, e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressaltada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos independentemente da sua condição ocupacional (BRASIL, 2004, p.9).

Assim como é importante também situar o significado de agricultura familiar, de acordo com Schneider (2005):

Agricultura familiar consiste em uma forma social que envolve unidades (estabelecimentos agropecuários) que compreendem a posse ou propriedade de uma parcela de terra (geralmente de tamanho pequeno) em que trabalha um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e consangüinidade (podendo também haver membros que não possuem estes vínculos), produzindo, ao mesmo tempo, para garantir a auto suficiência alimentar (autoconsumo) e a obtenção de excedentes destinados às trocas e/ou aos mercados (p.3).

Ainda para esse mesmo autor, essa forma social de produzir e trabalhar interage com o contexto ou ambiente em que estiverem inseridas (também chamado de territórios<sup>5</sup>) através de relações mercantis, econômicas, culturais, políticas, entre outras (SCHNEIDER, 2005, p.4).

De acordo com Antuniassi (1983), o conceito de trabalho tem sido muito utilizado na literatura filosófica e histórico-sociológica. O trabalho é em geral, definido como uma atividade específica da espécie humana, de onde advém a noção do seu caráter humanizador na relação que se estabelece entre o homem e a natureza (p.19). O autor traz a centralidade da problemática do trabalho infanto-juvenil no rural brasileiro, com destaque nas unidades de produção familiar, e suas implicações no processo de escolarização das crianças.

No Brasil vários autores tratam do tema com rigor dentro da ótica da problemática do trabalho infantil no meio rural brasileiro e na agricultura familiar.

Entende-se então, a agricultura familiar como um tripé: trabalho, família e gestão. Ela constitui-se numa das formas de produção no campo, coexistindo com outras, como o campesinato (SARON; HESPANHOL, 2010). O campesinato como forma de produção, não tem o vínculo com o mercado, como o agricultor familiar.

Para Carneiro (1999), entende-se “por agricultura familiar, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas” (CARNEIRO, 1999, p.329).

Para Marin e Vendruscolo (2010), a construção social da infância, o trabalho da criança nas unidades de produção familiar pode estar relacionado a fatores causais como a pobreza, a baixa produtividade dos fatores de produção ou a falta de tecnologias. Mencionam também a importância do trabalho na transmissão de saberes historicamente acumulados.

Na maior parte desses estudos, a unidade de produção familiar é visualizada como uma forma não capitalista de produção, na medida em que não há separação entre o produtor direto e os meios de produção. É uma produção que tem por base a utilização da mão de obra

---

<sup>5</sup> Território: A categoria analítica é o território usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelo homem [...] Espaço como processo e produto das relações sociais, que se realiza enquanto uma instância social; (SANTOS, 2003, p.311).

familiar, que não se configura plenamente como compra e venda da força de trabalho, em contraste com as características básicas da produção capitalista e conseqüentemente do trabalho assalariado (ANTUNIASSI,1983, p.25).

Nos anos 60, os agricultores do sul do Brasil de acordo com Abramovay (1998), além dos alimentos que produziam e matérias-primas, preocupavam-se muito com novas unidades de produção familiar, para a continuidade da profissão de agricultor.

Schneider (2005) em análise do relatório da OIT (2004) afirma que é necessário compreender o significado do que se denomina agricultura familiar. Para ele, o trabalho infantil na agricultura familiar assume papel importante no processo socialização das crianças associado há um duplo sentido. De um lado existe uma divisão de tarefas entre os membros que compõem o coletivo familiar, com divisões de tarefas e atribuições de responsabilidades. Há também divisão sexual e etária do trabalho, pois as atividades variam segundo sexo e a idade dos mesmos.

Kassouf e Santos (2011) fazem uma investigação sobre os efeitos da riqueza familiar no meio rural, mensurada pelo tamanho da propriedade agrícola, sobre a propriedade de ocorrência do trabalho infantil (p.2).

Para Marin et al. (2010), pelos estudos das diferentes realidades empíricas, os camponeses e agricultores familiares valorizavam as virtudes do trabalho na formação das crianças e do futuro herdeiro das terras. Para esses autores possivelmente, os legisladores também mantiveram o mesmo entendimento, pois o aparato legal brasileiro não proibiu o trabalho desenvolvido pelas crianças e adolescentes nas unidades de produção agrícola familiar (p.5)

A infância é uma construção social, cujas representações transformaram-se ao longo da história e dessa forma esse trabalho vem contribuir para a compreensão das atividades infantil na agricultura familiar pelas representações sociais desse grupo social , pois normalmente é desconsiderado os contextos econômicos, sociais, culturais e suas particularidades nas atividades da agricultura familiar realizadas pelas crianças.

## MÉTODO

A pesquisa foi realizada em um município localizado no centro-oeste mineiro e segundo o IBGE (2010), apresentava em 2010, uma população de 25.975 pessoas, num total de 85,4% residente nas áreas urbanas, e uma população residente rural de 3.782 pessoas, totalizando 14,6% da população do município.

Nesse estudo, adotou-se a metodologia qualitativa, por ser um tipo de abordagem que permite revelar processos sociais referentes a grupos particulares, além de propiciar a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias para compreender a lógica interna do grupo em estudo (MINAYO, 2010).

Como teoria de base para o estudo do fenômeno trabalho infantil e o objeto de pesquisa a Representação Social do Trabalho Infantil na agricultura familiar, usou-se a Teoria das Representações Sociais.

A coleta de dados foi desenvolvida em 12 semanas em 2012 e consistiu em dois momentos, sendo o primeiro constituído por entrevistas diretas e semi-estruturadas (FLICK, 2009). A entrevista foi realizada no território rural onde os agricultores realizam suas atividades. As entrevistas semi-estruturadas, ou ainda, entrevistas semi-padronezadas conforme distingue Flick (2009), fazem uma abordagem “do estudo das teorias subjetivas como um modelo especial análise do conhecimento cotidiano” (p.149).

Na primeira etapa foram entrevistados 10 agricultores familiares, pertencentes ao grupo de agricultores inserido na agricultura familiar, com participação de homens e mulheres na mesma proporção. Foram selecionados agricultores familiares proprietários e/ou arrendatários da propriedade. Entretanto a primeira entrevista evidenciou perda de qualidade sonora e variáveis tangenciais que perfizeram a necessidade da exclusão da mesma. Não foi feita tentativa de re-entrevista, pois o sujeito já tinha pré-conhecimento das questões a serem abordadas.

Os critérios para o número de entrevistados obedeceu ao critério de “saturação”, não definindo previamente o número de entrevistados.



De acordo com Sá (1998), quando os temas e /ou argumentos começam a se repetir isto significaria que entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo.

A segunda etapa da pesquisa foi constituída por quatro grupos focais (IERVOLINO; PELICIONI, 2001; KIND, 2004; CRESSWELL, 2010), sendo dois grupos de 10 agricultores familiares, com igual proporção de homens e mulheres, totalizando 20 agricultores. Foram feitos dois grupo focais com 6 crianças cada grupo, na idade de 6 a 12 anos. O local da realização dos grupos focais dos agricultores familiares se deu em uma sala onde se reúne o grupo.

Os participantes foram convidados a participarem do estudo, sendo-lhes apresentados a pesquisa e seus objetivos. Para aqueles que concordaram em ser entrevistado foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em relação ao grupo de crianças participantes da pesquisa, foi feito o mesmo procedimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde o Pai/responsável assinava dando ciente à participação da criança. A fim de resguardar e não identificar os entrevistados e participantes dos grupos focais e entrevistas quando referenciados, estes foram substituídos por números, como por exemplo, “*sujeito 1*”.

O grupo focal composto pelas crianças, filhos (as) desses agricultores, foi realizado em dois ambientes, sendo:

- a. 1º- local onde as crianças moram (território rural), sendo considerado um lugar não estranho para elas. Foi decidido pelas crianças que a realização do grupo focal seria num riacho, onde as mesmas costumam brincar. De forma lúdica o grupo foi realizado;
- b. 2º- local da sala de reuniões dos agricultores familiares: em círculo, as crianças iam falando suas rotinas do dia-a-dia e o que entendem por atividades de crianças na agricultura familiar.

As gravações das entrevistas e dos grupos focais – *corpus de análise* – foram transcritas e conferidas a fim de garantir a qualidade dos registros das falas dos entrevistados. A análise de dados se estruturou a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), por intermédio da categorização temática, na qual os elementos textuais são agrupados através de temas, perfazendo uma investigação sobre o que cada um dos termos tem em relação aos demais e quais correlações podem ser feitas a partir desses índices, possibilitando as

inferências da pesquisa. Cada categoria apresentada na pesquisa foi feita por pertinência e nas intenções da investigação.

Foi feita a seguinte sequência de análise: (a) leitura flutuante; (b) avaliação da expressividade do conteúdo (categorias); (c) análise das frequências – apenas complementar; (d) releitura flutuante; (e) reafirmação das categorias; (f) análise das frases selecionadas pelo *AtlasTI*® versão 7.0 (g) revalidação das frases e (h) grade de categorias.

Os dados da frequência foram sistematizados com o uso software *AtlasTI*® versão 7.0, ferramenta computacional para a análise de dados qualitativos (FERREIRA, 2012; FLICK, 2009; GIBBS, 2009), facilitando a análise e apresentação dos resultados.

Assim, as categorias de análise (*families*) foram construídas a partir do direcionamento da pesquisa e dos recorrentes termos, conceitos e construções notadas nas falas da população pesquisada (*codes*). Estas foram organizadas a partir das seguintes denominações: Trabalho Infantil; Agricultura Familiar; Trabalho; Socialização; Lei; Para cada categoria acima citada, foi feita a frequência das subcategorias sistematizados pelo *AtlasTI*® versão 7.0.

A análise bibliográfica procurou levantar estudos sociais que abordavam o trabalho infantil no meio rural e na agricultura familiar. Em relação ao marco regulatório do tema, as leis vigentes sobre trabalho infantil, destacam principalmente o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.6.481/2008, que versa sobre as piores formas do trabalho infantil, e foram conjuntamente utilizados para o embasamento teórico desse estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores familiares que fizeram parte desse estudo pertenciam a um grupo de agricultura familiar composto por 75 famílias, e eram proprietários e ou arrendatários da propriedade rural em que realizavam sua atividade de trabalho.

As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores são: agricultura, agricultura e pecuária, aquicultura e pesca, pecuária e artesanato, apicultura, pecuária.

**Tabela 01:** Principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares participantes da associação pesquisada

<i>Atividade</i>	<i>%</i>
Agricultura	41
Agricultura e pecuária	12
Agricultura e pesca	3
Aqüicultura e artesanato	3
Apicultura	5
Pecuária	19
Não identificada	4

**Fonte:** elaborado pela autora com base nos dados da Associação pesquisada/Declaração de Aptidão ao PRONAF.

A atividade na agricultura vem em primeiro lugar se destacando diante das outras atividades. Nesse território onde se desenvolve a agricultura familiar a mecanização é quase inexistente, apenas relacionada à irrigação de hortaliças, muitas das vezes usando o método de irrigação por gravidade sem a utilização de bombas e demais utensílios.

A faixa etária dos agricultores entrevistados é predominante a idade 41 a 50 anos, como apresentado na tabela 02, abaixo:

**Tabela 02:** Faixa Etária dos agricultores familiares participantes da pesquisa

<i>Faixa Etária</i>	<i>%</i>
de 41 a 50 anos	45
de 51 a 60 anos	25
de 61 a 70 anos	30

**Fonte:** elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

**Tabela 03:** Escolaridade dos agricultores familiares entrevistados e grupo focal

<i>Escolaridade</i>	<i>%</i>
Ensino Fundamental incompleto	40
Ensino Fundamental completo	10
Ensino Médio Incompleto	25
Ensino Médio Completo	3
Ensino Superior	1
Não souberam responder	21

**Fonte:** elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Observa-se que o número de agricultores familiares com ensino fundamental completo é muito baixo (10%), e os que não completaram o ensino fundamental é alto o índice (40%). Quando mencionaram sobre o estudo, revelarar

A faixa etária das 12 crianças participantes do grupo focal foi de 06 a 12 anos de ambos os sexos. Idade correspondente à fase de criança de acordo com o ECA.

**Tabela 03:** Idade das crianças participantes dos grupos focais

<i>Idade</i>	<i>%</i>
12 anos	8,3
10 anos	8,3
9 anos	8,3
8 anos	33,3
7 anos	25
6 anos	16,6

**Fonte:** elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A porcentagem maior de criança participante no grupo focal, correspondeu a idade de 8 anos, seguida da idade de 7 anos e 6 anos. Todas as crianças estudam.

**Tabela 04:** Escolaridade das crianças envolvidas na pesquisa.

<i>Escolaridade/série</i>	<i>%</i>
7º ano	8,3
5º ano	8,3
4º ano	8,3
3º ano	33,3
2º ano	25
1º ano	16,6

**Fonte:** elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

## ANÁLISE DAS CATEGORIAS

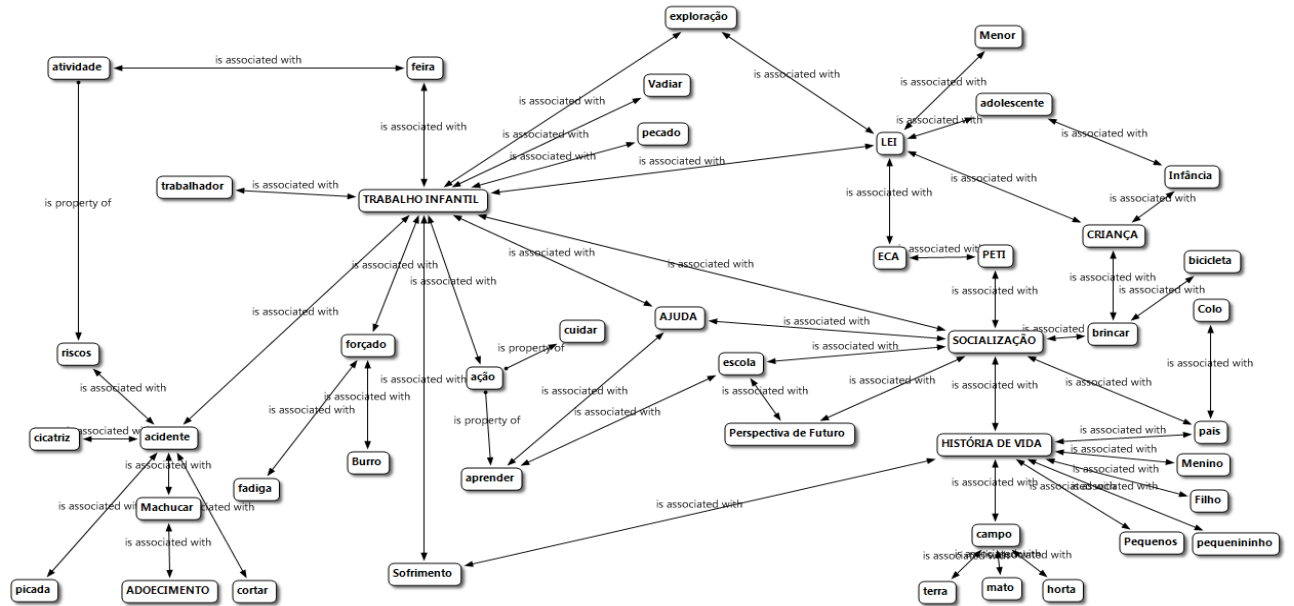
TABELA 1: Frequência das famílias de categorias nas entrevistas e grupos focais

Categorias	Entrevistas									GF Adultos		GF Crianças		Total
	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	G1	G2	GC1	GC2	
Agricultura familiar	42	69	163	302	149	151	289	33	381	149	77	45	68	1918
Lei	86	31	4	97	19	7	4	0	0	53	16	4	6	327
Socialização	110	516	120	606	568	234	76	90	237	539	59	94	145	3394
Trabalho	290	998	156	946	1278	473	1378	509	594	1278	1094	80	326	9854
Trabalho infantil	78	218	35	395	320	236	149	243	39	147	152	225	324	2561
<b>Total de palavras</b>	606	1832	478	2346	2334	1101	1896	875	1251	2166	1398	448	869	18054
<b>Total de Palavras do documento</b>	1615	6526	2383	7154	10069	5768	8067	5768	5245	12177	3365	1044	3498	54302
<b>Contagem relativa (%)</b>	38	28	20	33	23	19	24	15	24	18	42	43	25	33

Fonte: extratos da pesquisa, Atlas ti 7.0, elaborada pelos autores.

Em análise das frequência das famílias de categorias, nas entrevistas semi-dirigidas há a predominância da categoria trabalho, seguida da categoria socialização. Nos grupos focais com trabalhadores rurais, há a predominância também da categoria trabalho.

**FIGURA 1: Grade de análise: aspectos relacionados ao trabalho infantil, lei e socialização**



**FIGURA 2: Grade de análise: aspectos relacionados a agricultura familiar**



**FIGURA 3: Grade de análise: aspectos relacionados ao trabalho**

**Fonte:** Grade de análise organizada através do AtlasTI 7.0

Como Fenômeno do estudo dessa pesquisa é o trabalho infantil na agricultura familiar, a grelha acima (FIG. 1), em relação ao grupo focal e entrevista dos agricultores apresenta a categoria *Trabalho Infantil* ligado às subcategorias: Trabalhador, Forçado, Exploração, Sofrimento, Ajuda, Pecado, Acidente, Ação, Lei, e Vadiar. Desde já se percebe as várias maneiras de entender, expressar, representar e viver o trabalho infantil.

A categoria *Socialização* (FIG. 1) ficou organizada a partir das subcategorias: Escola, Brincar, História de vida, Ajuda, Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Pais, e Perspectiva de vida. Entretanto a subcategoria História de vida optou-se por fazer uma junção a *campo*, por se fazer necessário a correlação dos conhecimentos da propriedade, modos de vida na agricultura familiar.

Na categoria *Lei* (FIG. 1) vinculada ao direito e compreensões historicamente construídas pela cultura dos agricultores, apresenta as categorias: Menor, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). É percebido a que a concepção de Lei tem valor de referência na agricultura familiar.

Ao isolar a análise da categoria *Agricultura Familiar* (FIG. 2), as subcategorias apresentadas são: Agropecuária, Café, Lavoura, Associação, Ruralidades, Subsistência, Plantação, Produção, Plantinha, Horta, Raízes e Produtores rurais. A partir desse delineamento, a agricultura familiar implica em uma forma de produção terra, trabalho, interações sociais e interações econômicas.

E por último, na categoria *Trabalho* (FIG. 3), aparecem as subcategorias: Dignidade, Lavoura, Adoecimento, Riscos, Feira, Atividade. O trabalho como forma de dignidade, aparece inserido na realização das atividades. Ressalta-se que nas frequências da categoria Trabalho (TAB.1), apresenta-se em primeiro lugar em número, tanto nas entrevistas como grupo focal. O tema Trabalho é mencionado com ênfase em todas as discussões.

Em relação à subcategoria ajuda, a mesma pertence à categoria Trabalho Infantil e Socialização, de modo expressivo, onde de acordo com Bardim (2010), dentro da objetividade e fidelidade, se as categorias bem definidas e se os índices e indicadores que determinam a entrada de um elemento numa categoria forem bem claros, não haverá distorções devido a subjetividade dos analistas.

A primeira categoria a ser abordada nas representações sociais é o trabalho infantil, onde, de acordo com os relatos dos agricultores durante as entrevistas e grupo focal, foi possível identificar que suas inserções nas atividades em território da agricultura familiar se deram desde tenra idade:

[...] desde colo, praticamente eu já ia [...]

Os pais dos agricultores levavam os filhos para os acompanharem nos ambientes de trabalho e na medida em que cresciam iniciavam as tarefas junto aos pais:

Porque meu pai era da zona rural [...] e tínhamos que trabalhar. Talvez não trabalharmos tanto assim, mas tínhamos que acompanhar os pais nos serviços, porque não tínhamos com quem ficar [...] depois, quando íamos crescendo, acabava que começávamos a trabalhar (Sujeito 4).

Com seis anos eu já acompanhava o papai no trabalho (Sujeito 5).

Esse relato corrobora com as características do trabalho no período da escravidão no Brasil, no qual os filhos de escravos acompanhavam seus pais nas mais diversas atividades em que se empregava mão-de-obra escrava e exerciam tarefas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas (KASSOUF, 2007, p.1).



A maioria dos agricultores, ao recordarem as atividades realizadas junto aos pais na agricultura, associou essas atividades a sofrimento e cansaço:

[...] a gente era burro e que burro tinha que trabalhar [...] (Sujeito 1).

Meu pai, Matava a gente de tanto trabalhar, ta doido! [...] (Sujeito 1).

Era cansativo, pois serviço de roça é cansativo, cansa muito! (Sujeito 15).

O sofrimento relatado pelos agricultores quando criança é marcada pela figura de autoridade do pai e a hierarquia no trabalho. Apesar das atividades exercidas por eles terem sido associadas a cansaço, trabalho forçado e sofrimento, por outro lado, eram também consideradas como forma de “ajuda” para a família. Entendiam que dessa forma contribuía para o consumo de alimentos para casa, devido à necessidade de sobrevivência. Ao mesmo tempo percebiam como uma forma de solidariedade contribuindo com o sustento da família e sendo também um valor presente na cultura:

Eu ajudava muito meu pai [...] a gente mexendo na roça. Sofrendo, pelejando. Mãe pobre, pai pobre, lutando para trabalhar, pra tratar da gente [...] (Sujeito 2).

Os pais tinham necessidade. Nós éramos bons irmãos; Eles marcavam as tarefinhas e acabava que a gente tinha que ajudar (Sujeito 12).

Trabalho rural não tem horário não, sabe? (Sujeito 18).

De acordo do Schwartz (2003, p.23), “... toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros”:

Meu pai tinha uma criação de porcos e uma das minhas obrigações era lavar o chiqueiro (Sujeito 7).

Em relação à escolarização, os agricultores dão maior importância para a escola hoje, numa perspectiva de um bom futuro, pois no passado deixaram muitas vezes de estudar para “ajudar” os pais:

Eu larguei o estudo aos onze anos de idade, pois não me deixou estudar mais [...], pois tinha que ajudar a trabalhar. (Sujeito 11).

Observa-se que a infância dos agricultores, privados de estudos, trouxe para seus filhos no presente, o reconhecimento da importância da escolarização. Relatam que os filhos não são obrigados a trabalhar. Se “ajudam” na agricultura é muito pontualmente e somente quando desejam participar da atividade. A permanência das crianças na agricultura se dá por poucas horas no território rural. O trabalho é visto como parte do processo de socialização da criança, ligado a essa concepção de “ajuda” e não de trabalho em si. Acreditam que as

crianças aprendendo a importância do Trabalho na agricultura, estão ensinando valores como “ser alguém” e ter responsabilidades. O trabalho é visto como dignidade:

É melhor ele ajudar aqui do que virar um maconheiro, virar safado sem-vergonha que fica entrando na casa dos outros (Sujeito 1).

Os agricultores através dessas atividades na agricultura revelam para os seus filhos, o processo das novas gerações e modos de vida na agricultura, onde a escolarização é concebida como muito importante, pela possibilidade de uma vida melhor do que a deles no passado, que não estudaram:

Não sabemos nem conversar [...] Eu pedi minha mãe para eu poder estudar e ela dizia: Não de jeito nenhum (Sujeito 13).

A pessoa sem estudo não consegue emprego, não consegue nada [...] (Sujeito 14).

Merece destaque o que Caldeira (1960) descreve sobre o trabalho infanto-juvenil no meio rural, aborda sobre o trabalho e a escolarização das crianças no meio rural, a partir do Censo do IBGE de 1950, onde enfatiza que muitas vezes o trabalho adjetivado como ajuda, dificultava a continuidade da escolaridade. Ele afirma que trabalho e escola se apresentam como elementos inconciliáveis pela impossibilidade prática de se ano letivo do agrícola.

O trabalho infantil nesse território estudado é apresentado ancorado nas vivências dos agricultores familiares, na lida do dia-a-dia no rural com seus pais, quando crianças. Na atualidade, junto aos seus filho(as), num processo de renormalização, os agricultores familiares encontram uma outra forma de repassar as atividades para eles. Novas normas de aprendizado, sem a exploração do trabalho.

Dentro dessa análise temos o que Schwartz menciona sobre trabalho e saber (2003, p.23), quando afirma que “a atividade de trabalho é atravessada pela história [...] toda vida humana, por ser ela parte de uma experiência, é atravessada de história. Ao falar de trabalho não se trata de uma “pequena história”, e sim de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais. Ainda para esse autor a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção social, “renormalizações” incessantes reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir (p.5).

Colocar para trabalhar e fazer trabalhar, além de ser uma coisa errada, fora da lei, é um pecado, uma coisa absurda (Sujeito 17).

Fora trabalho escravo [...] tem que ser tudo no legal, ali (Sujeito 10).

Ainda para Schwartz (2011), essas renormalizações são formas que os sujeitos tentam viver em saúde. ‘Eu não posso jamais fazer uso de mim mesmo sem, ao mesmo tempo, avaliar esse uso que eu faço e / ou que fazem de mim’ (p.138).

Em relação ao brincar, fase importante na vida das crianças, esse estágio era sempre limitado para os trabalhadores:

Mas durante a semana não podia assistir televisão e não podia brincar assim não! [...] mas era aquela rotina de trabalhar mesmo... não era pesado! (Sujeito 13).

Cabe aqui mencionar o valor da expressão “Trabalho” dado pelos agricultores familiares na atualidade:

Trabalho pra mim é vida! (Sujeito 2).

Eu me sinto bem de trabalhar. (Sujeito 5).

Trabalho é dignidade da pessoa! (Sujeito 4).

Eu vivo com o trabalho! (Sujeito 16).

O trabalho vivenciado pelos agricultores familiares quando criança, mesmo com significados de sofrimento, era fator de identidade. A terra para os agricultores tem a importância da produção, subsistência e qualidade de vida. É visível a valorização da terra, da agricultura, pois os agricultores continuam na reprodução desse modo de vida:

[...] E estou junto da terra, zelando a minha família [...] (Sujeito 1).

Eu tenho que ter a minha terra (Sujeito 6).

Na roça eu sinto prazer de mexer com planta [...] (Sujeito 12).

Em relação acidentes de trabalho, apresentado na grade ligado a categoria trabalho infantil, os agricultores mencionaram alguns danos à saúde sendo a prevenção importante:

[...] e o sol está muito quente. O jeito que puder evitar tem que evitar. Usar o chapéu ou um boné pra dar uma protegida e evitar o câncer de pele (Sujeito 7).

A primeira vez que tomei picada de abelha, fui para o hospital, pois eu inchei muito (Sujeito 8).

Além disso, tem os cortes. Está suado e ela ainda vai te retalhando. Vem o vento e ali vai ardendo e vai doendo, juntam o cansaço, os cortes, as dores [...] a vida do lavrador é muito difícil! (Sujeito 15).

A representação social do trabalho infantil para os agricultores familiares em relação as Leis vigentes sobre o trabalho infantil são reconhecidas como importantes na questão da exploração do trabalho. Os agricultores familiares passam a ter familiarização com as Leis

vigentes na proteção da criança e adolescentes, agora depois de adultos, o que era desconhecido por eles quando criança.

Pela grade nota-se o aparecimento da Lei sendo estágios ligados à educação como:

A gente não obriga o filho menor a trabalhar (Sujeito 2).

Mas acho que ninguém deve inibir ou proibir uma criança de querer aprender a trabalhar (Sujeito 4).

Hoje todo mundo sabe das leis do trabalho infantil (Sujeito 7).

### **Trabalho infantil: visão das crianças do cotidiano na agricultura familiar**

Embora se verifique a proliferação de estudos conduzidos por instituições oficiais e com abordagem sistemática sobre o tema trabalho infantil, muitas destas iniciativas ainda não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco tem valorizado a voz das crianças subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas sociais e às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem que são permeados de heterogeneidade e singularidades" (STROPASOLAS, 2012, p.249). Diante dessa afirmação, os grupos focais com as crianças, trouxeram esse contexto atual das práticas das atividades na agricultura familiar, dando sentido às representações sociais vivenciadas em relação as atividades desenvolvidas por elas:

O trabalho toda criança deve fazer [...] (Sujeito 1).

[...] chega no trabalho lá, capina, passam duas semanas e nasce outro mato! (Sujeito 2).

[...] meu pai me deu a enxada para eu ver o peso dela, aí capinei um pouco e achei pesada a enxada! (Sujeito 2).

As crianças filhos (as) dos agricultores familiares nesse relato acima denotam a importância do “trabalho”, numa visão geral. O trabalho na agricultura é internalizado por eles como trabalho repetitivo, onde as ferramentas utilizadas pelos pais, é tidas como pesadas.

Afirmam que o lugar na roça é lugar diferenciado em relação á tranquilidade, ruídos:

O serviço da cidade às vezes é mais cansativo... porque o da roça pelo menos tem uma solução. Se tiver irritando, você pode solucionar. Na cidade, se tem barulho de carro e está irritando, por exemplo, você vai passar a noite inteira escutando carro (Sujeito 12).

Aqui corrobora com a autora, que se vê o rural como lugar de vida, de descanso e de qualidade de vida (Carneiro, 2006).

Em relação às atividades realizadas na agricultura familiar, mencionam como sendo “ajuda”, não havendo nenhum tipo de remuneração:

A gente ajuda a regar a horta, a cortar capim [...] (Sujeito 1).  
A gente ajuda a plantar os “trem” (Sujeito 4).

Ao mesmo tempo uma responsabilidade voltada para a obediência:

Nós temos que ajudar (Sujeito 10).  
Tem que ajudar nossa família (Sujeito 2).

A palavra “trabalho”, trabalho infantil quando mencionado ao grupo focal de crianças, há certo silêncio, e muitos risos:

[...] trabalho...rsrs...trabalho...é bom! (Sujeito 4).  
...Muito bom trabalho infantil... algo interessante rsrsr (Sujeito 6).

Para Spink (1994), é importante estar atento aos detalhes sutis (silêncios, suspiros, hesitações e lapsos) numa análise de discurso. Nesse sentido, percebe-se no relato acima que a criança não tem compreensão descritiva do que seja trabalho infantil. Consegue mencionar um significado do trabalho ser “bom” e “interessante”

Na rotina do dia- dia, o brincar ocupa uma boa parte, o que não se percebeu na rotina dos agricultores quando criança. Quando abordado para falarem sobre a vivência de um dia na agricultura familiar, nota-se a importância da fase de infância para as crianças, como o brincar, atividade apropriada e importante para o desenvolvimento da criança, sendo expressivo na fala. A palavra “trabalhar” aparece, integrada as outras ações.

Tem que brincar, trabalhar, brincar, estudar, assistir televisão (Sujeito 4).

No relato de um dia de atividades da criança, foi mencionado:

Levanto as 4 horas da manhã para ir à escola. Chego as 13hs. Ajudo meu pai a capinar, plantar e lavar roupa. Eu aprendo tudo! Depois brinco e estudo.

Ressalta-se aqui a importância à luz da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotski (1996) quanto ao desenvolvimento da criança relacionado ao trabalho infantil, pois o autor entende o desenvolvimento como um processo dialético através das atividades das crianças. O desenvolvimento para ele não tem linearidade, mas há processos de transformação a partir da cultura.

A realidade social é a verdadeira fonte de desenvolvimento. Cada idade da criança é compreendida em função das relações sociais (VYGOTSKY, 1996, p.264). Nesse sentido, são importantes os aspectos das condições de vida das crianças, pois essas podem reproduzir no imaginário a naturalização do trabalho.

Entretanto, no imaginário dessas crianças não há trabalho, e sim a ajuda como forma de aprendizado.

Em relação ao processo de escolarização, as crianças todas estudam e gostam da escola:

[...] trabalho da escola... se não estudar e não fazer os trabalhos da escola, depois vai ter que agarrar no pesado (Sujeito 8).

A OIT tem apontado para o fato de pessoas mais educadas serem mais cientes dos seus direitos e criarem filhos mais educados e saudáveis, diminuindo o trabalho infantil, em longo prazo (KASSOUF, 2004, p.23).

O trabalho infanto-juvenil interfere no processo de escolarização, de acordo com Antuniassi (1983), onde, mesmo quando a criança conjuga as atividades de trabalho com as escolares, e sendo época de atividades agrícolas, colheita de produtos, elas deixam de comparecer às aulas para “ajudar” os pais.

Entretanto, a escola no rural, nesse território estudado, apresenta uma particularidade, do rural, onde as crianças revelam:

O para casa de matemática, português é o mesmo para o 3º ano, 4º não e 5º ano (antiga 2ª série, 3ª série, 4ª série) [...].

A noção de perigo e de acidentes pelas crianças, quando ajudam na agricultura, não foi identificado, entretanto, o discurso de uma suposta “dor” foi apresentada:

Carreguei um balde cheio de água para meu pai no tamborção para por as mandiocas e senti dor [...] senti dor nas costas (Sujeito 1).

Para Schneider (2005) o tipo de trabalho na agricultura familiar é diferente das demais formas de exercício do labor produtivo. Ele acredita que o uso do trabalho que compõem uma família de agricultores representa uma estratégia para viabilizar sua reprodução social e um traço da identidade. Entretanto afirma que o “trabalho das crianças

tendo um caráter de “ajuda”, para ele isso não significa que estes trabalhos sejam de menor importância e nem que sejam imunes ao esforço prejudicial à saúde” (p.9).

Em relação às leis vigentes do trabalho infantil as crianças não têm dimensão do assunto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho infantil na agricultura familiar apresenta várias formas de construção sócio-cultural para defini-lo, quando reconhecido em algum território.

Há uma grande exigência e rigor na utilização dos conceitos na categoria do trabalho infantil. Descrever as Representações Sociais do Trabalho Infantil na agricultura familiar é procurar entender o fenômeno “trabalho infantil” em suas particularidades, invisibilidades para ações em saúde e saúde do trabalhador.

Os resultados das representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar nesse território, indicaram que nesse grupo social de agricultores, o trabalho desenvolvido por eles na infância na agricultura, era considerado “ajuda” dada aos pais, mas uma ajuda com sofrimento, fadiga e trabalho. A solidariedade em fazer as tarefas era sempre em função da questão da autoridade do pai ou para manutenção da subsistência da família. O modo de reprodução social é observado nos agricultores familiares, quando mencionam sobre seus pais e as atividades realizadas por eles.

O modo como as crianças realizam suas atividades na agricultura familiar, hoje, é caracterizado como “ajuda” nesse território, implicando numa racionalidade que orienta o trabalho e a forma de produzir desse coletivo.

A terra é tida como valor para esses agricultores familiares, que mesmo tendo trabalhado desde pequeno, reproduzem seus modos de vida – agricultura familiar -, para com seus filhos.

Atualmente não há uma relação de poder, em relação às atividades realizadas pelas crianças, filhos (as) desses agricultores. Percebe-se que houve um processo de renormalização

no modo de praticar essa “ajuda” na agricultura, onde as crianças praticam algumas atividades, sem obrigação.

Em relação às representações do trabalho infantil na agricultura para as crianças, as mesmas entendem o trabalho na agricultura como cansativo, não porque trabalham rotineiramente na agricultura, mas porque vivenciam o trabalho dos pais na agricultura.

Em relação ao processo de socialização, o valor do Trabalho, não só relacionada à agricultura, é repassado aos filhos como dignidade, identidade. A importância do Trabalho é ensinado como: “Ser alguém e ter responsabilidades”

As leis vigentes do trabalho infantil foram ancoradas na atualidade pelos agricultores familiares, onde os mesmos a reconhecem como fator importante na atenção para com as crianças e adolescentes no trabalho infantil

A escolarização é atribuída pelos agricultores familiares como essencial para o desenvolvimento das crianças, para terem futuro melhor do que o deles.

É entendido a partir das representações sociais desse grupo estudado, que existem vários modos de entendimento sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, com grande tendência de se concebê-lo como “ajuda”. No entanto, observa-se que tal ajuda, por vezes aponta para uma atividade, com possíveis agravos à saúde.

Em se tratando dos conceitos utilizados por órgãos e leis, como definições do IBGE e a OIT, as crianças que estiverem realizando qualquer tipo de atividades ou tarefas seriam consideradas ocupadas e, portanto exercendo o trabalho infantil.

As crianças desse município do centro oeste mineiro estão inseridas em atividades na agricultura, sem exploração, sem tirar delas o direito de brincar, estudar, num processo de aprendizagem sobre o modo de produzir na terra, mas, há evidências de riscos nas atividades desenvolvidas nessa agricultura nos relatos feitos pelos agricultores quando crianças. Picadas de insetos, animais peçonhentos e câncer de pele devido às longas horas de exposição ao sol, foram evidenciados nas entrevistas com os agricultores familiares.

A vigilância dos pais e o cuidado com os filhos na realização das atividades são visível, quando os mesmos orientam os locais e as formas de plantar, o que não ocorre em



atividades que exijam participação do trabalho de crianças, remunerado e exigindo a produção.

Os estudos das representações sociais no território rural na agricultura familiar nesse território rural devem ser entendidos como ponto de partida, para se chegar a definições sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, e a definição de “ajuda”, para possíveis ações em promoção em saúde e saúde do trabalhador, estando atento às peculiaridades.

A heterogeneidade do fenômeno trabalho infantil na agricultura familiar estudada, abre compreensão dos conceitos, valores, significados, práticas do trabalho infantil, construídos pelos sujeitos, passado de geração a geração, e que determinam suas atitudes e comportamentos de risco ou proteção à saúde.

## REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho Infantil: escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CALDEIRA, C. **Menores no meio rural**. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva** Seminário Juventude Rural. Rio de Janeiro: Mauad Edicomo, 2006.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, I. R. C. et al. Diplomas normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.17, v.12, p.3385-3398, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Caderno de Pesquisa**, v.34, n. 121, p.169-186, jan/abr.2004.

GIBBS, G. R. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: **Santo Antonio do Monte**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30/11/2012.

IERVOLINO, S. A; PELICIONI, M. C. F. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde**. Revista Escritos de Enfermagem, USP, v.35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001. p.17.44.

KASSOUF, A. L. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. OIT, 2004. 92p.

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre trabalho infantil**. Belo Horizonte, v.17, n.2, maio/ago. 2007.

MARIN, J. O. B. **O trabalho infantil na agricultura moderna**. **Revista da UFGç**, v.7, n.1, 2004, [online]. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br / revista\\_ufg /agro /K16\\_infantil.html](http://www.proec.ufg.br / revista_ufg /agro /K16_infantil.html)>. Acesso em: 30.11.1012.

MARIN, J. O. B.; VENDRUSCULO, R. **Infância e trabalho nas unidades de produção familiar**. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 4, 06 a 09 de julho de 2010, Curitiba (PR).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 182. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Aprovadas em 17/06/1999. Promulgada pelo Decreto 3597 de 12/09/2000. Disponível em: <<http://www.oit.org.br /sites /all/ ipec/ normas/conv138.php>>. Acesso em: 31/10/2012.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <[g1.globo.com/brasil/noticia/2012/09-Trab-inf](http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/09-Trab-inf)>. Acesso em: 30.01.2013.

SÁ, P. C. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SANTOS, M. A. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.1, v.8, p. 309-314, 2003.

SARON, F. A; HESPANHOL, A. N. As estratégias de reprodução social dos produtores rurais familiares no município de Urânia – SP: a questão da permanência da população e da sucessão nas propriedades rurais. In: **Congresso Brasileiro de Organização do Espaço**, I. 5 a 7 de outubro de 2010. Rio Claro \ SP.

SCHNEIDER, S. **Agricultura e trabalho infantil**: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre, 2005.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um engajamento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do trabalho**; novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, v.12, n.1, jan\jun, 2003.

SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.300-308, jul.\set. 1994.

STROPASOLAS, V. L. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, v.17, n.27, p.249-286, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. Tradução de C. Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WOORTMAN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UNB, 1997.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Debulhar o trigo  
Recolher cada bago do trigo  
Forjar no trigo o milagre do pão  
E se fartar de pão*

*Decepar a cana  
Recolher a garapa da cana  
Roubar da cana a doçura do mel  
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, a propícia estação  
E fecundar o chão*

(Chico Buarque)

Ao estudar as representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar, nesse grupo social de agricultores e crianças pertencentes a uma Associação, se tem uma forma de conhecimento, socialmente partilhado, que se apresenta para a compreensão desse fenômeno do trabalho infantil na sociedade.

É reconhecer que essa representação formada por conteúdos cognitivos e avaliativos, dentro de um determinado grupo social, refletem o efeito das posições que ocupam na definição do trabalho infantil. É entender as razões e os diversos fatores envolvidos na alocação do tempo da criança para o trabalho e que precisam ser diferenciados.

É imprescindível considerarmos o lugar social a partir de onde se fala, pois interfere na produção de sentido para o entendimento de algum fenômeno social que vai ser analisado.

Ao estudar representações sociais no território rural, na agricultura familiar, o campo da pesquisa nos remete às perguntas:

- Quem sabe e de onde se sabe?

Estamos diante do campo da pesquisa das representações sociais nas condições de produção de cultura, linguagem, valores e inserção social dos sujeitos.

- O que e como se sabe?

Aqui se encontra os processos dos discursos e das práticas.

- Sobre o que se sabe e com que efeito?

A ciência e o cotidiano se encontram, trazendo a transformação do saber.

Assim, na agricultura familiar são percebidos consensos para se estabelecerem limites e condições em que as atividades das crianças, passam a ser qualificado como “ajuda”.

Essas explicações foram possíveis ao ouvir os agricultores familiares sobre trabalho infantil nesse território, suas idéias, suas práticas sobre esse fenômeno e suas atividades quando crianças junto à suas famílias.

O que se percebeu foi um saber prático adquirido pelos agricultores familiares no passado, quando eram crianças, com significado do trabalho, enraizado culturalmente, desde tenra idade.

A “ajuda” mencionada por esses agricultores na época em que realizavam as tarefas dadas pelos pais é mencionada como sendo trabalho cansativo.

Desde então, a percepção e avaliação dessa cultura vivenciada pelo sujeito e no saber histórico dos mesmos será negativa ou positiva, segundo a qualidade e o modo como cada um elabora as suas memórias.

As Representações sociais trazem essa invisibilidade do trabalho infantil, suas caracterizações, como “ajuda”, trabalho de criança, dando um sentido às práticas daquele território, de um tempo vivido pelos agricultores familiares e pelas crianças.

É entendido que o processo de renormalização (novas normas) das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares no passado foi modificado na relação estabelecida com seus filhos (as) na atualidade, nas atividades desenvolvidas. O trabalho na atualidade é visto como “ajuda” tanto pelos pais, como pelas crianças.

Percebe-se que esses valores, conceitos e significados do trabalho infantil construídos pelos sujeitos determinam suas atitudes e comportamentos de risco ou proteção a saúde.

As representações sociais nos trazem as condições de subordinação ou não do trabalho das crianças e nos revelam que não se pode construir apenas a partir de um discurso contra as formas de trabalho infantil, é necessário clarificar as concepções sobre infância e trabalho.

Em relação aos riscos no trabalho infantil, o estudo das representações sociais apresentou de forma perspicaz, que o trabalho dos agricultores familiares no passado, estava aliado a fatores de exposição a agentes que podem causar danos a saúde, como cortes, picada de insetos e a exposição ao sol. Assim como no discurso das crianças foi mencionado também, fator de risco, quando uma suposta dor foi relatada.

Sendo assim, como forma de sistematizar as informações acerca de acidentes de trabalho ocorridos com crianças e adolescentes a nível nacional, temos na saúde por intermédio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), esse veículo de notificação, que é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria GM/MS Nº 104, de 25 de janeiro de 2011). Na ficha de investigação acidente de trabalho grave é definido a notificação dos Acidentes do trabalho em crianças e adolescentes, sendo considerado quando o acidente de trabalho acontece com pessoas menores de dezoito anos.

Os estudos das representações sociais nesse trabalho devem ser entendidos como ponto de partida, para se chegar a definições sobre o trabalho infantil na agricultura familiar, com possíveis ações em promoção em saúde e prevenção em saúde do trabalhador.

Essa pesquisa será devolvida aos agricultores familiares do município do Centro-Oeste Mineiro, tendo sido feito esse compromisso da devolução e discussão dos resultados. A intervenção nesse grupo social de agricultores familiares iniciou desde o momento que estivemos com eles nas reuniões, informando sobre nossa pesquisa e objetivos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BASU, K ; TAZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The world Bank Economic Review**, v.17, n.2, p.147-173, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Portaria nº104, de 25 de janeiro de 2011**. Define terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no regulamento sanitário interno (RSI), 2005.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)**. 2006. Disponível em: <[WWW.portaldatransparenciagov.br](http://WWW.portaldatransparenciagov.br)> Acesso em: 09/05/2013.
- BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador** / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2.ed. – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95p.
- BRASIL. **Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008**. Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999.
- BRASIL. **Portaria nº1823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.
- CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad Edicomo, 2006.
- CLOT, Y. O início de uma história? In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011. p.71-83.
- DIAS, E. C. **A atenção à saúde dos trabalhadores no setor saúde (SUS), no Brasil: realidade, fantasia ou utopia?** 335f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANKLIN, R. N.; PINTO. E. C. M.; LUCAS, J. T. et al. **Trabalho precoce e riscos à saúde**. Adolesc. Latinoam, v.2, n.2, p.80-89, mar. 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Suplemento Trabalho Infantil. PNAD - 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1117](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1117)>. Acesso em: 02/11/2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Santo Antonio do Monte**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02/11/2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p.17-44.

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre trabalho infantil?** Nova Econ., Belo Horizonte, v.17, n.2, maio/ago.2007.

KASSOUF, A. L. **Perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade**. 2004. 92p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 182. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Aprovadas em 17/06/1999. Promulgada pelo Decreto 3597 de 12/09/2000. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/conv138.php>>. Acesso em: 31/10/2012.

MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. **Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva**. 1997. p.9.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 138 – **Sobre a idade mínima de admissão ao emprego**. Aprovada em 27/06/1973. Promulgada pelo Decreto 4.134 de 15/02/2002. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/conv138.php> - acesso em: dia 31/10/2012>. Acesso em: 02/11/2012.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 182. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. Aprovada em 17/06/1999. Promulgada pelo Decreto 3597 de 12/09/2000. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/normas/conv138.php>>. Acesso em: 31/10/2012.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Boas práticas do setor saúde para a erradicação do trabalho infantil**. Brasília, 2009.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil**; guia para Educadores. Brasília: IPEC, 2001. 64p.

SÁ, P. C. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SCHNEIDER, S. **Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT**. Porto Alegre, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002**. 2004. 130p.

SILVA, S. O. Trabalho infantil; um desafio social à educação do campo. As crianças trabalhadoras na ilha do galeão, Cairú/ BA. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XXI**. Anais... Uberlândia/MG, 15 a 19 out. 2012.



STROPOSOLAS, V. L. **Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico.** Revista Latino-americana de Estudo do Trabalho, v.17, n.27, p.249-286, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. A. **Valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **Uma nueva ruralidade em America Latina?** Argentina: Consejo Latino-americano de Ciências Sociales, 2001, p.31-44.

## APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### **PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E GRUPO FOCAL**

1. Você poderia me dizer, brevemente, se você quando criança trabalhou no meio rural, na agricultura familiar?
2. Como você percebe o trabalho infantil no meio rural hoje na agricultura familiar?
3. Baseado na sua experiência, como trabalhador rural, existem dificuldades para as crianças exercerem suas atividades na agricultura familiar?
4. Na sua opinião o que as crianças fazem na agricultura familiar?
5. O que vem espontaneamente a sua mente quando você ouve as palavras-chave “saúde e doença”?
6. Você já passou ou “enfrentou” algum tipo de doença?
7. Em períodos de doença, quais foram as estratégias usadas para recuperar a saúde?
8. Para você o que é estar com saúde?
9. Você faz algo para se manter saudável?
10. Considerando a atual situação de sua família, tendo em vista o envolvimento com a Terra e com a agricultura, quais as pré-disposições de adoecimento existentes atualmente?

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do Projeto:** Representações sociais sobre processos de trabalho infantil, saúde e adoecimento para trabalhadores rurais da agricultura familiar de Santo Antônio do Monte/MG.

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

#### 1) Introdução

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará as representações sociais dos Processos de Saúde e Adoecimento e sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. O objetivo do projeto é analisar os construtos sociais acerca das categorias apresentadas

#### 2) Procedimentos do estudo

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em participar de um (a) (\_\_\_) entrevista, (\_\_\_) grupo focal (de conversa sobre o tema) que será gravado e abordará temas relativos à temática da pesquisa.

#### 3) Riscos e desconfortos

Não haverá desconfortos em relação à sua contribuição na pesquisa, já que seu nome ou qualquer outro indício de identificação não serão divulgados, e mesmo que você se sinta prejudicado poderá a qualquer momento pedir que sua participação seja retirada do trabalho.

#### 4) Benefícios

Espera-se que, como resultado deste estudo, se possa entender melhor as representações sociais dos Processos de Saúde e Adoecimento e sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. Bem como refletir sobre o papel da psicologia no contato com as Populações e o Trabalho Rural.

#### 5) Custos/reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo. As entrevistas e os encontros do grupo focal serão realizados em Santo Antônio do Monte/MG, na sede da Associação de Produtores Rurais e Familiares

(ASPROSAM), em horário pré-estabelecidos a partir da sua disponibilidade e dos pesquisadores.

## **6) Responsabilidade**

Efeitos indesejáveis são possíveis de ocorrer em qualquer estudo de pesquisa, apesar de todos os cuidados possíveis, e podem acontecer sem que a culpa seja sua ou dos pesquisadores. Se você sofrer efeitos indesejáveis como resultado direto da sua participação neste estudo, a necessária assistência profissional será providenciada pela Universidade Federal de Minas Gerais.

## **7) Caráter confidencial dos registros**

A entrevista será gravada por intermédio de gravador de áudio e sua identidade será mantida em sigilo. Os originais das gravações e transcrições serão guardados por cinco anos e qualquer parte da pesquisa que entre em desacordo com a sua pessoa poderão ser retirados do relatório final segundo a sua solicitação.

Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

## **8) Participação**

Sua participação neste estudo é voluntária e muito importante. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Você também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar os pesquisadores que estejam acompanhando-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31)3409-4592 ou email [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br).

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone: (37)9961-8619 ou (31)9982-0512.

Nomes dos pesquisadores: Luiz Paulo Ribeiro e Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira. Endereço: Rua Dimas de Oliveira, 282, Dom Bosco, Santo Antônio do Monte/MG e Alameda Guaraponga, 140, Dom Cabral, Belo Horizonte\MG. E-mail: [luizribeiro@live.com](mailto:luizribeiro@live.com) ou [fatimabrant@ibest.com.br](mailto:fatimabrant@ibest.com.br).

## **9) Declaração de consentimento**

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

**Assinatura do participante ou representante legal**

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

**Luiz Paulo Ribeiro**

**Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

## APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### **TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO** **Crianças até 6 anos e 11 meses de idade**

**Título do Projeto:** Representações Sociais sobre processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento para trabalhadores rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG.

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

#### **1) Introdução**

Seu (sua) filho(a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará as representações sociais dos Processos de Saúde e Adoecimento e sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. O objetivo do projeto é analisar o que as pessoas pensam sobre o trabalho de crianças no ambiente rural e sobre a saúde.

#### **2) Procedimentos do estudo**

Para a realização deste estudo solicito a sua especial colaboração em autorizar seu filho (a) a participar um (a) (\_\_\_) entrevista, (\_\_\_) grupo focal (de conversa sobre o tema) que será gravado e abordará temas relativos à temática da pesquisa.

#### **3) Riscos e desconfortos**

O nome de seu filho (a) ou qualquer outra identificação dele (a) não serão divulgados. Serão feitos grupos de 6 a 12 crianças, com idade de 5 a 12 anos, no qual será discutido sobre o trabalho de crianças no ambiente rural, as atividades realizadas na agricultura familiar e como as crianças percebem a saúde delas, como adoecem. Durante a realização do grupo poderá ocorrer que seu filho se sinta inibido (a), com vergonha de falar. Poderá então, se desejar, a qualquer momento pedir para que seja retirado (a) do trabalho.

#### **4) Benefícios**

Espera-se que, como resultado deste estudo, se possa entender melhor o que as pessoas pensam sobre a Saúde e o Adoecimento, assim como sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. Bem como refletir sobre o papel da psicologia no contato com as Populações e o Trabalho Rural.

## 5) Custos/reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo. As entrevistas e os encontros do grupo focal serão realizados em Santo Antônio do Monte/MG, na sede da Associação de Produtores Rurais e Familiares (ASPROSAM), em horário pré-estabelecidos a partir da sua disponibilidade e dos pesquisadores.

## 6) Caráter confidencial dos registros

A entrevista será gravada por intermédio de gravador de áudio e sua identidade assim como a de seu (sua) filho (a) será mantida em sigilo. Os originais das gravações e transcrições serão guardados por cinco anos e qualquer parte da pesquisa que entre em desacordo com a sua pessoa poderão ser retirados do relatório final segundo a sua solicitação.

Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

## 7) Participação

A participação de seu filho neste estudo é voluntária e muito importante. Você tem o direito de não querer que ele (ela) participe ou de que o (a) mesmo (a) saia deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Seu filho também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) seu filho não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) seu filho sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar seu filho do estudo, favor notificar os pesquisadores que estejam acompanhando-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31)3409-4592 ou email [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br).

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone: (37)9961-8619 ou (31)9982-0512.

Nomes dos pesquisadores: Luiz Paulo Ribeiro e Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira. Endereços: Rua Dimas de Oliveira, 282, Dom Bosco, Santo Antônio do Monte/MG e Alameda Guaraponga, 140, Dom Cabral, Belo Horizonte\MG E-mail: [luzribeiro@live.com](mailto:luzribeiro@live.com) ou [fatimabrant@ibest.com.br](mailto:fatimabrant@ibest.com.br).

## 8) Declaração de consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para retirar meu (minha) filho (filha) do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para que (nome da criança)  
\_\_\_\_\_ possa participar desta pesquisa.

Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

\_\_\_\_\_  
Documento de Identidade

\_\_\_\_\_  
Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira  
(031-9982-0512)

\_\_\_\_\_  
Luiz Paulo Ribeiro (037-9961-8619)



## APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### **TERMO DE LIVRE E ESCLARECIDO** **Crianças de 7 anos à 12 anos de idade**

**Título do Projeto:** Representações Sociais sobre processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento para trabalhadores rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG.

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

#### **1) Introdução**

Seu (sua) filho(a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará as representações sociais dos Processos de Saúde e Adoecimento e sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. O objetivo do projeto é analisar o que as pessoas pensam sobre o trabalho de crianças no ambiente rural e sobre a saúde.

#### **2) Procedimentos do estudo**

Para a realização deste estudo solicito a sua especial colaboração em autorizar seu filho (a) a participar um (a) (\_\_\_) entrevista, (\_\_\_) grupo focal (de conversa sobre o tema) que será gravado e abordará temas relativos à temática da pesquisa.

#### **3) Riscos e desconfortos**

O nome de seu filho (a) ou qualquer outra identificação dele (a) não serão divulgados. Serão feitos grupos de 6 a 12 crianças, com idade de 5 a 12 anos, no qual será discutido sobre o trabalho de crianças no ambiente rural, as atividades realizadas na agricultura familiar e como as crianças percebem a saúde delas, como adoecem. Durante a realização do grupo poderá ocorrer que seu filho se sinta inibido (a), com vergonha de falar. Poderá então, se desejar, a qualquer momento pedir para que seja retirado (a) do trabalho.

#### **4) Benefícios**

Espera-se que, como resultado deste estudo, se possa entender melhor o que as pessoas pensam sobre a Saúde e o Adoecimento, assim como sobre o Trabalho Infantil entre Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG. Bem como refletir sobre o papel da psicologia no contato com as Populações e o Trabalho Rural.

## **5) Custos/reembolso**

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo. As entrevistas e os encontros do grupo focal serão realizados em Santo Antônio do Monte/MG, na sede da Associação de Produtores Rurais e Familiares (ASPROSAM), em horário pré-estabelecidos a partir da sua disponibilidade e dos pesquisadores.

## **6) Caráter confidencial dos registros**

A entrevista será gravada por intermédio de gravador de áudio e sua identidade assim como a de seu (sua) filho (a) será mantida em sigilo. Os originais das gravações e transcrições serão guardados por cinco anos e qualquer parte da pesquisa que entre em desacordo com a sua pessoa poderão ser retirados do relatório final segundo a sua solicitação.

Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

## **7) Participação**

A participação de seu filho neste estudo é voluntária e muito importante. Você tem o direito de não querer que ele (ela) participe ou de que o (a) mesmo (a) saia deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Seu filho também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) seu filho não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) seu filho sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c) o estudo termine. Em caso de você decidir retirar seu filho do estudo, favor notificar os pesquisadores que estejam acompanhando-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31)3409-4592 ou email [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br).

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone: (37)9961-8619 ou (31)9982-0512.

Nomes dos pesquisadores: Luiz Paulo Ribeiro e Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira. Endereços: Rua Dimas de Oliveira, 282, Dom Bosco, Santo Antônio do Monte/MG e Alameda Guaraponga, 140, Dom Cabral, Belo Horizonte\MG E-mail: [luizribeiro@live.com](mailto:luizribeiro@live.com) ou [fatimabrant@ibest.com.br](mailto:fatimabrant@ibest.com.br).

## **9) Declaração de consentimento**

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para retirar meu (minha) filho (filha) do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para que (nome da criança)  
\_\_\_\_\_ possa participar desta pesquisa.

Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal

\_\_\_\_\_  
Documento de Identidade

\_\_\_\_\_  
Assinatura da criança (caso possa assinar)

\_\_\_\_\_  
Documento de Identidade (se possuir)

\_\_\_\_\_  
Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira  
(031-9982-0512)

\_\_\_\_\_  
Luiz Paulo Ribeiro (037-9961-8619)

## APÊNDICE E



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### **GRUPO FOCAL PARA ADULTOS (HOMENS E MULHERES)**

Identificar as representações produzidas pelo referente objeto social – trabalho, em agricultores da agricultura familiar pertencentes a ASPROSAM.

- 1) Qual o significado de trabalho para vocês?
- 2) O que é trabalho infantil?
- 3) Quais as dificuldades encontradas no trabalho hoje em relação a saúde e doença?
- 4) Quais as perspectivas para o futuro?
- 5) Qual o significado de trabalho rural?

## APÊNDICE F



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Medicina  
Programa de Pós-graduação em Promoção em Saúde e Prevenção da  
Violência

### **PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS PARA AS CRIANÇAS DE 5 A 12 ANOS**

- Não haverá entrevistas semi-estruturadas com crianças de 5 a 12 anos, pois entende-se que as entrevistas exigirá raciocínio lógico, preciso e as mesmas encontram-se em processo em construção.

#### **GRUPO FOCAL COM CRIANÇAS:**

- Identificar as representações sociais produzidas pela experiência referente ao objeto social trabalho, em crianças pertencentes às famílias da agricultura familiar inseridas na ASPROSAM no município de Santo Antônio do Monte\MG que desenvolvem suas atividades ocupacionais na produção familiar.

**Tema:** Trabalho Infantil

**Participantes:** 6 a 10 crianças de 5 a 12 anos

**Metodologia;** atividades lúdicas utilizando o tema trabalho infantil.

A criança se expressa, assimila conhecimentos e constrói a sua realidade quando está praticando alguma atividade lúdica.

**Material:** bola colorida grande.

**Procedimento:** O moderador (geralmente o pesquisador) pedirá para as crianças ficarem de pé em círculo.

- Logo explicará que jogará a bola colorida para o alto e que um(a) deles (as) irá pegá-la.

- Ao jogar, uma criança pegará a bola e ela será quem vai iniciar o grupo Focal.

- Logo após a criança pegar a bola, será pedido para todos assentarem no chão, e em círculo inicia-se com as perguntas, para a criança que pegou a bola. Será mencionada ao grupo que é livre a participação.

**Perguntas (trabalho infantil)**

- O que você mais gosta no seu dia a dia?
- Como é um dia seu na agricultura, no meio rural;
- Fale sobre as atividades que você pratica na agricultura;
- Você já se machucou nas atividades na agricultura?
- Você gosta do que faz na agricultura, no meio rural?
- O que você pretende ser quando crescer?

**Perguntas (saúde e adoecimento)**

- O que você pensa sobre saúde?
- Quando você adoece o que você usa para se tratar?
- O que é doença para você?



## **PROJETO**

**TÍTULO:** Representações Sociais sobre processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento para trabalhadores rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Monte/MG.

**CURSO:** Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, do departamento de Medicina Preventiva e Social, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

**LINHA DE PESQUISA:** (I) Promoção de Saúde e suas bases: Trabalho, Ambiente e Cidadania.

**AUTORES:** Luiz Paulo Ribeiro e Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira.

**ORIENTADOR:** Professor Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro.

**PALAVRAS CHAVE:** Promoção em Saúde, Trabalho e Adoecimento.

**ÁREA DO CONHECIMENTO:** 4.06.03.00-8 - Medicina Preventiva.

### **1.1. Problema de pesquisa**

Quais as representações sociais os trabalhadores rurais da agricultura familiar pertencentes à Associação de Produtores Rurais e Familiares de Santo Antônio do Monte (ASPROSAM) produzem sobre os processos de Trabalho infantil, Saúde e Adoecimento?

### **1.2. Objetivos**

#### **1.2.1. Objetivo geral**

Investigar as representações sociais sobre processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento para Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Município de Santo Antonio do Monte/MG associados à ASPROSAM.

#### **1.2.1. Objetivos Específicos**

### **Eixo – Trabalho Infantil**

- Identificar o perfil dos trabalhadores e crianças participantes da pesquisa quanto ao sexo, idade, escolaridade, composição familiar, atividades agropecuárias desenvolvidas.
- Descrever as representações sociais que os trabalhadores da agricultura familiar pertencentes à ASPROSAM no município de Santo Antônio do Monte/MG tem sobre o processo de trabalho infantil na agricultura familiar.
- Identificar as representações sociais produzidas pela experiência referente ao objeto social trabalho, em crianças pertencentes às famílias da agricultura familiar inseridas na ASPROSAM no município de Santo Antônio do Monte\MG que desenvolvem suas atividades ocupacionais na produção familiar.

### **Eixo Saúde e Adoecimento**

- Descrever as estratégias cotidianas de promoção de saúde entre trabalhadores rurais da agricultura familiar.
- Identificar os processos de adoecimento dos trabalhadores rurais e suas alternativas cotidianas de promoção de saúde.
- Analisar o papel social dos processos de saúde e adoecimento entre trabalhadores rurais da agricultura familiar de Santo Antônio do Monte.

### **1.3. Justificativa**

O presente projeto foi produzido para subsidiar duas pesquisas ampliadas sobre a análise dos processos de Trabalho Infantil, Saúde e Adoecimento no território rural do município de Santo Antonio do Monte/MG, em um grupo populacional específico: Trabalhadores Rurais pertencentes à Associação de Produtores Rurais e Familiares de Santo Antônio do Monte (ASPROSAM).

Desta forma, este estudo parte da experiência de trabalho dos autores do projeto, psicólogos, em campos particulares do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): CREAS – Centro Referência Especializado de Assistência Social de Santo Antônio do Monte/MG e CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Contagem/MG.



Sabe-se que, por sua vez, Santo Antônio do Monte é um município de origem portuguesa, em particular de açorianos, que chegaram a essa localidade através de Pitangui. O município começou a ser povoado em meados de 1700. A história de Santo Antônio do Monte se principiou a partir de 20 de janeiro de 1758, quando Lopo Barroso Pereira recebeu uma sesmaria no Ribeirão Itaubira, junto à Capela do Alto Santo Antônio do Monte, Fazenda Cachoeira, terras por ele ocupadas bem antes da data. Somente em 08 de junho de 1782, os herdeiros do Guarda-Mor Francisco Tavares Oliveira, dono da Sesmaria “Alta Serra”, lavraram uma escritura, na qual se legalizava a doação de terras do patrimônio do local, feita, tempos atrás, pelo antigo proprietário (MORAES, 1983).

Segundo o IBGE (2010), o município de Santo Antônio do Monte/MG em 2010 apresentava uma população residente urbana de 25.975 pessoas, num total de 85,4%, e a população residente rural de 3.782 pessoas, num total de 14,6%. De um total de 13.197 homens, tem-se 2.103 homens no rural e de um total de 12.778 mulheres, 1.679 mulheres estão no rural.

Atualmente, a principal atividade econômica é a produção de fogos de artifício, que garante emprego e renda para um expressivo contingente de trabalhadores. Paralelo a esta produção industrial há um importante setor agropecuário e de comércio que contribui de forma eficaz para o desenvolvimento municipal, e, por outro lado, é um território em que o rural assume estatuto de região ligada ao campo.

Por sua vez, segundo dados da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, o município além da área urbana, conta com 36 comunidades rurais, conforme apontadas na figura abaixo:

**Figura 01:** Mapa Regional das Comunidades Rurais de Santo Antônio do Monte

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte.

Num sentido amplo, sabe-se que a própria história revela os pontos cruciais que contribuíram para a formação da estrutura fundiária brasileira. Acredita-se que a estrutura fundiária contemporânea é o reflexo do processo da colonização do Brasil, que teve início com a exploração, a ocupação e o povoamento do território brasileiro pelos portugueses. Processo que foi permeado pelo estímulo à grande propriedade, à monocultura, à exportação, e a desvalorização do homem que trabalha na terra (SILVA, 2009).

Nesse sentido, é preciso superar a visão de que a população rural é a aquela dispersa no território e que a análise desta população perpassa, fundamentalmente, os processos econômicos setoriais:

É necessário vislumbrar o espaço rural como território construído a partir do uso e ocupação do solo e da terra, com ênfase na produção social do uso da terra em que ocorrem e se organizam processos sociais, culturais, ambientais, agrícolas, agrários, fundiários, políticos, históricos e econômicos (BERGAMASCO et al., 2010, p.1).

Neste âmbito, vislumbra-se (re) conhecer o território rural como possível *locus* de promoção de saúde, visando os determinantes da saúde dos trabalhadores que estão compreendidos não apenas riscos ocupacionais tradicionais-físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis por situações de riscos para a saúde e a vida. De alguma forma, esse movimento faz entender que no espaço do território rural há um processo de construção de identidade social, na relação entre o sujeito e mundo social, mediada pelas representações sociais.

Entende-se, assim como Canguilhem (2010), que a vida, por si própria, apresenta polaridades cotidianas e estas são vivenciadas diferentemente por cada ator social, cada sujeito. Nesse caso, tanto a saúde e o adoecimento quanto o trabalho infantil adquirem significados particulares.

Vislumbra-se também estudar as representações sociais (MOSCOVICI, 2003; JODELET, 2001) com o olhar para a agricultura familiar atravessado pelas relações de trabalho que lhe emprestam sentido e significado.

Em relação ao trabalho infantil, advindo da problemática referente à interpretação do significado do *labor* das crianças e adolescentes, que esse projeto não implica, de nenhuma maneira, qualquer forma de conveniência ou concordância com formas do trabalho degradante e ilegal, quer seja de criança ou outro tipo de trabalho. A iniciativa é de identificar junto aos atuais trabalhadores da agricultura familiar da ASPROSAM a representação social do trabalho infantil, e junto às crianças pertencentes a essas famílias de trabalhadores, as representações sociais produzidas pelas experiências vivenciadas nas atividades ocupacionais que realizam na agricultura familiar.

Por outro lado, no Brasil, não se tem referências precisas acerca do modo como surgem novos profissionais da agricultura, mas é possível estimar parcelas significativas que dizem que esta se inicia na atividade agrícola através de relações familiares, sendo a profissão transmitida de pais para filhos (SCHENEIDER, 2003).

Assim, num primeiro momento, diante do desejo dos autores desse estudo de investigar a população de trabalhadores rurais de Santo Antônio do Monte/MG nos aspectos da promoção em Saúde e Trabalho, foi feito um contato com tecnólogo em meio ambiente e secretário da ASPROSAM, em 16 de dezembro de 2011, ao qual foi mencionado o interesse dos autores deste projeto em pesquisar os trabalhadores rurais da ASPROSAM.

A Associação de Produtores Rurais e Familiares de Santo Antônio do Monte/MG, ASPROSAM, associação num formato cooperativista, foi criada em 2006, inicialmente com 15 produtores rurais e, atualmente, possui 74 trabalhadores rurais, com produção agrícola familiar.

Em novo contato, o secretário da ASPROSAM comunicou que o grupo de trabalhadores rurais aceitou a proposta inicial da pesquisa e convidou aos mestrandos para participar da reunião mensal, como ouvintes. Fato esse que se deu no dia 23 de janeiro às 19 horas, na Sede da associação, com participação de 41 trabalhadores rurais associados e a presença do secretário da Associação e o Presidente. Ao término da reunião foi dada a palavra aos mestrandos, no qual foi mencionado o interesse na pesquisa, enquanto alunos do Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da UFMG, assim como a formação acadêmica e profissional dos pesquisadores. Foi informado que a pesquisa no espaço da ASPROSAM tem como foco o universo do trabalho rural e da promoção da saúde.

Neste sentido, os trabalhadores Rurais da ASPROSAM afirmaram o desejo de compartilhar informações, aspectos do trabalho, vida e grupo social para ser realizado o presente trabalho.

Essa etapa do contato com o secretário da ASPROSAM e a inserção numa primeira reunião informal é considerada fundamental para Minayo (1993), uma vez que se estabelecem os primeiros contatos, permitindo o fluir da rede de relações necessárias para pesquisas de cunho qualitativo.

Com o desenvolvimento desse trabalho considera-se necessário contribuir para o fortalecimento das estratégias e ações de assistência integral à saúde e trabalho do trabalhador rural inseridos na ASPROSAM, tendo como base a Agricultura Familiar, garantindo os direitos assegurados pelas legislações:

(I) Portaria 2.866 de 2 de dezembro de 2011, que institui no âmbito do Sistema único de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (BRASIL, 2011).

(II) Considerando os princípios do SUS (Lei 8.080/90), especialmente o da equidade, a integralidade e a transversalidade, e o dever de atendimento das necessidades e demandas em saúde das populações do campo e florestas.

(III) O Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa, especialmente o disposto no art.13 que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de Saúde do SUS (BRASIL, 2011).

(IV) Considerando ainda a Portaria nº 2460/GM/MS, de 12 de dezembro de 2005, que institui o *Grupo da Terra* no Ministério da Saúde, com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 1º de agosto de 2008 e as diretrizes Governo Federal de reduzir as iniquidades por meio da execução de políticas de inclusão social (BRASIL, 2005).

(V) No ordenamento jurídico brasileiro, pela Constituição Federal de 1988. Com efeito, o artigo 7º dispõe sobre direitos de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, como a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (inciso XXII), o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas, na forma da lei (inciso XXIII), e segurança contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (inciso XXVIII).

A promoção em saúde e o trabalho infantil, abordando as significações deste contexto, atendem à necessidade de avaliar esse universo de significados, desejos, aspirações, motivos, valores, vivenciados nas transformações de uma rede completa de fatores sociais,

econômicos, culturais, contribuindo para a redução das vulnerabilidades em saúde do trabalhador das populações rurais.

Evidencia-se aqui que, em estudos, a população rural ainda sofre dificuldades a acessar os serviços de saúde, em especial o Sistema único de Saúde – SUS. Em relação ao sofrimento psíquico, o estudo de Levigard e Rozemberg (2004) descreve através de relatos de profissionais de saúde que quase sua unanimidade na afirmação de que apesar da beleza e da calma do perímetro rural, as pessoas são muito estressadas, muito “nervosas”.

Apesar dos números que ilustram a relevância do rural regional, pouco se tem pesquisado e produzido sobre ele e também poucas são as políticas públicas direcionadas ao mesmo, o que o relega a certa “invisibilidade” no âmbito do planejamento e das políticas metropolitanas (BRANDEBURG; SOUZA, 2010).

O sofrimento no campo é diversificado e se manifesta através de intoxicações por agrotóxicos, desvalorização econômica da atividade agrícola, sobrecarga de trabalho, perda da terra como referencial de vida, o cansaço com grandes deslocamentos para a cidade, desemprego na área urbana, falta de perspectiva para o futuro, isolamento social (WALTER; MERLO, 2009).

Em meio a tanto sofrimento, se esbarra ao condicionamento da produção agrícola a fatores climáticos como estações do ano, chuvas e estiagens, impondo limites à própria produção e vendas e a falta de estrutura para levar os produtos para a área urbana, para a comercialização.

Assim, este projeto vai para além das definições simples da palavra trabalho que podem ser facilmente encontradas em dicionários, como por exemplo: “Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim” ou ainda “Atividade coordenada de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento” (FERREIRA, 2004, p.255). Por mais simples que estas definições sejam mostram que o trabalho está relacionado a resultados e à dinâmica da vida.

Para Carneiro (2007) a escolha da vida rural não se restringe a razões profissionais, mas na avaliação positiva sobre o modo de vida e sobre os atributos da vida do campo, vínculos pessoais, qualidade de vida local e relações pessoais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar do montante de conceitos já abordados e referenciados, abaixo podem ser encontradas algumas definições mais acentuadas de algumas das palavras e autores-chave deste projeto: rural (ais) e ruralidades com base em Pires (2007), Martins (2011), Gomes e Pereira (2005), Wanderley (2000) e Kageyama (2004); as representações sociais com base principalmente em Jodelet (2001) Moscovici (1981, 2003); o trabalho enquanto campo transdisciplinar; o trabalho infantil enquanto conceito, vivência e fenômeno social; a agricultura familiar e, por fim, os conceitos de saúde e adoecimento, principalmente fazendo uso de Canguilhem (2005, 2010, 2012).

### 2.1. Rural (ais) e ruralidades

Torna-se necessário, aqui, definir o que se entende por rural. Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro.

Pires (2007) ressalta quatro pontos importantes para se estudar o espaço rural: (I) a categoria rural como construção social, múltipla, aberta a diferentes percepções e contestações e, portanto construtora de múltiplas identidades sociais; (II) O território rural enquanto locus de encontro de diferentes grupos sociais dinâmicos, um espaço de confronto e integração; (III) a formação de estereótipos e expectativas envoltos na população rural, permeando as referências partilhadas e a territorialidade e (IV) a indivisibilidade da unidade familiar no espaço rural, “vista em muitos casos, como um mecanismo importante para assegurar a autoridade paterna como chefe de família e garantir a reprodução social do grupo doméstico” (p.95). Tais pontos poderão funcionar, nesta pesquisa, enquanto analisadores e direcionadores.

Pires (2007) ainda revela que tanto as políticas públicas, quanto as interpretações acadêmicas sobre o modo de vida das populações rurais, por vezes, são desconstruídas. Faz-se necessário, portanto, um rompimento da visão setorial do espaço rural, costumeiramente tido como agrícola, possibilitando a legitimidade e cidadania dos moradores deste território.

Nesta perspectiva, Martins (2011) ressalta o conceito de ninguemidade, ao qual se aparta da sociedade e da vida cotidiana os “zês-ninguém”, flagelos da vulnerabilidade social e da pobreza, vítimas da perversa desigualdade social e distribuição de renda (GOMES, PEREIRA, 2005).

Tais apontamentos expressam a vulnerabilidade social à qual a população rural do município em questão pode estar inserida. Em que, os moradores da Zona Rural são estereotipados pela passividade e trabalho árduo, se transformam “zês-ninguém” sem o alcance das políticas públicas, sem cidadania, não pertencendo a um Estado.

Por outro lado, observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado (REIS, 2006).

Segundo o IBGE (2010), “são classificadas como área urbanizada aquela legalmente definida como urbana caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano”.

Para Kageyama (2004), é inesgotável a definição do rural e propõe: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

Para Wanderley (2000) o meio rural é entendido como um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto o conformam enquanto um singular espaço de vida.

Assim, o rural pode ser concebido como um espaço plural, que, para ser entendido é preciso conhecer também a sua dinâmica social interna, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em uma dinâmica social “externa”.



## 2.2 Representações sociais

Moscovici (2003, citado por GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2003), afirma que o conceito de representação social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia. Desde o início tornou-se claro o sentimento, expresso por Durkheim, Lévy-Bruhl e Mauss, entre outros, de que faltava uma teoria desse conceito e dos fenômenos que ele expressa. Para eles a tarefa principal da psicologia social consistia em formular essa teoria.

Porém, Durkheim, citado por Minayo (2010), entende que as representações coletivas abrangem uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. O termo Representações Coletivas, se refere a categorias de pensamento através das quais determinadas sociedades elaboram e expressam a realidade.

Já Moscovici (2003) afirma que a sociologia vê, ou melhor, viu que as representações sociais como artifícios explanatórios, irredutíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante à do átomo na mecânica tradicional, ou à dos genes na genética tradicional: isto é, átomos e genes eram considerados existentes, mas ninguém se importava, mas do mesmo modo, sabia-se que as representações sociais existiam nas sociedades e ninguém se importava com sua estrutura e a dinâmica interna.

Afirma ainda, que nessa jornada intelectual, ele faz com que haja um reconhecimento da inexistência de representações sociais como uma forma característica de representações de conhecimento na atualidade, ou, uma insistência, como o coloca, em considerar “como um fenômeno, o que era antes considerado conceito”. Ele cita que foi Piaget, que deu o primeiro passo ao estudar a representação do mundo da criança e sua investigação permanece até hoje. Para ele, as representações nunca seriam de “outra natureza”: elas seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia – tanto prática como simbólica – dependeria dessa inserção, e não poderia jamais ter um sentido universal.

Os trabalhos de Moscovici (2003) sobre a teoria das representações sociais (RS) têm influenciado pesquisadores tanto na Europa como nas Américas, incluindo Brasil. A teoria das representações procura renovar e confirmar a especificidade da psicologia social. Uma especificidade que é difícil de estabelecer. Os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas, são as conversações, onde se elabora os saberes populares e o senso comum. Isso não quer dizer que deva ser considerados

à parte, ou que se aceite somente isso, pois podem ser encontradas sob outras formas, nas ciências, na religião, nas ideologias e outras circunstâncias. Para o autor o conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. Todas as culturas possuem instituições e normas.

Para sintetizar Moscovici afirma:

Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2003, p.49).

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhe concernem (SÊGA, 2000).

Jodelet (1985, citado por SPINK, 1993) define as representações como modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive. São, conseqüentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias – mas, que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação.

Ainda segundo Jodelet (2001, citado por SOARES, 2009), frente ao mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não é apenas automatismo, nem estão isolados num vazio social: partilha-se esse mundo com outros, que servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-los, administrá-los ou enfrentá-los.

Para ela as Representações Sociais constituem formas de conhecimento que são elaboradas e compartilhadas socialmente e favorecem a produção de uma realidade comum, viabilizando a compreensão e a comunicação dos indivíduos com o mundo. Ou seja, conjuntos de conhecimentos socialmente elaborados e partilhados a partir de uma visão prática, possibilitando a formação de um contexto comum a um grupo social.

De acordo com Moscovici (2003, citado por SOARES, 2009) a representação social é algo dinâmico, vivo, que está imbricada com a intenção, com a interação entre o sujeito e a sociedade, numa relação intensa, de ir e vir, na qual tanto o sujeito, quanto sociedade produz e reproduz conceitos, símbolos e imagens. O conhecimento é o senso-comum indispensável à organização da vida em grupo.

As representações sociais aparecem como uma ponte entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso-comum, tendo a função de tornar significativos conceitos que se apresentam estranhos aos sujeitos, de familiarizar o objeto desconhecido. Para o sujeito transformar o não-familiar em familiar destaca-se dois processos indissociáveis: objetivação e ancoragem (SOARES, 2009).

Para Moscovici (2003), a objetivação une uma idéia de não familiaridade com a realidade, torna-se verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante dos olhos, física e acessível. Para esse autor, objetivar significa descobrir a imagem de uma idéia, de um conceito, tornando-o concreto. Transformar um ser impreciso em algo que pode ser visualizado, assim cria-se uma imagem mental na tentativa de se apropriar do objeto estranho.

Em consequência, a ancoragem é responsável por dar sentido às imagens criadas. Para Moscovici (2003, citado por SOARES, 2009), ancorar é classificar, é dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Na busca para superar a resistência causada pelo objeto desconhecido, o sujeito coloca este objeto em determinada categoria, dando-lhe um rótulo, tornando-o conhecido. Todo o processo está ligado com sistemas de crenças e valores socialmente construídos, ou seja, o sujeito compara o objeto desconhecido a uma rede de significações, a um modelo já existente.

Segundo Moscovici (1961, citado por CABECINHAS, 2004) a objetivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual, elementos adquirem materialidade, isto é, se tornam expressões de uma realidade vista como natural. O processo de objetivação envolve três etapas: na primeira, as informações e as crenças acerca do objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é retida. Este processo de seleção e reorganização

dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, dependendo das normas e dos valores grupais.

A segunda etapa da objetivação corresponde à organização dos elementos. A teoria Moscovicianiana recorre aos conceitos de esquema e nó figurativo para evocar o fato dos elementos da representação estabelecer entre si um padrão de relações estruturadas. O processo de ancoragem, por um lado, precede a objetivação e, por outro, situa-se na sua sequência. Enquanto processo que antecede a objetivação, a ancoragem refere-se ao fato de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência: é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objeto da representação é pensado.

Enquanto processo que segue a objetivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, nomeadamente permite compreender a forma como elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (CABECINHAS, 2004). A ancoragem serve à instrumentalização do saber conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente (JODELET, 2001).

Os processos de objetivação e ancoragem servem para nos familiarizar com o novo, primeiro colocando-o no nosso quadro de referência, lugar em que pode ser comparado e interpretado, e depois o reproduzindo e colocando-o sob controle (MOSCOVICI, 1981, p.192).

Sendo assim, a compreensão das Representações Sociais pode ser entendida como linguagem do senso comum, tomado como um campo de conhecimento e de intenção social. Elas são dotadas de ideologia e estão envoltas por tramas e relações sociais em todos os domínios e áreas do conhecimento (MINAYO, 2010).

Ainda de acordo com Minayo (2010) as Representações Sociais são uma expressão filosófica que significa a reprodução de uma percepção anterior da realidade ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais, são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a.

### **2.3 Trabalho como objeto de estudo**

Pensar o trabalho de forma científica envolve uma conceitualização abrangente e multidisciplinar: “Abordar o trabalho pelo viés da atividade humana multidimensional

(componentes fisiológico, cognitivo, afetivo, social) é uma via fecunda de produção de conhecimentos [...]” (FERREIRA, 2000, p.6). Assim a noção de trabalho transita em diferentes campos do saber constituindo-se uma noção nômade e polissêmica.

Trabalhar diz de ocupar-se, esforçar-se, estar em funcionamento, empregar esforços, negociar, pôr em obra, lavrar e delinear (FERREIRA, 2004), contudo diz também de fazer sentido e de ir à busca de algo, sendo então uma categoria complexa em que o homem se coloca em movimento, tentando transformar o mundo e alcançar seus objetivos.

Na ontologia do ser social, de acordo com Lukács (1978), pode-se afirmar que o trabalho, numa dimensão genérica, é o elemento primário na fundação da esfera social do ser e tem estatuto de anterioridade em relação às outras categorias constitutivas da vida humano-societária, uma vez que, desde o primeiro momento de sua existência a humanidade precisou transformar o meio em que vive e utilizar-se de instrumentos e técnicas de produção para saciar suas necessidades básicas e outras engendradas por sua ação.

Ao longo dos séculos vários conceitos foram formulados sobre o significado do trabalho, sendo necessário, portanto, retrazar o seu percurso histórico.

Desde os primórdios da humanidade, a categoria trabalho esteve inerente à ação humana. Os homens das cavernas já tinham uma divisão das tarefas, homem e mulher, com seus corpos, lutavam pela sua sobrevivência e de sua prole, o trabalho fazia parte dessa luta cotidiana, de proteger, procurar alimento, cuidar dos filhos: viver.

Viegas (1989) destaca que no texto bíblico, o trabalho está associado a castigo, a condenação e ainda que: “no século XII a palavra trabalho significava tormento e sofrimento” (p.1). A autora ressalta que o trabalho pode ser pensado neste sentido negativo, mas também como algo positivo:

[...] de outro lado, temos um sentido altamente positivo, que nos liga à palavra labor, lavra, elaboração, laborar, laborioso – um esforço laborioso. É uma palavra extremamente sugestiva e que nos convida a imagens de crescimento e não a imagens de degeneração ou exaustão (VIEGAS, 1989, p.1).

Segundo Drumond (2002), na sociedade romana o trabalho era uma fonte de sofrimento, assim como na sociedade grega, em que da mesma forma, o trabalho não era valorizado. Nessa época, o trabalho era associado apenas à satisfação das necessidades

básicas do homem (vestir-se, alimentar-se, produzir, comerciar) e por esse motivo era relegado aos escravos.

Na Idade Média percebe-se um homem embevecido com seu trabalho, em que sua obra era seu sustento, e ele se reconhecia em seu próprio trabalho. Assim como para os homens das cavernas, o trabalho era vida e meio de se relacionar com o mundo. Neste tempo o trabalho continha um aspecto pouco nobre, já que os nobres não trabalhavam (DRUMOND, 2002).

Linhart (2007) afirma que no século XIX e nos séculos subsequentes, o trabalho se tornou produto de um movimento histórico de libertação e de emancipação, assim como de um movimento econômico de alteração da natureza e de alienação, preenchendo também um papel importante no processo de socialização do homem e de estabelecimento de vínculos sociais.

Por sua vez, percebe-se forte influência do capitalismo no que se refere ao prazer no trabalho:

[...] o prazer [no trabalho], depois do século XIX, época de grande acumulação capitalista, reduziu-se bastante, de fato à posse material de bens, ou à propriedade do capital. Em nome da defesa do capital, ou, mais modestamente, em nome da defesa da propriedade particular, muito sangue já foi derramado e muita injustiça cometida (VALLS, 1989, p. 47).

Assim, como afirma Ribeiro (1999), dentro de um modelo voraz de acumulação do capital, inaugurado pela Revolução Burguesa e Industrial, o capitalismo emergiu como modelo de organização política e produtiva da sociedade. No modelo capitalista, o indivíduo não detentor dos meios de produção precisou vender sua força de trabalho, sujeitando-se, por vezes, dentro do processo de aceleração da produção, a jornadas de trabalho infundáveis e a inúmeros riscos e salários baixos, propiciando uma relativa perda da saúde. Trata-se de um processo contraditório, tendo em vista que com a perda da saúde, a capacidade do trabalho se reduz e o indivíduo não pode mais trabalhar, ou o faz de forma pouco produtiva e indevida.

Como estratégia de aumento dos lucros foi adotada a subdivisão das tarefas – divisão social do trabalho –, algo que aumentou a produtividade e o controle do trabalho pelo capital (LIMA, 1998).

Para Lima (2008), com a necessidade da industrialização a dimensão subjetiva do trabalho se perdeu diante da objetividade necessária para o mercado capitalista. Ribeiro (1999) acrescenta que antes própria do ser humano, a produção passou a ser feita pelas máquinas, e o homem estaria fadado a regulá-las, de forma monótona, sem significado e apertando botões repetidamente.

No trabalho dessa forma organizado, observa-se uma ênfase no controle da produção, nos ritmos e nos métodos, em detrimento da necessidade de adaptar o trabalho ao ser humano e as suas características psicofisiológicas. Ou seja, segundo Organista (2006), nesse momento histórico a atividade se desvincula de uma “dimensão subjetiva” (p.11).

De acordo com Antunes (1995), no decurso histórico, o mundo do trabalho viveu profundas transformações. Hoje, é possível perscrutar a evolução dos modelos tradicionais do mundo do trabalho, partindo dos modelos taylorista e fordista, em que era preconizadas a produção em série e o controle de tempos e movimentos, passando pelo toyotismo, em que a ênfase se dá no âmbito da produção em equipe e tecnologias e chega ao modelo da especialização flexível.

Novos processos de trabalho emergiram, em que o cronômetro e a produção em série e de massa foram “substituídos” e mesclados pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado, um novo jeito de ganhar produtividade traduzida em ferramentas contemporâneas do modelo japonês: controle de qualidade total, gestão participativa, terceirização, subcontratações, cujo trunfo estava na flexibilidade de produção, na multifuncionalidade do trabalhador e no trabalho em equipe (ANTUNES, 1995).

Nesse sentido, Ribeiro (1999) afirma que o que “o modo capitalista industrial trouxe de novo foi, ao mesmo tempo, a banalização e seletividade social maior das enfermidades e mortes prematuras por acidentes e doenças do trabalho” (p.22).

## **2.4 Trabalho infantil**

De acordo com o Plano Nacional Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho (BRASIL, 2004), o trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda a história do Brasil. Suas origens remontam à colonização portuguesa e à

implantação do regime escravagista. Crianças indígenas e meninos negros foram os primeiros a sofrerem os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de riqueza fundamentada na desigualdade social.

O posterior processo de industrialização correlato da transformação do Brasil em uma economia capitalista manteve intactas tais estruturas, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX. Essa estrutura econômica levou o Brasil a ser reconhecido mundialmente como um dos países com os maiores índices de desigualdade social, expressos na concentração de renda nas classes economicamente protegidas.

Um dos principais programas de combate ao trabalho infantil em todo o mundo, sem dúvida, é o IPEC – Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil. O IPEC foi criado pela OIT em 1991 como forma de unir esforços para, numa ação conjunta, combater progressivamente o trabalho infantil e eliminar a exploração do trabalho dos adolescentes, pelo fortalecimento da capacidade nacional de lidar com o problema. Para tanto, o ponto de partida do Programa foi a vontade política, que numa ação conjunta com diversos atores sociais se consolidou numa mobilização em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente em que sua atuação se baseia num processo de conscientização sobre o problema do trabalho infantil.

Percebe-se que essa investigação no nível da cultura, fenômeno social, é relevante para sensibilizar esse processo do trabalho infantil. De acordo com o *Sênior Programme Officer*, IPEC/OIT, os passos a serem dados tem que haver uma sensibilização apropriada sobre o tema trabalho infantil, em que os fatores culturais são chaves na perpetuação do trabalho infantil. De acordo com o mesmo, o IPEC faz ações/pesquisas a nível nacional, como foi feito em Portugal, mas faz a nível local, porque é junto das comunidades e das famílias que o trabalho é realmente o mais importante.

Para Roldão (2008), professora e investigadora na área da Educação, as atitudes e percepções das famílias e comunidades são fundamentais, e por isso são alvo das campanhas de sensibilização do IPEC. Um primeiro passo é investigar cuidadosamente as atitudes, percepções e práticas das famílias a nível local. O IPEC faz isso através de entrevistas dirigidas, pesquisas qualitativas e quantitativas, avaliações rápidas e censos.



Estudar as Representações Sociais do trabalho infantil na agricultura familiar das famílias da ASPROSAM atende aos pressupostos do que Moscovici (2003) apresenta que Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não porque ela seja de origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*.

Minayo (2010), afirma que os sujeitos sociais interagem de acordo com o senso comum ao grupo. Cada sujeito interpreta a realidade à sua maneira, mas constrói a sua vida naquela sociedade sob grande influência do conhecimento consensual. O senso comum é ao mesmo tempo transformador e resistente à mudança, e estes dois aspectos paradoxais são sistemas empíricos e observáveis.

Historicamente, o trabalho realizado por crianças e adolescentes tem sido aceito e encorajado pela sociedade, mas segundo Kassouf (2004, citado por SANTOS, 2009), somente a partir da Revolução Industrial é que ele tornou-se evidente, devido a intensa utilização desse tipo de mão de obra nas fábricas.

Para a Kassouf (2005), citado também por Santos (2009) a pobreza, a baixa escolaridade dos pais, o tamanho da família, o sexo do chefe (famílias chefiadas por mulheres têm maior probabilidade de existência do trabalho precoce), idade em que os pais começaram a trabalhar (quanto mais jovem a idade dos pais, mais cedo eles colocam os filhos para trabalhar, devido à forma natural de como eles enxergam o trabalho infantil), local de residência (periferias dos grandes centros e zona rural, são os locais onde se encontra a maior parte das crianças que trabalham), entre outros, são os determinantes mais analisados por vários estudiosos e compreendidos como os mais importantes para justificar a alocação do tempo da criança para o trabalho.

A legislação brasileira a respeito do trabalho infantil está orientada segundo os princípios estabelecidos na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que estão harmonizados com as atuais disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações

Unidas (ONU), e das Convenções nos 138 e 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Na Convenção da ONU de 1989, o art. 32 estabelece que não será permitido nenhum tipo de exploração econômica da criança (até os 18 anos), considerando como exploração qualquer espécie de trabalho que prejudique a escolaridade básica (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 1989).

A Convenção nº 138, ratificada pelo Brasil em 28 de junho de 2001, estabelece que todo país que a ratifica deve especificar, em declaração, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho em qualquer ocupação, não se admitindo nenhuma pessoa com idade inferior à definida em qualquer espécie de trabalho.

Em 1999, a OIT aprovou a Convenção nº 182 sobre as piores formas de trabalho infantil com o propósito de complementar e priorizar (e não de substituir) os esforços de erradicação e prevenção no âmbito da Convenção nº 138 sobre a idade mínima de acesso ao trabalho. A Convenção nº 182 de 1999 sobre a Piores Formas de Trabalho Infantil, sendo uma Convenção sobre a Proibição e Ação imediata para Eliminação das Piores Formas do Trabalho Infantil, 87ª Genebra, passou também a fazer parte da lista das convenções fundamentais da Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT, nasceu da consciência de que, embora todas as formas de trabalho infantil sejam indesejáveis, algumas são hoje absolutamente intoleráveis, demandando ações imediatas por dos países-membros que a ratifiquem. O Brasil a ratificou em 2 de fevereiro de 2000. (OIT – Organização Internacional do Trabalho). Além das convenções internacionais, o Brasil conta com uma estrutura jurídica bastante desenvolvida para reger o trabalho infanto-juvenil. Em particular, figuram como fundamentais o art. 7º, inciso XXXIII; o art. 227 da Constituição Federal; os arts. 60 a 69 e 248 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como o Capítulo IV, “Da Proteção do Trabalho do Menor”, do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O art. 227 da Constituição Federal determina quais são deveres da família, da sociedade e do Estado: “Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los

a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

O direito à proteção especial deve abranger o respeito à idade mínima, a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola, dentre outros. O mesmo artigo sinaliza, ainda, os princípios gerais que devem orientar o legislador ordinário e as políticas públicas e ações governamentais e não-governamentais concernentes aos direitos de crianças e adolescentes. Os arts. 60 a 69 do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente tratam da proteção ao trabalhador adolescente. O art. 248, inserido no Capítulo II, “Das Infrações Administrativas”, do Título VII do ECA, sobre a guarda de adolescente trazido de outra comarca para prestação de serviços domésticos.

Em termos gerais, a legislação brasileira consagra a doutrina da proteção integral, colocando a criança e o adolescente como prioridade absoluta. Esses elementos foram desenvolvidos privilegiadamente no ECA, que é uma legislação bastante completa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a implementação de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e de um Sistema de Proteção, detalhando como se podem implementar os direitos das crianças e adolescentes, a quem cabe garantir esses direitos, estabelecendo também um sistema de denúncias. Por outra parte, encontra-se a CLT, que apresenta dispositivos específicos que regulando o trabalho dos adolescentes, que também privilegia questão da frequência escolar.

A Convenção 138 de 06/06/1973, que dispõe sobre a idade mínima para a admissão do adolescente no emprego, vigora no Brasil desde 15/02/2002 por meio do Decreto de Lei 4134 (BRASIL, 2002a) e tem sido muito importante na prevenção do trabalho infantil.

Santos (2009) ressalta que na área da Saúde, a Constituição Federal de 1988, dita cidadã, possibilitou uma revolução na concepção e nas abordagens em saúde, quando institucionalizou o Sistema único de Saúde (SUS). Com a sua implantação criou-se estratégias para a organização da assistência à saúde em todo território nacional. A legislação brasileira é avançada, no sentido da proibição do trabalho infantil e da proteção ao adolescente trabalhador, mas o país precisa aprimorar seus sistemas de fiscalização, de entendimento dessa cultura, para assegurar o seu cumprimento.

A criança e o adolescente foram considerados, pelo Ministério Saúde, um grupo prioritário, cidadãos e, posteriormente, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança e, posteriormente, do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) (BRASIL, 1989). Com a criação do PROSAD, o Ministério Saúde definiu objetivos, diretrizes e estratégias, a fim de promover, integrar, apoiar e incentivar práticas de saúde para a adolescência.

O Ministério da Saúde, através as Área Técnica de Saúde do Trabalhador, elaborou e vem implantando uma Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho infantil e Proteção do Trabalhador do Trabalhador Adolescente. Essa política revela o papel de extrema importância do SUS na atenção integral à saúde das crianças e adolescentes trabalhadores (BRASIL, 2007b).

Por outro lado, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) criado em 1996, tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, articulando um conjunto de ações que visam à retirada de crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos, da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

No Brasil, de forma regionalmente diferenciada, há uma cultura de valorização do trabalho com o objetivo de retirar as crianças e adolescentes da ociosidade, formas tradicionais de trabalho familiar de reprodução social, em especial a produção agrícola, em que os objetivos primordiais são o aprendizado de algum ofício e o auxílio na mão-de-obra familiar e o sustento da família, portanto não é possível abordar esse tema por meio de uma única perspectiva.

De acordo com Schneider e Nierdele (2008, citado por SARON; HESPANHOL, 2010):

Para os estudiosos interessados em entender as formas familiares de trabalho e suas estratégias de reprodução ao longo da história, a primeira questão que se apresenta refere-se à comparação entre a configuração atual da agricultura familiar (ou dos grupos sociais assim identificados) em relação àquelas formas sociais que se implantaram no passado através dos processos de ocupação e colonização. Objetivamente, a indagação é sobre a possibilidade de se afirmar que os colonos, sitiantes, capiras, posseiros moradores, ribeirinhos, e tantas outras categorias do senso comum, estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p.39).

A citação acima aponta a reprodução na vida social de valores e comportamentos. Todavia, entender o fenômeno da sua naturalização obriga a que se vá além delas para buscar na história suas raízes, descrevendo assim as Representações Sociais do Trabalho Infantil.

### **Agricultura familiar**

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil surge no final da década de 1980. Entre os protagonistas deste debate se destacam os movimentos sociais e os sindicatos ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e as Universidades que até então mantinham enfoques teóricos marxistas clássicos, que de certa maneira inibia a difusão dessa discussão há tempo que há tempo estava ocorrendo na Europa, conforme Schneider (2004), Schneider e Nierdele (2008, citado por SARON, 2010) e Hespanhol (2010).

Não é tarefa fácil definir e situar o lugar da discussão sobre agricultura familiar em meio a teoria contemporânea. Schneider e Nierdele (2008) focalizam o lugar da agricultura familiar a partir das contribuições da Teoria Sociais marxistas e neomarxista numa tentativa de resgatar as perspectivas analíticas que se situam no campo da economia política da Agricultura e da Teoria orientada aos atores.

É notório que o processo da economia, globalização e estruturas de agronegócio interferem na estabilidade da agricultura familiar. No Brasil há interesse recente e cada vez mais freqüente em torno da Agricultura Familiar, afinal como afirmam os autores acima, ainda que não se tenha uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto da agricultura familiar, há certa generalização em torno da idéia de que agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família.

Para Schneider (2005), a identidade e a definição da agricultura familiar assentam-se nas relações de trabalho familiares que lhe emprestam sentido e significado. Para se entender como opera e se transforma a agricultura familiar é preciso estudar e conhecer como funcionam e se modificam as famílias de agricultores. E isto levará, inequivocamente, a buscar compreender como então as famílias de agricultores buscam viabilizar sua reprodução social, que é a temática sociológica por excelência daqueles que estudam este complexo e inesgotável objeto. O autor aponta para este tipo de compreensão, que é preciso chamar atenção para a necessidade de se compreender a singularidade do trabalho na agricultura

familiar e a representação do significado e do sentido do trabalho que orienta valores e a visão de mundo de indivíduos e dos grupos sociais.

De acordo com Neves (2002, citado por SCHMITZ, 2006) e Mota (2006) a agricultura familiar hoje reconhecida como categoria social e de ação política, no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Frequentemente, usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que tinha o seu futuro marcado pela eliminação cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista.

Graziano da Silva (1982) e Fleischfresser (1988, citados por SCHMITZ, 2006) alimentavam esta visão, baseada em trabalhos teóricos de inspiração marxista, que não viam a possibilidade de sobrevivência de uma categoria que, pela sua duplicidade de condição (ao mesmo tempo proprietário e trabalhador), não acirrava a relação capital-trabalho.

Schneider (2008) e Nierdele (2008) trabalham com a perspectiva de que no Brasil a origem das formas familiares está diretamente relacionada à própria ocupação do território nacional. Tal processo se iniciou no final do século XVIII, mas intensificou-se sobremaneira a partir da primeira metade do séc.XX, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850.

De outro lado, acredita-se que a compreensão da evolução e da reprodução das formas familiares requer o estudo dos sistemas de produção e do modo de organização social do trabalho. Entende-se então que a formas de acesso à terra, os modos de organização do trabalho e da produção são dimensões fundamentais à compreensão da evolução das formas familiares ao longo do tempo, bem como dos processos que respondem por sua diferenciação e interação social. O que em comum de acordo com Schneider (2008) e Nierdele (2008) é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos por meio dos quais busca criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa, de acordo com esses autores, que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consangüinidade e parentesco, que são tributáveis, tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais, como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.

Segundo Wanderley (1997, p.10, citado por SCHMITZ, 2006) e Mota (2006), o campesinato pode ser considerado hoje como um segmento da agricultura familiar. Para a autora, o campesinato tradicional é uma forma particular da agricultura familiar. Assim, o campesinato tem uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local.

A agricultura familiar de acordo com Wanderley (1997, citado por SCHMITZ; MOTA, 2006, p.10), é “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Estudos sugeriram a emergência de um agricultor familiar moderno, integrado no mercado, que tenha profissão do agricultor. Outros buscam compreender a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras mais perto de um ideal camponês.

O conceito da produção familiar rural é utilizado na Amazônia, pois existem categorias que não são apenas agricultores e exercem atividades nas quais a agricultura é marginal, por exemplo, a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria ou artesanato (SCHMITZ; MOTA, 2006).

Mas há as abordagens que colocam em plano secundário as questões econômicas e materiais e ressaltam a natureza dos aspectos culturais, políticos e identitários que caracterizam os grupos e os indivíduos organizados em unidades familiares. É uma análise como um determinado coletivo social se organiza para viver e reproduzir aspectos de sua cultura e sua identidade.

A abordagem histórica em relação ao processo de ocupação e colonização, e a evolução das formas familiares do passado e sua configuração atual, constituem-se nos principais elementos explicativos para determinadas práticas dos produtores familiares.

## **2.6 Saúde e adoecimento**

A compreensão dos processos de saúde e adoecimento perpassa a História da Humanidade e incide sobre as religiões e sobre a cultura com correntes que tentam explicar as vivências e comportamentos de risco, assim como criar concepções que pode ser considerado um estado de saúde e um estado de doença.

Spink (2003) apresenta que, desde tempos imemoriais há questionamentos sobre as correlações entre o comportamento e a saúde, reflexionando-se sobre o adoecimento enquanto ruptura de equilíbrios.

Canguilhem (2010) apresenta que tanto gregos quanto egípcios já se preocupavam com os estados de adoecimento. Os primeiros relegavam à doença características homeostáticas em que a enfermidade era subsídio para um equilíbrio posterior, já os outros, consideravam as doenças enquanto possuidoras que precisavam ser expulsas dos corpos humanos. De ambas, o autor referencia a medicina e os cuidados em saúde atuais, que de alguma forma ainda preservam, apesar de qualitativamente e tecnologicamente diferenciados, as vinculações gregas e egípcias das concepções de saúde e doença.

O campo teórico de entendimento dos processos de saúde/doença é tido por Spink (2003) como interdisciplinar com perspectivas diferentes. Numa vertente psicológica intra-individual, a explicação para o aparecimento das enfermidades estaria em vivências pessoais que fariam com que o corpo reprimisse as emoções (abordagem psicanalítica) ou, por outro lado, que determinadas doenças estão vinculadas à determinados tipos de personalidade (abordagem das teorias da personalidade).

Nesse projeto opta-se por não privilegiar as explicações intra-individuais dos processos de saúde/doença, mas, sim, alcançar os aspectos psicossociais do adoecimento, buscando nexos causais entre o vivido e as enfermidades. Nessa mesma perspectiva permite-se entender a saúde/doença por meio do construcionismo, em que a saúde e a doença são historicamente construídas, legitimando a ótica do paciente (SPINK, 2003).

Tal postura implica em dois saltos qualitativos: primeiramente porque aborda a doença não apenas como uma experiência individual, mas também como um fenômeno coletivo sujeito às forças ideológicas da sociedade. Em segundo lugar, por inverter a perspectiva deixando de privilegiar a ótica médica como único padrão de comparação legítimo [...] (SPINK, 2003, p. 47).

Como em Jodelet (1989) e Herzlich (1973) ambos citados por Spink (2003) há uma notável busca das representações (sociais?) do processo de saúde/doença, objetivando evidenciar o “substrato social das construções que determinados grupos ou sociedades fazem da doença e da saúde” (p.47) e, assim, faz-se explorar as interfaces entre os saberes populares e os saberes oficiais, edificando um *lócus* de intervenção pluriprofissional.



Porém, o que inicialmente é chamado de saúde e o que é chamado de doença? Canguilhem (2005, 2010, 2012) talvez seja o autor referência para tal discussão. Para ele a situação de estar doente implica em uma situação polêmica, porém o mesmo aponta que em determinada época “a doença deixa de ser um objeto de angústia para o homem são, e torna-se objeto de estudo para o teórico da saúde” (p.12), ou seja, a medicina toma para si este campo teórico, criando metodologias para intervir e manter os indivíduos saudáveis: diagnosticar e curar.

No livro *Le Normal et le Pathologique*, Canguilhem (2010) apresenta sua tese de doutoramento em medicina, na qual considerações filosóficas incidem sobre os processos de saúde e adoecimento. O estado “normal” é por vezes abordado como contrário ao estado de anormalidade, assim como são contrárias a doença e a saúde. Apesar de dicotômicos os conceitos apresentados apenas abordam formas conceituais destes processos.

Para além desses Canguilhem (2010) apresenta uma problemática social inerente ao adoecimento:

[...] ‘a doença isola’[...] e que mesmo se esse isolamento não afasta os homens, mas, ao contrário, os aproxima do doente, nenhum doente perspicaz pode ignorar as renúncias e limitações que os homens são impõem a si mesmos para dele se aproximarem (CANGUILHEM, 2010, p.80, grifo do autor)

Para esse autor a doença está posta pelo sujeito tanto para si mesmo quanto para os outros, por se evidenciar de forma crítica e divisora na existência de cada sujeito, perfazendo seu status social: “a doença é, ao mesmo tempo, privação e reformulação” (p.139).

A doença que faz marcar a vida do sujeito, é ela que promove uma possibilidade de retorno a um estado de normalidade. É nessa discussão que Canguilhem (2010) cunha o conceito de doente: “é um conceito geral de não valor que compreende todos os valores negativos possíveis. Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável ou socialmente desvalorizado” (p.87).

Contrariamente a este conceito há o de saúde, ou seja, algo que ao mesmo tempo é um valor e um fato: “A saúde, considerada de modo absoluto, é um conceito normativo que define um tipo ideal de estrutura e de comportamento orgânicos” (CANGUILHEM, 2010, p.96).

Por fim, Canguilhem (2010) apresenta a “polaridade dinâmica da vida” presente nos processos de saúde e adoecimento, estes apresentados enquanto fenômenos complementares e sequenciais, complementando que a doença não é uma “variação da dimensão da saúde, ela é uma nova dimensão da vida” (p.138).

É nesta constante polaridade de vida que os autores desse projeto se propõem se embrenhar, numa busca por entender as representações sociais (indivíduo – sociedade – indivíduo) dos processos de saúde/doença.

### **3 METODOLOGIA**

A opção pelos membros da Associação dos Produtores Rurais Familiares de Santo Antônio do Monte - ASPROSAM se deve ao fato de esta população estar indistintamente difundida na Zona Rural, além de reter uma parcela significativa da população rural de Santo Antônio do Monte/MG que está inserida nas atividades da agricultura familiar. Tal seleção tende a responder a problemática a ser pesquisada.

Antes do início deste trabalho de campo propriamente dito, é de fundamental importância precedê-lo de uma etapa exploratória (MINAYO, 2010). Na qual será feita uma participação dos pesquisadores nas reuniões dos membros da referida associação de agricultura familiar, a fim de delinear a escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo e critérios de amostragem e estabelecimento das estratégias de entrada no campo.

Parte-se do pressuposto que a população da pesquisa é composta por agricultores que participam do mundo rural e que um dos objetivos desta pesquisa é analisar e descrever os saberes, significados do trabalho dos agricultores/trabalhadores/crianças inseridos na agricultura familiar, os sentimentos que expressam a realidade, descrevendo assim as Representações Sociais.

Adota-se o método qualitativo, que se aplica ao estudo da história, das relações, representações, crenças, percepções e opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2010).

Na Pesquisa Qualitativa a postura teórica do Interacionismo Simbólico se destaca e dá possibilidade para este projeto de pesquisa, uma vez que “nesta perspectiva, o ponto de partida empírico consiste no significado subjetivo atribuído pelos indivíduos a suas atividades e ambientes” (FLICK, 2009, p.69). Nesta postura, Flick (2009) cita Stryker (1976) que ressalta aos pesquisadores o princípio metodológico fundamental do interacionismo simbólico: “os pesquisadores precisam enxergar o mundo pelo ângulo dos sujeitos que estudam” (STRYKER, 1976, citado por FLICK, 2009, p.69).

Esta postura se enquadra enquanto metodologia qualitativa e, conforme apontado por Silva *et al* (2007), é importante ressaltar que esta possui características como “[a ênfase na] relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, que embora perpassada por relações de poder, constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas” (p.27).

Para atingir às pessoas de forma interina, adotam-se os instrumentos entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Para tais instrumentos serão selecionados por disponibilidade (FLICK, 2009), estes devem ser participantes da ASPROSAM, regularmente inscritos e ativos.

Ainda para Blumer (1978, citado por MINAYO, 2010):

A concepção interacionista fundamenta-se no princípio de que o comportamento humano é autodirigido e observável em dois sentidos: o simbólico e o relacional, uma vez que qualquer ser humano, realizando as tarefas mais elementares, planeja e dirige suas ações em relação aos outros, confere-lhes sentido e cria e produz significados sobre os objetos que utiliza para realizar seus planos. (BLUMER, 1978 citado por MINAYO, 2010, p.153).

As entrevistas semiestruturadas, ou ainda, entrevistas semi-padronizadas conforme distingue Flick (2009), fazem uma abordagem “do estudo das teorias subjetivas como um modelo especial à análise do conhecimento cotidiano” (p.149). Parte-se do pressuposto que os entrevistados em questão possuem uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo, no entanto essas podem ser expressas de forma espontânea revelando os conhecimentos do cotidiano.

Ainda tendo em vista os apontamentos de Flick (2009), foram observados os tipos de perguntas de entrevista semi-padronizadas (*questões abertas, perguntas controladas e*

*direcionadas para as hipóteses e questões confrontativas*) para estruturação da entrevista, obedecendo aos eixos deste projeto (APÊNDICE A).

Por sua vez, Kind (2004) resgata um pouco do histórico sobre a técnica de grupos focais, estes surgiram na década de 1950, quando *Robert Merton* foi convidado por *Paul Lazarsfeld* para ajudá-lo a avaliar respostas da audiência de um programa de rádio. Ainda de acordo com a autora, Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo.

Nesse sentido, de acordo com Flick (2009), define a entrevista de grupo focal da seguinte maneira:

Uma entrevista tipo grupo focal é uma entrevista com um pequeno grupo de pessoas sobre um tópico específico. Em regra, os grupos são formados por 6 a 8 pessoas que participam da entrevista por um período de 30 minutos a 2 horas (FLICK, 2009, p.181).

Para Patton (2002, citado por FLICK, 2009) a entrevista tipo grupo focal é vista como uma técnica qualitativa de coleta de dados altamente eficaz, a qual fornece alguns controles de qualidade sobre a coleta de dados: “Os participantes tendem a controlar e a contrabalançar uns aos outros, o que, em geral, elimina opiniões falsas ou radicais” (p.181).

O grupo focal é tomado como um grupo que se organiza em torno de uma tarefa específica: fornecer informações acerca de um tema anteriormente determinado. Os grupos focais, contudo, devem ser muito mais diretivos do que os grupos operativos, cabendo ao mediador intervir na dinâmica grupal sempre que o tema for extrapolado.

O grupo focal, por sua fundamentação na discursividade e interação, inscreve-se na tradição dialética, pressupondo a construção de conhecimento em espaços de intersubjetividade (KIND, 2004). As principais indicações para o uso do grupo focal são: (I) exploração inicial com pequenas amostragens da população, (II) investigação profunda de motivações, desejos, estilos de vida dos grupos, (III) compreensão da linguagem e das perspectivas do grupo, (IV) teste de conceitos e questões para futuras investigações quantitativas, (V) acompanhamento de pesquisa qualitativa, (VI) obtenção de informações

sobre um contexto específico e (VII) a obtenção de informações sobre novos produtos, conceitos, fenômenos.

Como já apontado, a técnica de grupos focais encontra-se fundamentada na tradição do trabalho com grupos, na sociologia e na psicologia social crítica. Deste modo, encontra-se a utilização da técnica calcada em fundamentações teóricas distintas, trazendo implicações principalmente para a análise do processo de investigação (KIND, 2004).

De acordo com Oliveira e Werba (2011), os grupos focais são os instrumentos mais utilizados das representações sociais, uma vez que o ponto-chave destes grupos é o “uso explícito dessa interação para produzir dados e insights que seriam difíceis de conseguir fora desta situação” (p.112).

A fim de contextualização, inicialmente pensa-se na estruturação de quatro grupos focais, feitos na seguinte proporção:

- a. dois grupos focais com seis a 10 agricultores. Um grupo com homens e um grupo com mulheres, para a discursividade e interação sobre trabalho infantil, trabalho, saúde e adoecimento;
- b. dois grupos focais com seis a 10 crianças de cinco a 12 anos para discursividade sobre trabalho infantil, trabalho, saúde e adoecimento.

Para a participação em cada uma dessas, será adotado o critério de disponibilidade (FLICK, 2009), ou seja, dentre os participantes da ASPROSAM aqueles que se disponibilizarem a participar dos grupos focais serão aceitos. A estrutura inicial das perguntas desses grupos pode ser visualizada no Apêndice E.

Tendo em vista a disponibilidade e abrangência dos temas e resguardando as questões já apresentadas optou-se por adotar a amostragem por saturação:

[...] é uma ferramenta conceitual freqüentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas no campo da Saúde, entre outras. É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes. O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados (FONTANELLA et al., 2008, p.17).

Logo, de acordo com Fontanella et al. (2008), a constatação de saturação depende dos objetivos do pesquisador: se ele tem como objetivo a captação daquilo que caracteriza o grupo, a saturação amostral se dá num determinado nível. Este nível poderá garantir maior validade externa, ou seja, maior transferibilidade das interpretações para contexto mais amplo.

Cabe ressaltar que tanto as entrevistas semipadronizadas quanto os grupos focais serão gravados por intermédio de gravador de áudio e as informações serão transcritas. Os originais serão guardados por cinco anos e os participantes da pesquisa poderão requerer a saída da mesma sem nenhum ônus ou bônus.

A etapa final deste projeto de pesquisa empreende a análise e a discussão dos dados que, por sua vez, serão realizadas segundo a perspectiva qualitativa de análise de conteúdo (BARDIN, 2004) cuja principal finalidade é interpretar o que é dito através da construção de categorias de análise que permitam uma discussão acerca da temática do trabalho.

As categorias de análise escolhidas são: agricultura familiar, trabalho, saúde, adoecimento, trabalho infantil, família, ruralidades, topofilia, afetividade e Zona Rural. Os dados, coletados e analisados, serão confrontados com o referencial teórico, além de atentamente resguardadas as implicações das teorias das Representações Sociais no objeto de estudo, ou seja, os autores também acompanharão o aparecimento das ancoragens e das objetivações (MOSCOVICI, 2003).

#### **4 CRONOGRAMA**

As atividades previstas para o Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência estão subdivididas em quatro semestres, sendo iniciadas em agosto de 2011 e com término marcado para abril de 2013, possível data da defesa da dissertação.

Atividades	2011									2012								
	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Aprovação em processo seletivo	x																	
Cumprimento de créditos		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Pesquisa de referencial				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Escrita de projeto								x	x	x	x							
Envio e Avaliação COEP											x	x	x					
Qualificação de Mestrado																	x	
Pesquisa de campo														x	x	x	X	
Elaboração de relatório																		x
Escrita final de dissertação																		x
Defesa da dissertação																		
Atividades	2013																	
	J	F	M	A	M	J												
Aprovação em processo seletivo																		
Cumprimento de créditos																		
Pesquisa de referencial																		
Escrita de projeto																		
Envio e Avaliação COEP																		
Qualificação de Mestrado																		
Pesquisa de campo																		
Elaboração de relatório																		
Escrita final de dissertação	x	x	x															
Defesa da dissertação				x														

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 1995. 155p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; QUEIROZ NETO, E.; QUEIROZ, M. P. M. **Espaços híbridos**: as tessituras dos múltiplos contextos do Rural e do Urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, I. Anais... São Paulo, Rio Claro, 2010.
- BRANDEBURG, A.; SOUZA, O. T. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade \ natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.13, n.1, p.51-64, jan.-jun. 2010.
- BRASIL. **CLT**. Legislação Previdenciária e Constituição Federal. 3.ed. São Paulo: Saraiva 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº7508, 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro.
- BRASIL. **Portaria nº2460\GM\MS, 12 de junho de 2005**, que instituiu o Grupo da Terra no Ministério da Saúde.
- BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. **Portaria nº2866, 02 de dezembro 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).
- BRASIL. **Plano Nacional Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente**. Brasília, DF, 2004.
- CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CANGUILHEM, Georges. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CABECINHAS, Rosa. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia**, v.14, n.28, p.125-137, 2004.



CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Seminário Juventude Rural. Rio de Janeiro: Mauad Edicom, 2006.

**Convenção sobre direitos da criança**. Adaptada pela Assembléia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989.

DAR A VOLTA. Encontros PETI/OIT sobre o Trabalho Infantil. 2º Dossiê. **Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil**. 2007.

DRUMOND, V. A. T. **Princípio da integração do trabalhador na empresa no sistema jurídico-constitucional brasileiro**. 2002. 142f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/direito/Drumond\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/direito/Drumond_1.pdf)> Acesso em: 26 de março de 2012.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 873p.

FERREIRA, M. C. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. **Revista Alethéia**, Canoas, v.1, n.11, p.71-82, 2000.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUD S. **The dynamics of transference**. [1958] In: The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud. v. 12. London: Hogarth Press, 2008.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 8.ed. São Paulo: Vozes, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados da população de Santo Antônio do Monte. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02/11/2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001. p.17.44.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-136, jun. 2004.

KAYGEAMA, Â. **Desenvolvimento rural**; Conceito e um exemplo e medida. Congresso Sober. Sober, Cuiabá. 2004

LEVIGARD, Y. E.; ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.6, Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2004000600008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 Nov. 2012.

LIMA, M. E. A. A psicopatologia do trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, n.8, v.02, p.10-15, 1998.

LIMA, M. E. A. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Revista Educação & Tecnologia**, n.12, p.5-9, 2008.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007. 245p.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n.4, p.1-18, 1978.

MARTINS, F. Violência e ninguenidade. In: SOUZA, M.; MARTINS, F.; ARAÚJO, J. N. G. **Dimensões da Violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011. p.35-55.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco, Rio de Janeiro. 1993.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Ed. Hucitec, RJ. 2010.

MORAES, D. **Santo Antônio do Monte: doces namoradas, políticos famosos**. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1983.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, J. P. (Org.). **Social cognitions perspectives on everyday understanding**. New York: Academic Press, 1981. p. 181-209.

QUEIROZ NETO, E.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; QUEIROZ, M. P. M. **Espaços híbridos; as tessituras dos múltiplos contextos do rural e do urbano**. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, VIII. Anais... Porto de Galinhas, 2010.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. et al. (org.). **Psicologia social contemporânea**. 15.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 104-117.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2006. p.11.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Promovendo o trabalho decente: Convenções e Ratificadas pelo Brasil**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/convention>>. Acesso: 08\04\2012.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

REIS, D. S. **O rural e urbano no Brasil**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XI ABEP. Anais... Caxambu/MG 18 a 22 de setembro de 2006.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta no trabalho: as lesões por esforços repetitivos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 240p.

ROLDÃO, M. C. **Formação de professores baseada na investigação e prática reflexiva**. In: Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Conferência Desenvolvimento

profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida. Lisboa. 2008

SANTOS, M. E. A.; MAURO, M. Y. C.; BRITO, C. G.; MACHADO, D. C. **Trabalho e violência em adolescentes estudantes: uma contribuição do Enfermeiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

SAPIR, E. Anthropologie. Paris: Minuit; 1968/1969 apud FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.17-27, jan. 2008.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.16, n.11/12, p.907-918, nov./dez.2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura e trabalho infantil**: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre, 2005.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método história de vida. **Mosaico**: estudos em psicologia. 2007, v.1, n. 1, p.25-35.

SILVA, Lucilia Firmino. **O Trabalho Rural em Guairá\SP e a Política Municipal de Assistência Social**. 2009

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 82p.

VIEGAS, S. **Trabalho e vida**. In: Conferência pronunciada para os profissionais do Centro de Reabilitação Profissional do INSS-BH, 1989.

WALTER, L. I.; MERLO, Á. **O Processo de cooperação como modo de subjetivação no trabalho rural** – XI ABRAPSO – 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**: desenvolvimento e meio ambiente, Editora UFPR, nº2, 2000, p.29-37.

**ANEXO A**

**APROVAÇÃO DA CÂMARA DEPARTAMENTAL**



*DMPS  
1960-2011*

**Departamento de Medicina Preventiva e Social  
Faculdade de Medicina  
Universidade Federal de Minas Gerais**

DMPS/FM/Ofício nº 102/12

Belo Horizonte, 14 de maio de 2012

Informo que o Projeto de Pesquisa "**Representações Sociais sobre processos de trabalho infantil, saúde e adoecimento para trabalhadores rurais da agricultura familiar de Santo Antônio do Monte /MG**", foi aprovado em reunião de Câmara Departamental no dia 07/05/2012.

Atenciosamente,

*Antônio Leite Alves Radicchi*  
**Antônio Leite Alves Radicchi**  
Chefe do Depto. de Medicina  
Preventiva e Social

*Antônio Leite Alves Radicchi*  
**Prof. Antônio Leite Alves Radicchi**

**Chefe Departamento Medicina Preventiva e Social**

## ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 03370212.1.0000.5149

Interessado(a): **Prof. Tarcísio Márcio Magalhaes Pinheiro**  
Departamento de Medicina Preventiva e Social  
Faculdade de Medicina - UFMG

### DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 06 de agosto de 2012, o projeto de pesquisa intitulado **"Representações sociais sobre processos de trabalho infantil, saúde e adoecimento para trabalhadores rurais da agricultura familiar de Santo Antônio do Monte/MG"** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.

  
**Profa. Maria Teresa Marques Amaral**  
Coordenadora do COEP-UFMG



FACULDADE DE MEDICINA  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Prof. Alfredo Balena 190 / sala 533  
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-100  
Fone: (031) 3409.9641 FAX: (31) 3409.9640  
cpg@medicina.ufmg.br



ATA DA DEFESA DE MESTRADO PROFISSIONAL DE FÁTIMA LÚCIA CALDEIRA BRANT DE OLIVEIRA, n.º de registro 2011715282. No dia **dezessete de junho de dois mil e treze**, reuniu-se na Faculdade de Medicina da UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação indicada pelo Colegiado do Programa, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: **“TRABALHO INFANTIL E SAÚDE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AGRICULTORES E CRIANÇAS DE UM MUNICÍPIO DO CENTRO OESTE MINEIRO”**; requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, pelo Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do trabalho final, passou à palavra a candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro/ orientador	Instituição: UFMG	Indicação: <u>APROVADO</u>
Prof. José Newton Garcia Araújo	Instituição UFMG	Indicação: <u>APROVADO</u>
Prof.ª Jandira Maciel da Silva	Instituição: UFMG	Indicação: <u>APROVADO</u>

Pelas indicações a candidata foi considerada APROVADA

O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2013.

Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro/ orientador Tarcísio M. Magalhães Pinheiro

Prof. José Newton Garcia Araújo José Newton Garcia Araújo

Prof.ª Jandira Maciel da Silva Jandira Maciel da Silva

Prof.ª Elza Machado de Melo / Coordenadora Elza Machado de Melo

Obs.: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo do Coordenador.

Prof.ª Elza Machado de Melo  
Coord. do PG em Promoção de Saúde e  
Prevenção da Violência  
Faculdade de Medicina / UFMG

[Assinatura]  
CONFERE COM ORIGINAL  
Centro de Pós-Graduação  
Faculdade de Medicina - UFMG

O48t Oliveira, Fátima Lúcia Caldeira Brant de.  
Trabalho e saúde [manuscrito]: representações sociais do trabalho infantil na agricultura familiar para agricultores e crianças de um município do Centro-Oeste mineiro. / Fátima Lúcia Caldeira Brant de Oliveira. - - Belo Horizonte: 2013.  
134f.: il.  
Orientador: Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro.  
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Trabalho de Menores. 2. Agricultura. 3. Socialização. 4. Saúde da Criança. 5. Análise Qualitativa. 6. Dissertações Acadêmicas. I. Pinheiro, Tarcísio Márcio Magalhães. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WA 390